



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Laura De Biase

**Estratégias metodológicas da agroecologia: autonomia, gênero
e territorialização camponesa**

São Paulo - SP
Abril de 2014



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Laura De Biase

**Estratégias metodológicas da agroecologia: autonomia, gênero
e territorialização camponesa**

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, para o Exame de Qualificação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências, Área de Geografia Humana.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos.

São Paulo - SP
Abril de 2014

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	1
2. Relatório de Atividades.....	3
2.1. Disciplina cursada.....	4
2.2. Publicação.....	5
2.3. Apresentação de trabalho.....	5
2.4. Palestra proferida em evento.....	6
2.5. Aprovação/Convite para apresentação de trabalho.....	6
2.6. Projetos de Pesquisa/Extensão realizados.....	7
2.7. Participação no Grupo de Estudos.....	9
3. Alterações no Projeto Inicial.....	10
4. Resultados Parciais.....	13
4.1. Introdução.....	13
4.1.1. Objetivos.....	13
4.1.2. Primeiras reflexões.....	13
4.1.3. Indicação de referências.....	26
4.2. Concepções agroecológicas: diferentes inserções sobre campesinato e gênero.....	28
4.2.1. Objetivos.....	28
4.2.2. Primeiras reflexões.....	29
4.2.3. Indicação de referências.....	51
4.3. Estratégias de produção e reprodução socioeconômica: a autonomia camponesa.....	53
4.3.1. Objetivos.....	53
4.3.2. Primeiras reflexões.....	53
4.3.3. Indicação de referências.....	62
4.4. Feminismo e estudos de gênero - na construção do protagonismo feminino em unidades camponesas de produção agroecológica.....	65
4.4.1. Objetivos.....	65
4.4.2. Primeiras reflexões.....	65
4.4.3. Indicação de referências.....	75

4.5. A participação como inclusão das especificidades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino: uma proposta agroecológica?	78
4.5.1. Objetivos.....	78
4.5.2. Primeiras reflexões.....	78
4.5.3. Indicação de referências.....	88
4.6. Resultados parciais da pesquisa de campo.....	89
4.6.1. Objetivos.....	89
4.6.2. Primeiras reflexões.....	89
4.6.3. Indicação de referências.....	100
5. Plano de Trabalho.....	102
5.1. Desenvolvimento da pesquisa.....	102
5.2. Cronograma de atividades.....	104
5.3. Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).....	104
5.4. Publicações e participação em eventos científicos.....	104
5.5. Continuidade da carreira acadêmica.....	105
6. Anexo.....	106

1. Apresentação

Este Relatório tem como objetivo apresentar as atividades, produção científica e novas diretrizes, pertinentes à pesquisa de doutorado intitulada “Estratégias metodológicas da agroecologia: autonomia, gênero e territorialização camponesa”, realizada através do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGGH) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Prof^a Dr^a Valéria de Marcos e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), durante os dois primeiros anos de desenvolvimento da mesma.

As informações estarão organizadas da seguinte maneira: o *segundo item* deste relatório contém o Relatório de Atividades, composto pela descrição da disciplina cursada (2.1.), publicações em periódicos (2.2.), apresentação de trabalhos em congressos ou encontros científicos (2.3.), palestras proferidas em eventos ou disciplinas (2.4.), aprovação de trabalho para ser apresentado em congresso e convite para proferir palestra em evento científico (2.5.), projeto de pesquisa e projeto de extensão realizados no período (2.6.), e participação em grupo de estudos (2.7.). O *terceiro item* contém a apresentação das Alterações no Projeto Inicial desta pesquisa e suas justificativas.

O *quarto item* deste relatório é composto pelos Resultados Parciais da pesquisa. Os subitens correspondem ao que se planeja como capítulos da tese, excluindo-se o capítulo conclusivo: Introdução (4.1.); Concepções agroecológicas: diferentes inserções sobre campesinato e gênero (4.2.); Estratégias de produção e reprodução socioeconômica: a autonomia camponesa (4.3.), Feminismo e estudos de gênero - na construção do protagonismo feminino em unidades camponesas de produção agroecológica (4.4.), A participação como inclusão das especificidades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino: uma proposta agroecológica? (4.5.), Resultados parciais da pesquisa de campo (4.6.). Cada um dos capítulos contém: os objetivos do capítulo; as reflexões realizadas até o momento; e as referências que compõem ou irão compor a discussão destes capítulos. O *quinto item* parte desta produção já realizada e indica o caminho a ser percorrido. Realiza-se um planejamento quanto ao Desenvolvimento da Pesquisa (5.1.), mencionando os próximos passos para a elaboração dos capítulos teóricos, a realização da pesquisa de campo e finalmente, sobre a forma de articulação dos resultados para elaboração da conclusão da pesquisa. Apresenta-se o Cronograma de atividades (5.2.) com ajustes e atualizações, as intenções quanto ao Programa de

Aperfeiçoamento de Ensino - PAE (5.3.), os norteamientos quanto às possibilidades de Publicações e participação em eventos científicos (5.4.) e as expectativas quanto à Continuidade da carreira acadêmica (5.5.). Ao final do relatório, no *sexto item*, encontram-se os Anexos.

2. Relatório de Atividades

As atividades realizadas entre Março e Novembro de 2011, foram desenvolvidas durante período de minha gestação. Desde o dia 02/12/12 estive, por 180 dias, em período de licença maternidade, devidamente aprovada pelo PPGGH, portanto, as atividades realizadas em 2013 se iniciaram em Junho. Gostaria de registrar alguns aspectos que considero de relevância para o desenvolvimento da pesquisa, relacionados à situação de minha primeira experiência de maternidade.

Como não poderia deixar de ser, a gestação e o período de retorno da licença maternidade colocam alguns desafios à doutoranda. Além da dimensão fisiológica, relacionada ao dispêndio de energia ao bebê, há uma dimensão, no meu caso mais significativa, emocional. O trabalho de pesquisa demanda um exercício de concentração e dedicação mental que, com a existência de um bebê, perde a exclusividade. No entanto, o que mais me chama a atenção sobre a experiência de produzir conhecimento e um filho ao mesmo tempo não são essas demandas existenciais, mas o processo de amadurecimento. Fui capaz de identificar dois níveis de amadurecimento desta mãe pesquisadora durante este momento: um deles relacionado tanto à capacidade de formular as questões a serem investigadas quanto de identificar o objeto de pesquisa; e o outro relacionado a minha capacidade produtiva.

O primeiro refletiu diretamente no processo de reformulação do projeto de pesquisa (que será detalhada no próximo item deste relatório). Colocada a necessidade de repensar o recorte empírico desenhado no projeto inicial, por questões logísticas, olhei para o meu projeto com outros olhos. Pude notar uma certa distância entre aquelas palavras e a minha real intenção de pesquisa. Até aquele momento, eu não havia conseguido expressar com profundidade qual a minha intenção investigativa. Minha sensação é que, após o nascimento do bebê, os meus olhos de mãe estavam me possibilitando enxergar melhor o meu próprio projeto. O segundo nível de amadurecimento foi percebido por mim durante os momentos (curtos) que eu havia para produção desta pesquisa. Em diversos momentos me surpreendi com minha capacidade produtiva. Antes de ser mãe estou certa de que não conseguiria trabalhar nas condições em que consegui e da maneira efetiva como fui capaz de fazer.

Sendo assim, apesar de ser preciso justificar pequenas lacunas, principalmente quanto aos prazos de desenvolvimento deste relatório e à produção científica além tese,

gostaria mesmo é de agradecer ao meu filho Heitor por sua contribuição ao lado pesquisadora de sua mãe.

2.1. Disciplina cursada

- Agosto/Dezembro de 2011 - Agricultura e Capitalismo no Brasil (FLG-834)
Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.
(8 créditos - 120 horas)

Objetivos

Discutir as correntes teóricas de compreensão sobre o desenvolvimento do capitalismo e de suas influências na agricultura. Compreender a agricultura sob diferentes modos de produção. Estudar o lugar macro econômico da agricultura e sua estrutura interna. Analisar os movimentos sociais e a luta pela terra. Debater a questão política no campo e a reforma agrária.

Conteúdo programático

(1) A Geografia e o estudo da agricultura; (2) As correntes teóricas e o campo; (3) A Agricultura sob o modo feudal de produção e a Transição; (4) A Agricultura sob o modo capitalista de produção; (5) As relações capitalistas de produção na agricultura; (6) A renda da terra; (7) A territorialização do monopólio capitalista no campo; (8) As relações não-capitalistas de produção na agricultura; (9) A monopolização do território e a sujeição da renda da terra; (10) A agricultura sob o socialismo e Transição; (11) Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra; (12) A Questão Política no Campo e a Reforma Agrária.

Tendo graduação em Engenharia Florestal e mestrado em Ecologia Aplicada (ESALQ/USP), as disciplinas que participei até hoje na Geografia Humana (USP) são de especial relevância para a minha formação. Na ocasião do mestrado, cursei as disciplinas “Campesinato, Anarquismo e Agricultura” da Profª Drª Valéria de Marcos e “Campesinato e Luta de Classes” da Profª Drª Larissa Bombardi. A disciplina realizada no doutorado, portanto, ofereceu complementação ao conteúdo adquirido nas disciplinas anteriores. O trabalho de avaliação desta última disciplina teve como título: “As possibilidades de contribuição da agroecologia para o fortalecimento da autonomia camponesa”. Nas três ocasiões obtive conceito “A” em avaliações finais.

2.2. Publicação

SILVA JÚNIOR, R. D.; DE BIASE, L.. Na encruzilhada dos saberes e práticas: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, p. 3-18, 2012. <http://www.abagroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia>

DE BIASE, L.; SILVA JÚNIOR, R. D.. Inclusão do protagonismo feminino na agroecologia: um olhar para as diferenças e complementaridades de gênero. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011. Resumo expandido do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, ISSN 2236-7934.

SILVA JÚNIOR, R. D.; DE BIASE, L.. Agroecologia como encontro de diferentes campos de conhecimentos e práticas: contribuições teórico-metodológicas da antropologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011. Resumo expandido do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, ISSN 2236-7934.

2.3. Apresentação de trabalho

DE BIASE, L.; SILVA JUNIOR, R. D. **Inclusão do protagonismo feminino na agroecologia: um olhar para as diferenças e complementaridades de gênero**. Apresentação oral, VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza, 2011.

SILVA JUNIOR, R. D.; BIASE, L. **Agroecologia como encontro de diferentes campos de conhecimentos e práticas: contribuições teórico-metodológicas da antropologia**. Apresentação oral, VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza, 2011.

DE BIASE, L.; SILVA JUNIOR, R. D. **Alteridade como caminho para a sustentabilidade: diálogos entre agroecologia e antropologia**. Minicurso (6 horas), VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza, 2011.

DE BIASE, L. **Territorialização camponesa e agroecologia – caminhos teórico-metodológicos para uma análise da (re)construção da autonomia**. Comunicação - Espaço de Diálogos e Práticas (EDP), XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA, M. C. B.; MARCOS V.; DE BIASE, L.; SILVA, I.. **Entre escalas, poderes, ações, geografias - construindo a agroecologia no enfrentamento com o modelo convencional de ensino, pesquisa e extensão por dentro das redes e trilhas do dia a dia acadêmico**. Espaço de Socialização de Coletivos (ESC), XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

CHIODI, R. E.; DE BIASE, L.; ALMEIDA, T.; SARCINELLI, O.. **Intervenções públicas socioambientais e desenvolvimento rural na área de contribuição do Sistema Produtor de Água Cantareira: avanços e contradições na conservação dos recursos hídricos**. Apresentação de pôster. VI Encontro Nacional da ANPPAS, Belém, 2012.

2.4. Palestra proferida em evento

Janeiro de 2014. Geografia Humana/USP. **Agricultura e questão ambiental: Agricultura vs ambiente? A Agroecologia e a agricultura para o futuro.** Palestra proferida na disciplina de graduação “Geografia Agrária II”, aula 10 (diurno), ministrada pela Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos.

Janeiro de 2014. Geografia Humana/USP. **Agricultura e questão ambiental: Agricultura vs ambiente? A Agroecologia e a agricultura para o futuro.** Palestra proferida na disciplina de graduação “Geografia Agrária II”, aula 10 (noturno), ministrada pela Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos.

Outubro de 2012. Geografia Humana/USP. **Por uma agricultura para do futuro: agroecologia e campesinato.** Palestra proferida na disciplina de graduação “Geografia Agrária II”, aula 12 (diurno), ministrada pela Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos.

Outubro de 2012. Geografia Humana/USP. **Por uma agricultura para do futuro: agroecologia e campesinato.** Palestra proferida na disciplina de graduação “Geografia Agrária II”, aula 12 (noturno), ministrada pela Prof^ª Dr^ª Valéria de Marcos.

Setembro de 2012. Instituto de Biologia/UNICAMP. **Feminino+Masculino: a Agroecologia como possibilidade de superação da masculinização da agricultura.** Mesa redonda: “Mulheres construindo experiências Agroecológicas: valorizando a diversidade”, realizada no IB/Unicamp, promovida pela Rede de Agroecologia da Unicamp.

Outubro de 2011. ESALQ/USP. **Gênero e Agroecologia na construção da Sustentabilidade.** Palestra proferida na disciplina de graduação “Antropologia e Comunidades Rurais” (LES0366), ministrada pela Prof.^a Dr.^a Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello.

Setembro de 2011. IB/UNICAMP. **Gênero e Agroecologia.** Palestra proferida para alunos das disciplinas “Tópicos em Agroecologia” (NE433) da Pós-Graduação em Ecologia e “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável” (BE599) da Graduação em Ciências Biológicas, ministradas pelo Prof. Dr. Mohamed Habib.

Junho de 2011. ESALQ/USP. **Agroecologia e Relações de Gênero.** Palestra proferida na disciplina “Agricultura, Sociedade e Natureza” (ECO5024) da Pós-Graduação Interunidades/Ecologia Aplicada, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques.

2.5. Aprovação/Convite para apresentação de trabalho

DE BIASE, L.; Siliprandi, E. C. **Produção familiar e alimentação escolar: possibilidades de valorização do espaço feminino na agricultura.** Aprovação como apresentação de pôster. VI Encontro Nacional da ANPPAS, Belém, setembro de 2012 - palestra não proferida por motivo de gestação.

DE BIASE, L. **Agroecologia como ciência reflexiva.** Aprovação como comunicação. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, setembro de 2013 - palestra não proferida por motivo de maternidade recente.

Novembro de 2012. **Gênero no meio rural.** Convite formalizado para proferir palestra no Espaço de Troca Livre do II Fórum Paulista de Agroecologia e VII Encontro da Articulação Paulista de Agroecologia, Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar, no Campus Sorocaba – palestra não proferida por motivo de gestação.

2.6. Projetos de Pesquisa/Extensão realizados

“Protagonistas da soberania alimentar: a produção para merenda escolar como instrumento de inclusão das mulheres na agricultura familiar” – CNPq nº 020 2010 / NEPA – Unicamp, coordenação de Emma Siliprandi.

A pesquisa realizada neste projeto parte da problemática da desvalorização dos espaços femininos e a exclusão das mulheres da dinâmica familiar de produção agrícola. Tendo como unidade de análise a realidade agrícola do município de Nazaré Paulista/SP, pretende-se avaliar a potencialidade da produção para merenda escolar como instrumento de inclusão dos espaços femininos na dinâmica familiar de produção agrícola e da valorização do trabalho das mulheres rurais, respeitando-se as especificidades sócio-culturais locais e a identificação social do gênero feminino.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as potencialidades de realização da produção de alimentos para merenda escolar por grupos de mulheres agricultoras, como forma de valorização dos espaços femininos e inclusão das mulheres na prática agrícola familiar. Tem-se como base de análise os princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a realidade rural de Nazaré Paulista/SP.

Esta pesquisa está fundamentada nos princípios instituídos pela nova sistemática de compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE (instituída pela Lei 11.947, de 16/06/2009, e regulamentada pela Resolução nº 38, de 16/07/2009, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE)). Além disso, como fundamentação das análises realizadas, estudou-se as transformações ocorridas nos espaços de produção para autoconsumo e na alimentação das famílias rurais durante o processo de modernização da agricultura, de forma a estabelecer possíveis correlações com a condição feminina na agricultura familiar local.

Considerando-se que as transformações na dinâmica familiar de produção agrícola relacionadas ao processo de modernização atingiram não apenas aspectos ecológicos e econômicos – tais como a degradação do solo, a contaminação das águas, o monopólio das indústrias de sementes e insumos – como também as relações de gênero da unidade familiar, principalmente no que se refere à desarticulação entre os espaços femininos e

masculinos, pôde-se compreender que o principal problema a ser abordado nesta pesquisa – a exclusão das mulheres dos espaços produtivos – constitui uma das consequências do processo de modernização da agricultura.

“Diagnóstico Socioambiental nas Microbacias de Contribuição dos Reservatórios do Atibainha e Cachoeira/SP” – financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos/FEHIDRO, execução pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas/IPÊ.

O mapeamento do uso e ocupação do solo, a quantificação das Áreas de Preservação Permanente e o levantamento dos remanescentes de floresta Atlântica são dados fundamentais para o planejamento territorial da região. O diagnóstico também permite compreender melhor a realidade local, como: a) a maneira como as populações locais atribuem significados/valores e utilizam os recursos naturais; b) as principais problemáticas socioambientais da região; c) as ações de conservação já desenvolvidas ou em desenvolvimento na área de atuação do projeto; d) os potenciais existentes nas áreas a serem estudadas, sejam eles sociais, econômicos, ambientais ou culturais que permitam identificar as ações e os procedimentos mais efetivos para a conservação ambiental e a melhoria da situação de vida dos moradores da região.

Sendo assim, este projeto teve como objetivo contribuir com a conservação dos recursos hídricos através do levantamento de dados socioambientais nas microbacias de contribuição dos Reservatórios Atibainha e Cachoeira. Para tanto, realizou-se: mapeamento, quantificação e descrição detalhada do uso e ocupação do solo nas microbacias de contribuição dos Reservatórios Atibainha e Cachoeira; mapeamento e quantificação das Áreas de Preservação Permanentes (APP's) das áreas de contribuição, especificando as situações de degradação e o potencial de restauração; definição de duas microbacias piloto (uma por município – Nazaré Paulista e Piracaia / SP) para ações futuras de restauração florestal e educação ambiental; e identificação dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos, através de realização de entrevistas semiestruturadas e conhecimento geral da dinâmica de produção local.

2.7. Participação no Grupo de Estudos

Participação no grupo de estudos da Profª Drª Valéria de Marcos (2012/2013/2014).

O grupo possui como principal preocupação adquirir fundamentação para realização de opções teórico metodológicas de pesquisa sólidas e coerentes com suas propostas de pesquisa. Para tanto, iniciamos analisando a obra de Michael Löwy: “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen”. Neste livro o autor discute as principais tendências no interior do pensamento positivista, historicista e marxista. As discussões do grupo foram sempre frutíferas e contribuíram para exercitarmos a reflexão sobre nossas próprias concepções sobre o universo científico. Atualmente, o grupo está iniciando a leitura da obra de Karl Marx: “A ideologia alemã”.

3. Alterações no Projeto Inicial

As alterações realizadas no projeto inicial desta pesquisa não desviaram o foco analítico da pesquisadora, mas possibilitaram maior definição do problema e aprofundamento tanto nas discussões teóricas como nas análises empíricas. Conforme foi exposto no Relatório de Atividades descrito no item anterior, estas alterações refletem um processo de amadurecimento oriundo de certo distanciamento da atividade de pesquisa e transformações pessoais desta pesquisadora.

Neste novo recorte analítico, consigo identificar com maior clareza, um retorno às questões colocadas à mim na ocasião da defesa da dissertação de mestrado. Reconhecida a pertinência da problemática desenvolvida naquela pesquisa¹, a arguição (principalmente do Profº Drº Francisco Roberto Caporal) manifestou a seguinte inquietação: *como* podemos incluir tudo isso [a lógica camponesa e a dimensão feminina] no fazer agroecológico? A perseguição deste “como” me despertou para a necessidade da realização de análise metodológica no interior da agroecologia. O projeto inicial definia os seguintes objetivos e plano de trabalho:

Objetivo geral (projeto inicial)

O objetivo deste projeto é analisar como se estabelecem os processos de territorialização em experiências agroecológicas e sua contribuição na conquista da autonomia camponesa. Em especial, busca-se compreender a função da complementaridade entre espaços femininos e espaços masculinos neste processo de transformação agroecológica, tendo em vista a dinâmica de produção familiar peculiar ao campesinato e sua forma específica de se relacionar com o exógeno. De uma perspectiva de gênero, busca-se analisar como se dá o exercício do saber-fazer agroecológico no processo de construção de espaços camponeses autossustentáveis.

Objetivos específicos (projeto inicial)

Pretende-se realizar quatro momentos de pesquisa complementares. Numa primeira etapa, pretende-se (1) analisar teoricamente as discussões colocadas no interior da *produção do conhecimento agroecológico*, os estudos sobre o *campesinato brasileiro*

¹ DE BIASE, L. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2010.

e as produções científicas de *gênero* que contribuem para a reflexão inerente a esta pesquisa. Esta análise busca evidenciar as correspondências existentes nestes campos do conhecimento e aprofundar suas conexões, de forma a fortalecer a fundamentação teórica desta pesquisa. No momento seguinte, será realizado (2) um *levantamento geral de experiências agroecológicas na Mata Atlântica*. Sem pretensão de levantar todas as iniciativas realizadas nesta delimitação geoecológica, o objetivo é descrever diferentes exercícios agroecológicos, num mesmo domínio morfoclimático e fitogeográfico, para posteriormente selecionar aqueles que mais se aproximam de um processo de construção da autonomia. Neste levantamento, através da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e do sistema de informação Agroecologia em Rede, serão consultadas quatro fontes principais de informação: as associações/redes de agroecologia da Mata Atlântica, encontradas; os órgãos governamentais pertinentes; as organizações não governamentais e os movimentos sociais envolvidos com ações agroecológicas na área escolhida. Através da consulta em projetos, relatórios e demais documentos, serão descritos brevemente: os problemas a serem enfrentados, os objetivos previstos, a metodologia de ação, a descrição geral da equipe técnica e dos camponeses envolvidos, as principais conquistas e dificuldades encontradas. Desta consulta e construção descritiva, pretende-se *selecionar experiências agroecológicas* (no mínimo três) que variem de acordo com o grau de autonomia camponesa e de envolvimento dos espaços femininos de produção e reprodução da vida, como forma de possibilitar análises comparativas².

Na terceira etapa de pesquisa, pretende-se (3) realizar análise comparativa entre as experiências agroecológicas selecionadas na etapa anterior, com especial atenção tanto à territorialização das relações estabelecidas entre as famílias camponesas e os cientistas/técnicos agroécólogos durante o processo de construção de espaços autossustentáveis, quanto às especificidades de gênero inerentes a este processo. Por último, (4) a partir do exercício de aproximação entre teoria, prática e método de experimentação agroecológica, pretende-se evidenciar possíveis contribuições para a construção e reconstrução da territorialidade e da territorialização camponesa numa perspectiva efetivamente agroecológica.

² Os critérios de seleção das experiências seriam aprofundados após a realização do levantamento, partindo-se dos resultados qualitativos e quantitativos obtidos, assim como das possibilidades logísticas que envolvem a pesquisa. A meta era a seleção de: uma experiência com sérios problemas ou considerada falida, uma experiência em processo ou em reconstrução a partir de problemas identificados e duas experiências consideradas exitosas.

Ainda que se mantenha o objetivo pessoal - quanto à carreira acadêmica - de aproximação às diferentes experiências agroecológicas desenvolvidas na Mata Atlântica, dois foram os motivos para transformação desta proposta de pesquisa: (1) a demanda teórico-metodológica por uma investigação profunda e detalhada levou-me a optar pela definição de uma unidade territorial específica, em detrimento de assumir um campo amostral mais abrangente, sujeito a um olhar analítico menos refinado; e (2) as novas possibilidades logísticas e financeiras decorrentes da situação de maternidade recente. Desse modo, o objetivo reformulado e novo reconto empírico são os seguintes:

Objetivo reformulado

Analisar as estratégias metodológicas da agroecologia para compreender de que forma a economia familiar camponesa com suas especificidades quanto à autonomia e gênero, tem participado do processo de concepção e ação agroecológica. Pretende-se compreender quais as formas de interação que têm se estabelecido entre os representantes dos diversos saberes e fazeres articulados nas experiências agroecológicas, para enfrentar o desafio da construção endógena. Para tanto, pretende-se observar as relações estabelecidas entre (1) instituições promotoras de “projetos agroecológicos”, (2) técnicos, extensionistas e outros representantes do conhecimento científico, e (3) famílias camponesas, envolvidas com experiências agroecológicas.

Recorte empírico reformulado

Para análises empíricas destas relações agroecológicas serão observadas as experiências da Cooperafloresta (Barra do Turvo, Vale do Ribeira - SP). Como forma de ampliar o campo de análise e possibilitar um olhar abrangente do território analisado, as experiências da Cooperafloresta serão analisadas em seu contexto histórico e territorial. Sendo assim, adotou-se como objeto de estudo as experiências de produção e reprodução do modo de vida quilombola existentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos Barra do Turvo. Este recorte analítico agrega: o mais importante remanescentes de Mata Atlântica; um conjunto de remanescentes quilombolas (Quilombos: Ribeirão Grande e Terra Seca, Pedra Preta Paraíso e Cedro); o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga; e um acúmulo de mais de 15 anos de experiências em Sistemas Agroflorestais.

4. Resultados Parciais

Os resultados apresentados neste item do relatório de qualificação são fruto do amadurecimento do projeto desta pesquisa, das primeiras reflexões teóricas e primeiros contatos com o campo de análise empírica. Os itens que seguem este texto, conforme foi dito na apresentação inicial, são o que se pretende como capítulos da tese, excluindo-se o capítulo conclusivo, ainda não esboçado.

4.1. Introdução

4.1.1. Objetivos

Apresentar de forma introdutória (1) as principais definições e contextualizações conceituais que permeiam este estudo, passando pelos temas Agroecologia, Campesinato e Gênero; (2) os caminhos teórico-metodológicos a serem percorridos na pesquisa e (3) a delimitação do território escolhido para a realização da análise empírica.

4.1.2. Primeiras reflexões

As questões norteadoras desta pesquisa fazem parte da preocupação maior por compreender de que forma agroecologia, campesinato e gênero têm se relacionado teórica e empiricamente. Parte-se da constatação de que a agroecologia tem enfrentado dificuldades para operacionalizar a articulação entre seus aspectos ecológicos, agronômicos e socioculturais. Entende-se por agroecologia a construção de um campo do conhecimento que pretende transformar as relações de produção agrícola a partir do diálogo entre o saber-fazer científico e o saber-fazer das comunidades rurais. Como fundamento principal, a agroecologia deve se fazer de maneira endógena, ou seja, a partir da estrutura socioeconômica própria à comunidade rural (GUZMAN CASADO et al., 2000).

Grande parte das ações agroecológicas incluem comunidades que têm como referência geracional a lógica da produção agrícola familiar, que inclui produção para venda e consumo da família e envolve espaços femininos e masculinos interdependentes. O ideal de transformação inerente aos pressupostos agroecológicos parte da contraposição à condição agrária estruturada pelo paradigma da revolução verde e pretende alcançar um cenário de autonomia e sustentabilidade dos agroecossistemas e modo de vida das famílias rurais. O modelo de produção ao qual se pretende contrapor tem como uma de suas bases a supervalorização dos espaços masculinos voltados à geração de renda, em

detrimento da produção familiar relativamente autônoma e voltada à reprodução da própria família (SHIVA, 2000).

A pesquisa que aqui se apresenta tem como objetivo analisar as estratégias metodológicas da agroecologia para compreender de que forma a economia familiar camponesa, suas especificidades quanto à autonomia e gênero, tem participado do processo de concepção e ação agroecológica. Pretende-se compreender quais as formas de interação que têm se estabelecido entre os representantes dos diversos saberes e fazeres articulados nas experiências agroecológicas, como forma de enfrentar o desafio da construção endógena. Para tanto, pretende-se observar as relações estabelecidas entre (1) instituições promotoras de “projetos agroecológicos”, (2) técnicos, extensionistas e outros representantes do conhecimento científico, e (3) famílias agricultoras, envolvidos com experiências agroecológicas.

Em pesquisa de mestrado realizada por esta autora, foi possível identificar duas tendências imprevistas e provavelmente indesejadas do fazer agroecológico, que chamamos aqui de dilemas da agroecologia: o dilema da tecnificação e o dilema da masculinização. Tanto um como o outro são efeitos da reprodução não planejada de um *status quo* da agricultura modernizada e manutenção do obscurecimento de dimensões importantes ao modo de vida camponês, desvalorizadas pela lógica capitalista de produção. Como veremos, os dois dilemas acabam por fortalecer o processo de desvalorização das estratégias de manutenção da autonomia historicamente construídas pelo campesinato brasileiro. Tem-se como hipótese que a superação destes dilemas está intimamente relacionada com a consolidação do fazer endógeno na agroecologia. É nesse sentido que busca-se compreender de que forma se estabelecem as relações nos processos de concepção e ação agroecológica, para refletir sobre possíveis caminhos de superação destes e de futuros dilemas que decorram do desafio da operacionalização da construção endógena.

No texto introdutório da tese (tese em construção), serão apresentadas, de maneira mais geral (1) as principais definições e contextualizações conceituais que permeiam este estudo, (2) os caminhos teórico-metodológicos a serem percorridos na pesquisa e (3) a delimitação do território que oferecerá as possibilidades de análise empírica. O primeiro capítulo da tese (*Concepções agroecológicas: diferentes inserções sobre campesinato e gênero*) terá como objetivo fundamentar a questão norteadora da pesquisa. Para tanto, será realizada uma análise das obras dos autores “clássicos” da agroecologia com foco nas diferentes concepções sobre o saber do “outro”, assim como das decorrentes

confluências e bifurcações teóricas e epistemológicas que acompanham a construção do saber-fazer agroecológico.

No segundo capítulo (*Estratégias de produção e reprodução socioeconômica: a autonomia camponesa*) pretende-se realizar uma caracterização do endógeno, ou seja, demonstrar teoricamente como se constitui a economia camponesa e quais são suas estratégias socioculturais para o exercício da autonomia de produção e reprodução da vida. Estará evidenciado, neste momento, que a questão da autonomia do campesinato está intimamente relacionada ao exercício da interdependência entre o feminino e o masculino na unidade familiar de produção. O capítulo três (*Feminismo e estudos de gênero - na construção do protagonismo feminino em unidades camponesas de produção agroecológica*) irá apresentar panoramicamente a discussão teórica sobre gênero desde o feminismo, de forma geral, até sua inserção no mundo rural e na agroecologia. O foco é ampliar o conceito de protagonismo feminino, partindo da concepção de inclusão e empoderamento da mulher à concepção de fortalecimento do feminino em realidades masculinizantes. O quarto capítulo da tese (*A participação como inclusão das especificidades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino: uma proposta agroecológica?*) partirá (1) das demandas agroecológicas de fortalecimento da autonomia camponesa por meio da transformação fundamentada no endógeno, apresentadas no primeiro capítulo; (2) do desenvolvimento sobre a dinâmica familiar camponesa e (3) das peculiaridades de gênero na construção da autonomia, apresentadas nos capítulos dois e três; para descrever e problematizar as principais estratégias metodológicas propostas para o desenvolvimento de projetos agroecológicos: Pluralismo metodológico (distributivo, estrutural, dialético); Método Campesino a Campesino (MCAC); Investigação/ação participativa; Experimentação agroecológica; e Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Findado o desenvolvimento teórico da pesquisa, o capítulo cinco (*Resultados parciais da pesquisa de campo*) será destinado à explanação sobre a análise empírica da tese. Neste momento, serão apresentados os resultados das análises de documentos, observações e entrevistas realizadas em campo, em diálogo com o referencial teórico anteriormente problematizado. Pretende-se, aqui, elaborar uma reflexão sobre as formas de relação de poder que permeiam as interações pertencentes ao processo de transformação agroecológica, assim como suas consequências quanto ao processo de territorialização camponesa. Finalmente, o capítulo de conclusão da tese deverá estabelecer correspondências entre: (1) as estratégias metodológicas articuladas no fazer

agroecológico; (2) as formas de interação nelas estabelecidas; (3) a intensidade e a forma de inclusão das especificidades de produção e modo de vida camponês; e (4) as consequências quanto ao potencial de territorialização camponesa via transformações agroecológicas. Articulando resultados das análises teóricas e empíricas, pretende-se indicar possíveis caminhos para a continuação do fazer agroecológico no sentido da superação dos desafios encontrados no decorrer desta pesquisa.

Somando a contribuição teórica de autores clássicos da agroecologia, sem nos atentarmos para as especificidades epistemológicas que serão discutidas no próximo capítulo desta tese, poderíamos definir a agroecologia como um campo do conhecimento que propõe relações de produção a partir do diálogo entre o saber-fazer científico e o saber-fazer das comunidades rurais. Como um saber complexo, ela impulsiona uma reforma paradigmática capaz de detectar e agir sobre a diversidade de interações entre aspectos ecológicos, agronômicos, econômicos e socioculturais. Dando ênfase na construção de dinâmicas produtivas concebidas e operacionalizadas a partir do endógeno, prevê-se a indissociabilidade entre sustentabilidade e autonomia camponesa³ como condição fundamental para a promoção dos princípios agroecológicos (GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 1989, 1999, 2001; SEVILLA GUZMAN, 2001, 2002, 2005; GUZMAN CASADO et al., 2000).

Num movimento de oposição ao fluxo gerado pelos ditames da revolução verde, a agroecologia busca resgatar processos de produção complexos, que se fundamentam na observação das interações ecossistêmicas locais e na interligação entre as diferentes atividades que compõem a organização camponesa, somando-se demandas monetárias e demandas da reprodução da vida familiar. Tem-se como princípio agroecológico que a (re)construção de unidades de produção complexas e integradas oferece maiores condições para conquista e manutenção da autonomia dos povos – tanto no que se refere às técnicas internas de manejo agrícola, como ao estabelecimento de relação independente com o exógeno e fortalecimento da organização do modo de vida local. Sendo assim, o alto grau de simplificação e “tecnificação” das relações promovido pelo modelo de produção capitalista – intimamente ligado às noções de “progresso”, “facilidade” e “conforto” – colocam-se como um desafio a ser enfrentado no processo de conquista da

³ Ainda que esta pesquisa tenha como recorte teórico-metodológico o campesinato, é importante ressaltar que a agroecologia trata da relação entre saberes-fazeres diversos, sem restrições quanto às diversas possibilidades de diversidade cultural, incluindo-se povos indígenas, camponeses, aborígenes, etc.

sustentabilidade e da autonomia (GUZMAN CASADO et al., 2000; PORTO-GONÇALVES, 2004).

No entanto, ainda que a construção teórica da agroecologia caminhe no sentido de uma inversão paradigmática e que reúna condições de fortalecimento da lógica camponesa de produção, tal como se evidenciou em pesquisa anterior, sua práxis tem apresentado certa preponderância dos aspectos tecnicoagronômicos sobre questões sociopolíticas. Disseminam-se contextos de produção tecnicamente fundamentados em princípios agroecológicos, mas economicamente orientados para demandas mercadológicas exógenas. Essa tendência tem sido justificada pela urgência de geração de renda em comunidades assoladas pela pobreza. Apesar da sensatez do argumento, a aliança entre tecnificação ecológico-agronômica e busca desenfreada pela geração de renda tem produzido consequências não previstas pela teoria agroecológica. Vivencia-se, assim, o dilema da tecnificação. Esta ação imprevista e provavelmente indesejada tem possibilitado o aparecimento dos “pacotes agroecológicos”, modelos de aplicação que acabam por desconsiderar a diversidade e complexidade nas relações de produção familiares.

A ânsia de intervir nos sistemas agrícolas de forma agroecológica tem, muitas vezes, consolidado, entre alguns agentes sociais, a ideia do “pacote agroecológico”, desconhecendo-se ou minimizando-se a complexidade e a diversidade dos sistemas produtivos e tendendo-se a uniformizá-los para facilitar a ação tecnológica, a metodologia e a obtenção dos resultados (ALMEIDA, 2003, p.505).

Como esse dilema, internamente colocado à agroecologia, se relaciona com a problemática da luta do campesinato pela autonomia? A condição de classe constitutiva do capitalismo faz com que o campesinato vivencie uma tensão fundamentada em dois processos: a subordinação da sua produção pelo capital; e a manutenção (e recriação) das relações familiares como garantia da própria produção de capital (OLIVEIRA, 1991,1999; MARTINS, 1981). As famílias camponesas experimentam uma contradição entre a subordinação ao sistema hegemônico e a possibilidade de manterem-se autônomas. Levando-se em consideração que o campesinato não se apresenta apenas como uma relação de produção não capitalista, mas também como um “modo de vida” peculiar, essa tensão deve ser compreendida na vinculação entre relações familiares de produção e as suas condições socioculturais (SHANIN, 2008). Neste contexto, são as diferenças hierárquicas e de gênero no interior da família que organizam as atividades produtivas, seguindo a lógica de satisfação das necessidades socialmente construídas.

Articulando elementos simbólicos e práticas produtivas, homens e mulheres de diferentes idades assumem funções específicas dirigidas à manutenção da unidade familiar de produção/consumo. Verifica-se um conjunto de interdependências, representadas principalmente pela vinculação entre espaços femininos e espaços masculinos, que contribuem com a reprodução da especificidade camponesa. A economia camponesa se estrutura, portanto, através da interligação entre a esfera masculina e a esfera feminina, que juntas delimitam o núcleo familiar e viabilizam a conexão entre produção e consumo para a reprodução do modo de vida camponês (SHANIN, 1974; WOORTMAN e WOORTMAN, 1997).

Numa lógica contrária a esta (menos cíclica e mais retilínea), o modelo de produção capitalista - apresentado ao campesinato como “processo de modernização da agricultura” - depende da desvinculação da produção das reais necessidades de consumo. Para aquisição de lucros, a maximização da produção destinada ao exógeno deve superar as expectativas de reprodução da vida camponesa. Segundo esta lógica, os espaços que se encontram intimamente vinculados ao “cuidado familiar” (direcionados ao endógeno) devem ser superados e substituídos por espaços produtores de mercadorias (PORTO-GONÇALVES, 2004; LEFRBVRE, 1971; SHIVA, 2000). Desse modo, o modelo econômico capitalista caminha em sentido oposto à experiência histórica das mulheres (maiores representantes da noção de cuidado) com relação à reprodução da sociedade. Enquanto o modo de vida camponês se fundamenta na interdependência entre o feminino e o masculino, a lógica capitalista privilegia este último e o desvincula do primeiro de modo a orientá-lo às demandas mercadológicas (PICCHIO, 2003). Este processo aplicado à realidade agrícola acaba por promover o que se denominou em pesquisa anterior de processo de “masculinização da agricultura”.

Tem-se observado, portanto, que o pêndulo camponês que se direciona da autonomia à subordinação tem sofrido, concomitantemente, uma inclinação ao processo de “masculinização da agricultura”. A experiência feminina socialmente construída no campesinato é marginalizada pelo modelo de produção capitalista, que favorece os espaços masculinos e os direciona para processos produtivos exógenos. Considerando-se este contexto complexo e repleto de tensões vivenciado pelo campesinato brasileiro, que passa por processos de subjugação, de masculinização e de resistência, quais têm sido as estratégias metodológicas da agroecologia para a construção de territórios camponeses autônomos?

Torna-se evidente que uma agroecologia excessivamente “técnica” encontrará dificuldade para contribuir com o fortalecimento da autonomia camponesa, pois acaba por efetivar-se, inadvertidamente, num campo de possibilidades estruturado por interesses mercadológicos exógenos anteriormente constituídos. É por este caminho, desviado da proposta teórica da agroecologia, que a relação de masculinização pode ser identificada também no interior de experiências agroecológicas. Ainda que seja necessário reconhecer a existência de avanços relacionados ao protagonismo das mulheres em experiências agroecológicas, esses exemplos continuam sendo a exceção (SILIPRANDI, 2009). O dilema da masculinização é mantido, principalmente, pela supervalorização dos espaços socialmente reconhecidos como espaços masculinos durante a construção de experiências agroecológicas.

Considerando-se os resultados do processo de construção da teoria agroecológica, alimentada pelas experiências já desenvolvidas nos últimos 30 anos, torna-se evidente a pertinência do estudo das relações que constituem um território sob intervenções agroecológicas. Parte-se da hipótese de que na forma pela qual se estabelecem as relações entre técnicos/cientistas e famílias camponesas pode-se encontrar contribuições importantes para a superação destes dilemas da agroecologia. Trata-se, portanto, de se constituir um caminho de pesquisa que permita a elaboração de reflexões quanto às estratégias metodológicas que a agroecologia tem utilizado para viabilizar o princípio da construção endógena e da territorialização camponesa.

Para tanto, foi selecionado um referencial teórico-metodológico que oferecesse condições analíticas para articular os três temas estruturantes desta pesquisa (agroecologia, campesinato e gênero), levando em conta uma visão totalizante do real, sem perder a elaboração do simbólico e o olhar para as potencialidades de transformação social. Nesse sentido, iremos nos basear (1) na concepção de território elaborada por Raffestin e Oliveira, e seus desdobramentos quanto à disputa por territórios camponeses; e (2) nas concepções de poder elaboradas por Foucault e Holloway, tendo em vista as formas pelas quais a autonomia pode se expressar através da práxis agroecológica.

O conceito de território norteador desta pesquisa não inclui interpretações nacionalistas e/ou deterministas que excluem a possibilidade de compreensão dinâmica do conceito. Ao contrário, concebe-se aqui a transitoriedade do território, guiada pelas relações estabelecidas entre sociedade e natureza, em meio a um jogo de forças políticas e culturais passíveis de reformulações. Neste contexto, baseando-nos em Oliveira (1999,

p.13), podemos definir território como a *totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações supraestruturais*.

Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve (OLIVEIRA, 1999, p.13).

Esta forma de conceber o território nos permite colocar as relações sociais - ou as relações estabelecidas pelos grupos sociais como forma de organização para a interação/transformação da natureza - no centro do problema. Além disso, nos permite assumir uma postura ativa quanto às potencialidades de experimentação da construção, destruição, manutenção e transformação do território. Trazendo a contribuição de Raffestin (1993) para o conceito, a disputa por territórios e as possibilidades de sua transformação estão imersas nos fluxos de energia e informação que atravessam as relações sociais como manifestação de *poder*. Segundo o autor, sendo multidimensional e imanente, o poder faz-se presente em todas as relações e imprime em determinado espaço a “imagem” territorial condizente com as ações sociais ali estabelecidas.

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. [...] Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.152-153).

Partindo desta interpretação do conceito de território, como o processo de territorialização camponesa, orientado para a conquista da autonomia e mediado pelos princípios agroecológicos, deve ser concebido nesta pesquisa? Quais seriam os fundamentos necessários à interpretação da problemática colocada? Para responder a estas questões, é necessário voltar-se à interpretação das relações de poder (ou parte delas) inerentes ao capitalismo, no que diz respeito aos territórios agrícolas do Brasil.

Para tanto, baseamo-nos na tese de que o capitalismo mantém relações de produção não capitalistas e capitalistas de forma contraditória e combinada, como garantia de manutenção da produção de capital e reprodução ampliada de capital, respectivamente (OLIVEIRA, 2007). Sendo assim, entende-se que o capitalismo abre

espaço para a recriação do campesinato para garantir a capitalização e apropriação da *renda da terra camponesa*.

Parte-se do reconhecimento de que a terra, como meio de produção não oriundo do trabalho humano, não pode ser compreendida como capital. Desse modo, o produto extraído da terra por meio do trabalho (seja ele camponês ou assalariado) diferencia-se fundamentalmente do produto gerado pela indústria. Nesta etapa do processo produtivo, em que se tem terra e trabalho como elementos de produção, não se é capaz de auferir lucro. Antes de sua apropriação à lógica do mercado capitalista, o produto gerado pela venda do que foi colhido na terra pode ser concebido apenas como *renda*. O que o camponês adquire, portanto, não é capital, mas *renda da terra*. Na relação deste camponês com o capitalista, esta renda da terra pode ser capitalizada, ou seja, transformada em capital.

Acontece, no caso da produção camponesa, o que Oliveira (1991, 2004) denomina de *monopolização do território camponês pelo capital*. Na relação entre camponês e mercado capitalista, ainda que o camponês continue proprietário da terra e de seus meios de produção, a renda da terra por eles produzida é apropriada pelo capital através: da regulação de preços dos produtos; venda de insumos, sementes e maquinários; fornecimento de créditos bancários, e outras estratégias de mercado que envolvem as relações de produção, circulação, distribuição e consumo.

[...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração para avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se em frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. [...] É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir o seu capital (OLIVEIRA, 2004, p.42-43).

Ainda que a teoria agroecológica, por meio de diversos movimentos sociais camponeses, tenha sido um elemento importante de contraposição ao domínio do capital sobre a agricultura de forma geral, o foco de ação das experiências agroecológicas está relacionada justamente à monopolização do território pelo capital, ou seja, a contraposição direta aos processos de apropriação da renda da terra aqui mencionada. A

práxis agroecológica costuma acontecer em terras camponesas monopolizadas pelo capital.

De uma forma ou de outra, é relevante destacar que o capital monopolista atravessa as diferentes dimensões do modo de vida camponês e suas relações com os demais sujeitos da sociedade brasileira. Desse modo, o processo de territorialização camponesa passa pela disputa de territórios existente entre camponeses e capitalistas e a busca pela construção e manutenção de frações de território conduzidas por relações camponesas autônomas. Partindo deste princípio, para que a práxis agroecológica seja capaz de contribuir efetivamente com o processo de territorialização camponesa, não deveria então estimular a construção da autonomia do campesinato em relação às diferentes fontes de monopolização lançadas sobre eles? Mas, considerando-se os pressupostos agroecológicos, o que se entende por autonomia camponesa? Como avaliar se determinado grupo social conquistou realmente a autonomia diante das interferências exógenas?

Se retomarmos o princípio básico da teoria agroecológica (articuladas as contribuições teóricas de Gliessman, Altieri e Sevilla Guzmán) que prevê, para plenitude de sua práxis, o diálogo entre o *saber-fazer* científico e o *saber-fazer* das comunidades rurais, podemos encontrar nesse exercício metodológico relações de poder fundamentadas na linguagem (saber) e na ação (fazer). Partindo deste ponto de vista, utilizaremos os conceitos de *saber-poder* de Foucault (1987, 2000) e de *poder-fazer* de Holloway (2003). Esta opção inclui uma compreensão sobre a necessidade de transformação das relações monopolistas (representadas pelo *poder-sobre*) em relações autônomas (representadas pelo *poder-fazer*).

Ao conceber as famílias camponesas e os cientistas (representantes do conhecimento acadêmico chamados muitas vezes de técnicos ou extensionistas) como sujeitos em comunicação, segundo Foucault (1987), o saber compartilhado entre estes sujeitos implica, necessariamente, em ações e reações articuladas como relação de poder, ou seja, parte-se do princípio de que a produção de saberes é necessariamente uma produção de poderes: “temos antes que admitir que [...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27).

[...] aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes [...]. Uma relação de poder, [...] se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de uma ação (ação governada, é certo) e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 2000, p. 243).

Assim, para analisarmos as relações inerentes ao processo de experimentação agroecológica devemos, num primeiro momento, observar a forma pela qual se estabelecem as articulações entre conhecimentos e a forma pela qual se orienta a transformação do ambiente nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo, assim como em suas articulações supraestruturais (a transformação ou construção do território).

No entanto, uma análise das relações de poder limitada à esfera do conhecimento (o saber e o falar) restringe a análise das potencialidades de transformação social, ou seja, da transformação da ação de monopolização à ação de autonomia camponesa. Como sugere a própria teoria agroecológica, faz-se necessário, também, investigar a esfera do *fazer*. Segundo Holloway (2003), o fazer é um conceito em si transformador, é o movimento completo de negação prática, que parte de um fluxo social e nega um estado de coisas dado – ao fazer, transformamos. A ruptura do fluxo social do fazer, que possibilita a concepção e a ação do feito segundo um campo de possibilidades endógeno, é a emergência do *poder-sobre*. A monopolização, que limita o exercício do fazer camponês, pode ser concebida como uma forma de representação do poder-sobre, da relação que segrega a concepção da ação e que, portanto, desintegra o fazer endógeno. O poder-sobre não deixa de existir como uma das formas do fazer, como ação transformadora de um estado de coisas. No entanto, adquire uma forma que nega a sua própria substância. Segundo Holloway (2003, p.51):

Enquanto o poder-fazer é um processo de unir, o unir do meu fazer com o fazer dos outros, o exercício do poder-sobre é a separação. O exercício do poder-sobre separa a concepção da execução, o feito do fazer, o fazer de uma pessoa do de outra, o sujeito do objeto. Aqueles que exercem o poder-sobre são separadores que separam o fato em relação ao fazer e os fazedores em relação aos meios de fazer. [...] O poder-sobre é a ruptura do fluxo social do fazer.

O poder quando exercido sobre determinado sujeito transforma o fazer em trabalho alienado, passivo ou alheio. Se o campo de possibilidades é estruturado a partir de fora, de forma descolada da lógica interna, a ação decorrente (seja ela técnica ou política) não será ativa, não será efetivamente construtora ou transformadora de território. Se a práxis agroecológica não for capaz de unir concepção e execução através da reformulação do campo de possibilidades e inclusão de referências endógenas, correr-se-á o risco de estabelecer relações agroecológicas fundamentadas no poder-sobre. Correr-se-á o risco de substituir a produção de renda da terra por uma produção ecológica, mas continuar possibilitando a permanência dos processos de metamorfose de renda da terra e apropriação de capital, assim como de monopolização do território e desconstrução da autonomia camponesa. Compreender as relações de poder inerentes ao fazer pode, portanto, favorecer a compreensão sobre as possibilidades de construção da autonomia e territorialização camponesa.

Sob a lógica capitalista, a ação dominada, ou trabalho exercido para satisfação da concepção de outro, passa a ter mais valor do que o fazer ativo ou o trabalho autônomo. Desse modo, colocam-se obstáculos com relação ao acesso ou à visibilidade de remanescentes autônomos de um fazer livre e transformador. Mais do que isso, esta invisibilidade do poder-fazer existente em meio a matriz do poder-sobre parece-nos corresponder com a marginalização do saber-fazer feminino.

Os não fazedores (os que comandam o fazer) prescrevem o fazer de tal forma que, para aqueles que o realizam, o fazer se converte em um ato alheio (imposto externamente). Seu fazer é transformado de ativo em passivo, em sofrido ou alheio. O fazer se converte em trabalho alienado. O fazer que não é comandado de maneira direta pelos outros se separa do fazer alienado e se considera menos importante: “E você o que faz?”. “Oh, eu não faço nada. Só sou uma dona de casa” (HOLLOWAY, 2003, p.56).

No contexto desta pesquisa, cabe questionar se as experiências agroecológicas têm conseguido identificar o saber-fazer feminino historicamente ocultado na dinâmica familiar de produção. Mais do que isso, será necessário observar a dimensão de gênero existente em toda e qualquer relação estabelecida entre os agentes do processo de concepção e ação agroecológica, identificando a forma pela qual se exerce o poder entre as partes, se através do *poder-sobre* ou do *poder-fazer*.

Finalmente, é importante atentar para o fato de que a substituição do poder-sobre pelo poder-fazer exige uma efetiva transformação na forma pela qual se estabelecem as

relações. Segundo Holloway (2003), a construção de um contra-poder não possui a ação transformadora necessária para emergência de novas relações sociais. O poder-sobre exercido através da lógica do capital não deve ser combatido com um contra-poder (sobre), mas com a transformação da forma deste poder em poder-fazer. Assim, a construção de um contra-poder não parece viabilizar o fortalecimento do que se entende por autonomia camponesa. No contexto desta pesquisa, diríamos que a substituição da monopolização do território pelo capital pela monopolização do território por outra forma de poder não-capitalista não possibilitaria o exercício da autonomia camponesa proposto teoricamente pela agroecologia.

Portanto, como consequência da reprodução do poder-sobre por vias agroecológicas, podemos sintetizar dois caminhos que parecem desviar a práxis agroecológica de seus objetivos fundamentais: (1) a substituição das técnicas pelas quais se produz a renda da terra (do modelo da revolução verde por um fictício “modelo agroecológico”) e manutenção da monopolização do território pelo capital; (2) a substituição da monopolização do território pelo capital por um formato também ficticiamente agroecológico e a manutenção da sujeição do camponês ao campo de possibilidades exógeno. Nas duas situações mencionadas, mantém-se o formato das relações estabelecidas como relações de poder-sobre, ou seja, mantém-se a separação entre a concepção e a execução do fazer. Por autonomia, portanto, entende-se a união entre a concepção e a execução; entre o fato, o fazer, os meios de fazer e os fazedores. Por concepção entende-se o campo de possibilidades endógeno, pertencente ao universo dos próprios fazedores. Por execução entende-se a etapa final do fluxo social do poder-fazer.

Partindo-se do referencial teórico-metodológico aqui exposto, as relações existentes nos e entre os espaços femininos e masculinos dos territórios pesquisados serão (1) analisadas qualitativamente quanto às formas de relação de poder emergente, tanto no interior das famílias e comunidades camponesas, como entre camponeses e cientistas agroecólogos. Além disso, tendo a preocupação analítica voltada à territorialização camponesa, (2) será analisada a permeabilidade da práxis agroecológica no território, ou seja, nas relações de produção, circulação, distribuição e consumo, assim como em suas articulações supraestruturais.

Para a análise empírica da pesquisa, optou-se por uma realidade de campo já conhecida por esta pesquisadora. A região do Vale do Ribeira, que abriga o mais significativo remanescente de mata atlântica do Estado de São Paulo e diversos

remanescentes de quilombo, foi investigada pela primeira vez pela autora em 2006⁴. Naquela ocasião, a preocupação principal era compreender o lugar das mulheres no processo de consolidação de espaços agroecológicos. Durante a observação participante realizada para este fim, destacou-se das demais experiências agroecológicas o envolvimento de mulheres camponesas (quilombolas) como protagonistas em projetos de desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAF), através da Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/SP (Cooperafloresta). Ainda que se tenha identificado a relevância desta peculiaridade empírica, não cabia, naquele momento, realizar maior aprofundamento sobre estas experiências em particular. Com uma nova proposta analítica, complementar ao caminho de pesquisa até aqui realizado, recupera-se esta oportunidade.

Como forma de ampliar o campo de análise e possibilitar um olhar abrangente do território analisado, as experiências agroecológicas da Cooperafloresta (Barra do Turvo - SP) serão analisadas em seu contexto histórico e territorial. Para tanto, adotou-se como objeto de estudo as experiências de produção e reprodução do modo de vida quilombola existentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos Barra do Turvo. Como será discutido no capítulo cinco, algumas especificidades locais que se sobrepõem são: os importantes remanescentes de mata atlântica local; o conjunto de remanescentes quilombolas (Quilombo de Ribeirão Grande e Terra Seca, Quilombo Pedra Preta Paraíso e Quilombo do Bairro Cedro); o pertencimento ao Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga; e acúmulo de mais de 15 anos de experiências em SAF via Cooperafloresta.

4.1.3. Indicação de referências

ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

⁴ Os municípios de Cajati, Cananéia, Sete Barras e Barra do Turvo estiveram inseridos na pesquisa intitulada “As potencialidades de inclusão das mulheres na efetivação de espaços agroecológicos”, fruto de Estágio Profissionalizante em Engenharia Florestal (USP/ESALQ – Departamento de Economia, Administração e Sociologia), sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Elisa P. E. Garavello. Na ocasião, vivenciou-se o desenvolvimento do projeto “Recuperação e Conservação Ambiental através do Desenvolvimento Agroflorestal em Comunidades e Assentamentos no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema, SP”, pertencente ao Subprograma do Ministério do Meio Ambiente: Projeto Demonstrativo – PDA, durante um semestre.

_____. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable.** Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.I. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Cidade. Forense Universitária, 2000.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis. Vozes, 1987.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade, 2001.

GUZMAN CASADO, G.I.; GONZALES DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMAN, E. **Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

LEFEBVRE, H. **El materialismo dialéctico.** Buenos Aires, La Pléyade, 1971 (Traducción de la 5ª edición francesa, edición original de 1939).

MARTINS, J.S. **O cativoiro da terra.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI.** In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M.. (Org.). **O Campo no Século XXI.** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PICCHIO, A. **Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social.** In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas.** Barcelona: Icaria Antrazyt, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz da Terra, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SEVILLA GUZMAN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar, 2002.

_____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n. 1, p. 35-45, jan./mar, 2001.

SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALES DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1974.

SHIVA, V. Deixe-nos sobreviver: mulheres, ecologia e desenvolvimento. In: RUETHER, R.R. (Org.). **Mulheres curando a terra**: mulheres do terceiro mundo na Ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UNB, 1997.

4.2. Concepções agroecológicas: diferentes inserções sobre campesinato e gênero

4.2.1. Objetivos

Fundamentar a questão norteadora desta pesquisa, apresentando as formas de reconhecimento do e interação com o saber do “outro” nas obras dos autores “clássicos” e como essas formas contribuem para as confluências e bifurcações teóricas e epistemológicas da agroecologia. Esta investigação nos possibilitará reconhecer de que forma o desafio da relação entre diferentes transparece na teoria agroecológica para, então, questionarmos quais são as respostas metodológicas elaboradas para enfrentá-lo e de que forma elas tem sido aplicadas.

4.2.2. Primeiras reflexões

Para além das peculiaridades técnicas, uma importante diferença da Agroecologia com relação às chamadas agriculturas alternativas (Agricultura Orgânica, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Natural e Permacultura) está no caráter metodológico, principalmente no que diz respeito à participação das comunidades locais. Como veremos neste capítulo, a teoria agroecológica considera a participação das famílias agricultoras não apenas na execução de projetos e técnicas pré-estabelecidas, mas no processo de construção do próprio conhecimento agroecológico.

A participação, do ponto de vista agroecológico, prevê que as técnicas produtivas, a organização familiar de produção e o modo de vida tradicionalmente desenvolvidos pelas comunidades rurais sejam referência para elaboração dos projetos agroecológicos. O fazer agroecológico deve partir do universo socioecológico local para a elaboração conjunta de estratégias de (re)construção do território, orientadas ao fortalecimento da sustentabilidade e autonomia camponesa. Esta proposta, portanto, exige a construção de relações horizontais entre indivíduos com concepções de mundo bastante diferenciadas, como é o caso dos camponeses e técnicos de ONG's ou acadêmicos formados no universo urbano industrial (SILVA JÚNIOR e DE BIASE, 2012).

Com objetivo de fundamentar a questão norteadora desta pesquisa, serão apresentadas, neste capítulo, as formas de reconhecimento do e interação com o saber do “outro” nas obras dos autores “clássicos” e como essas formas contribuem para as confluências e bifurcações teóricas e epistemológicas da agroecologia. Esta investigação nos possibilitará reconhecer de que forma o desafio da relação entre diferentes transparece na teoria agroecológica para, então, questionarmos quais são as respostas metodológicas elaboradas para enfrentá-lo e de que forma elas tem sido aplicadas.

Dentre os autores paradigmáticos, o exemplo das comunidades locais como o “ponto de partida” das transformações do território no sentido da sustentabilidade, assim como a inclusão do conhecimento historicamente construído por elas durante o processo de elaboração de estratégias de ação agroecológicas, são norteamentos teóricos já formulados e colocados como condição primordial para a promoção de estilos de agricultura sustentável. Considerando este tema como um consenso da teoria agroecológica, trataremos de evidenciar quais são as diferenças existentes na forma pela qual ele é concebido e trabalhado pelos agroecólogos, assim como suas principais implicações.

A agroecologia é definida por Stephen Gliessman como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (2001, p.54). Para Gliessman (2001), a agroecologia constitui-se em “laboratório real”, com a colaboração daqueles que vivem a realidade da pequena agricultura “tradicional”. O autor identifica, nesta realidade, a existência de um “conhecimento ecológico sofisticado”, lapidado pelo tempo e ameaçado pelo processo de modernização, que deve servir como “ponto de partida” para a construção da agricultura sustentável.

É essencial que os agroecossistemas tradicionais sejam reconhecidos como exemplos de aplicação de conhecimento ecológico sofisticado. Caso contrário, o assim chamado processo de modernização na agricultura continuará a destruir o conhecimento, já testado pelo tempo, que eles incorporaram – conhecimento esse que deve servir como um ponto de partida para a conversão a agroecossistemas mais sustentáveis (GLIESSMAN, 2001, p.571).

Três são os modelos pelos quais transitam suas discussões: a agricultura moderna, o ecossistema natural e o agroecossistema tradicional. O termo “tradicional” é utilizado por Gliessman (2000, 2001) para definir o caráter histórico e contínuo de determinado comportamento, neste caso ao que denominaríamos agricultura camponesa ou indígena. Para o autor, a agroecologia encontra seus fundamentos na junção das aprendizagens obtidas com o estudo dos *ecossistemas naturais* e dos *agroecossistemas tradicionais*, ambos aprovados pelo teste do tempo. O primeiro contribuiria com o entendimento das bases ecológicas para a sustentabilidade, enquanto o segundo oferece exemplos sobre como uma cultura e seu ambiente tem coevoluído de forma a manter o equilíbrio dos fatores ecológicos, tecnológicos e socioeconômicos (GLIESSMAN e GUADARRAMA-ZUGASTIL, 2003).

No que se refere às práticas de manejo ecologicamente consistentes, Gliessman (2001) elenca algumas características que considera comuns aos sistemas tradicionais de produção agrícola. Estas características são reconhecidas pelo autor como lições importantes sobre como devem ser desenhados os “agroecossistemas sustentáveis modernos”:

- não dependem de insumos externos, adquiridos no mercado;
- fazem uso intenso de recursos renováveis e disponíveis localmente;
- enfatizam a reciclagem de nutrientes;
- têm impactos negativos mínimos ou benéficos no ambiente agrícola e fora dele;
- são adaptados ou tolerantes às condições locais, em vez de dependentes de alteração ou controle intenso do ambiente;

- são capazes de tirar vantagem do espectro total de variação microambiental que ocorre nos limites do sistema de cultivo, unidade produtiva e região;
- maximizam o rendimento sem sacrificar a capacidade produtiva, a longo prazo, de todo o sistema e a habilidade dos seres humanos de utilizarem seus recursos de forma ótima;
- mantêm diversidade espacial e temporal em continuidade;
- conservam a biodiversidade biológica e cultural;
- dependem de variedades locais de cultivo e frequentemente incorporam plantas e animais silvestres;
- usam a produção para suprir inicialmente as necessidades locais;
- são relativamente independentes de fatores econômicos externos; e
- são construídos com base no conhecimento e cultura dos habitantes locais (2001, p.569-570).

Desde a definição da agroecologia até seus desdobramentos teóricos, o “agroecossistema” é o conceito central para as discussões elaboradas pelo autor. É interessante notar que a identificação do “conhecimento e cultura dos habitantes locais” como a base para a construção dos “agroecossistemas tradicionais” se faz pela mesma via da centralidade do agroecossistema: os interlocutores principais são estes últimos e não os primeiros. São os agroecossistemas tradicionais que oferecem “lições” de sustentabilidade e não a forma de vida dos “habitantes locais” - camponeses e/ou indígenas. Esta estrutura narrativa, que acompanha a produção do autor de maneira geral (como por exemplo Gliessman *et al.*, 1981; Gliessman, 2000; Gliessman, 2001; Gliessman e Guadarrama-Zugastil, 2003), evidencia a orientação da teoria ecossistêmica na interpretação tanto dos aspectos ecológicos como dos aspectos socioculturais e econômicos que compõem a teoria agroecológica formulada pelo autor. Em Gliessman (2001), por exemplo, o autor inclui os aspectos sociais para a consolidação de práticas sustentáveis compreendendo “os humanos” como um dos elementos de interação do sistema ecológico.

Os agroecossistemas tradicionais também podem oferecer lições importantes sobre o papel que os sistemas sociais desempenham na sustentabilidade. Para que um agroecossistema seja sustentável, os sistemas culturais e econômicos nos quais seus participantes humanos estão integrados devem sustentar e encorajar práticas sustentáveis e não criar pressões que as minem (GLIESSMAN, 2001, p.570).

Ainda que mantenha o olhar bastante direcionado aos aspectos ecológicos, o autor reconhece que a sustentabilidade da agricultura só acontecerá efetivamente quando for possível transformar o sistema alimentar por completo. Isto significa, para ele, incluir todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos no processo de

conversão do sistema para a sustentabilidade. Anunciando a necessidade de se adotar uma abordagem sistêmica como forma de alcançar a sustentabilidade, o autor sugere a construção de uma “economia da sustentabilidade” na qual “o mercado recompense práticas ecologicamente consistentes e valorize os processos naturais do ecossistema que contribuem para a produção agrícola” (GLIESSMAN, 2001, p.598).

É possível notar, portanto, que a preponderância do ecológico é consolidada através da determinação científica, ou seja, a ecologia cumpre a função, tanto na esfera ecológica quanto na esfera sociocultural e econômica, de “validar” conhecimentos e atividades de produção e reprodução da vida. São os especialistas da área ecológica, portanto, que definiriam aquilo que se pode ou não considerar como “práticas ecologicamente consistentes”. Nesse sentido, as especificidades econômicas e socioculturais relacionadas à produção agrícola camponesa e/ou indígena são compreendidas nos supostos limites da dimensão ecológica. Como consequência negativa, os complexos processos sociais que estão intimamente relacionados à construção do “agroecossistema tradicional” acabam por ser interpretados de maneira reduzida.

Enfim, de que maneira o olhar de Gliessman para a agroecologia reconhece a interação entre a cosmovisão do cientista e do camponês/indígena? Deste ponto de vista, de que forma o saber local deve ser incorporado na construção do conhecimento e prática agroecológica? A partir do que foi exposto acima, podemos concluir que para Gliessman: (1) o agroecólogo deve reconhecer que a “pequena agricultura tradicional” é detentora de um “conhecimento ecológico sofisticado” e que este conhecimento deve ser utilizado como “ponto de partida” para alcançar a sustentabilidade; (2) a interiorização deste conhecimento ecológico no processo de construção da agroecologia se dá através do estudo do “agroecossistema tradicional”; (3) as relações humanas são um dos elementos de interação existente no sistema ecológico local, com o mesmo grau de importância dos demais; e finalmente (4) para se alcançar a sustentabilidade, todo o tipo de relação (ecológica, econômica ou sociocultural) deve obedecer aos princípios regidos pela ecologia.

O olhar de Miguel Altieri para a agroecologia, por sua vez, enfatiza os aspectos técnico-agronômicos e fortalece a preocupação político-econômica de contraposição aos princípios neoliberais que fundamentaram a revolução verde. A agroecologia é definida por ele como uma “disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura sob uma perspectiva ecológica e com um marco teórico cuja finalidade é analisar os processos

agrícolas de forma abrangente” (ALTIERI, 1989, p.26). A abrangência da análise dos processos agrícolas inclui, na visão do autor, desde as interações ecológicas no interior do sistema agrícola até as decorrências políticas das diferentes estratégias econômicas e desenvolvimento tecnológico.

Em concordância com Gliessman (2001), o autor compreende os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo, por conter ciclos minerais, transformações de energia, processos biológicos e relações socioeconômicas. No entanto, ainda que estes autores tenham uma grande afinidade teórica, há algumas diferenças quanto à orientação ecológica e a decorrente incorporação dos aspectos ecológicos, econômicos e socioculturais. Se Gliessman (2001) busca nos ecossistemas naturais um modelo de estabilidade ecológica a ser reproduzido (ao máximo) nos agroecossistemas sustentáveis, Altieri e Nicholls (2012, 2013) investiga experiências de uso do solo que sejam exemplo quanto ao potencial de “resiliência socioecológica”.

Partindo, ambos, da perspectiva ecossistêmica, o primeiro autor fundamenta-se na visão ecológica de Odum (1988), que encontra a linearidade e a estabilidade nos ecossistemas naturais. A partir de um esforço multidisciplinar de inclusão de elementos humanos em uma formulação teórica desenvolvida para análise de elementos não-humanos, Gliessman (2001) inevitavelmente desenvolve um enfoque biofísico e certa simplificação ou redução dos aspectos sociais. Altieri e Nicholls (2012, 2013), por sua vez, adota uma visão não linear sobre os ecossistemas, que compreende os dinamismos, incertezas, instabilidades, descontinuidades e retroalimentação do sistema (Berkes et al., 2003). O autor, nesta perspectiva, utiliza o conceito de resiliência socioecológica.

Como vimos anteriormente, a perspectiva ecológica de Gliessman (2001) possibilita a compreensão do ser humano no interior do sistema ecológico como mais uma espécie, adaptada ou não às condições ecossistêmicas locais. Sendo assim, de maneira bem simplificada, caberia ao agroecólogo orientar a ação humana no sentido de sua inclusão nos ciclos ecológicos de forma que se minimizem as perturbações no sistema ecológico.

A perspectiva de Altieri e Nicholls (2012, 2013), por sua vez, identifica a existência de um sistema ecológico e um sistema social como duas formas de organização regidas por um mesmo conjunto de elementos constituintes. Esta aproximação quanto à constituição fundamental das interações ecológicas e sociais acaba por viabilizar uma perspectiva integrada entre os dois sistemas. Caberia, portanto, ao agroecólogo orientar o

processo coevolutivo de integração dos sistemas no sentido da sustentabilidade e resiliência socioecológica. Apesar de reconhecer a existência dos dois campos, o social e o ecológico, a concepção fundamentada na teorias dos sistemas complexos revela a persistência de se conceber o social pela via de entendimento propriamente ecológica. Isso engendra uma concepção holárquica⁵ (Kay *et al.*, 1999) no qual os dois sistemas podem ser concebidos como sistemas “socioecológicos” (Berkes *et al.*, 2003).

Assim, Altieri (2013) defende que a estratégia agroecológica tem como objetivo alcançar “três soberanias” (soberania alimentar, soberania energética e soberania tecnológica), num contexto de resiliência socioecológica (Altieri, 2012). O conceito de “soberania”, neste caso, pressupõe as noções de liberdade, autoridade suprema sobre si, de autoregulação e poder decisório com relação às influências exteriores. Para “soberania alimentar” o autor considera a conceituação elaborada pela Via Campesina (2010): “(...) *se centra en la autonomia, los mercados locales y la acción comunitaria para asegurar el acceso y control de la tierra, el agua, la biodiversidad agrícola, etc., que son de vital importancia para que las comunidades sean capaces de producir alimentos a nivel local*” (ALTIERI, 2012, p.15). Quanto à “soberania energética” e a “soberania tecnológica” define:

La soberania energética es el derecho de toda la población rural, a generar energía suficiente para sus operaciones dentro de los límites ecológicos a partir de fuentes sostenibles. La soberania tecnológica se refiere a la capacidad de lograr las otras dos formas de soberania mediante la optimización de los diseños de fincas basados en la diversidad biológica agrícola, de manera que utilicen en forma eficiente los recursos locales y fomenten las sinergias que patrocinan el funcionamiento de los agroecosistemas (ALTIERI, 2012, p.80).

Nota-se, portanto, certa solidificação quanto à busca pela integração das esferas ecológica, econômica e sociocultural, todas elas com uma forte motivação política, no sentido da promoção da igualdade e autonomia dos povos. É neste contexto que o autor concebe a participação dos agricultores tradicionais (camponeses ou indígenas) na construção do conhecimento e prática agroecológica. A interlocução se faz com os grupos

⁵ O termo “holárquia” refere-se à propriedade de integração entre sistemas que obedecem a mesma dinâmica constitutiva. Assim, teríamos um sistema composto de sistemas. Essa visão aplicada ao entendimento ecológico das interações entre natureza e sociedade evoca o conceito de SOHO (Self-Organizing Holarchic Open), que pode ser explicado nos seguintes termos: “(...) *it serves as a heuristic for the adaptive ecosystem approach, where it is accepted that human systems and biophysical systems are mutually interrelated in complex ways. This framework presumes that decisions about environmental issues involve mapping out a vision of how the landscape of human and natural ecosystems should co-evolve as a self-organizing entity to meet human preferences*” (KAY *et al.* 1999, p. 740).

sociais, condutores dos agroecossistemas locais e detentores de conhecimentos valiosos à agroecologia. Para o autor, *“es claro que los agricultores tradicionales poseen lecciones importantes de resiliencia para los agricultores modernos”* (ALTIERI, 2013, p.8). Do mesmo modo,

Os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimenta (ALTIERI, 2004, p.33-34).

O reconhecimento da sofisticação do conhecimento camponês sobre a biodiversidade agrícola é fortemente atrelado aos conteúdos técnicos em entomologia, botânica, solos e agronomia (Altieri, 1999). Altieri menciona quatro aspectos destes “sistemas tradicionais de conhecimento” considerados relevantes pelos agroecólogos: “conhecimento sobre o meio ambiente”, “taxonomias biológicas populares”, “a natureza experimental do conhecimento tradicional”, e “conhecimento das práticas agrícolas” (2004, p.34-36). Ainda que o foco seja extremamente objetivo e direcionado ao acesso às práticas de manejo do solo em sua abordagem técnica, o autor faz menção à importância de correlacionar o estudo da biodiversidade dos agroecossistemas tradicionais ao estudo das culturas locais.

Assim, os princípios ecológicos dos agroecossistemas tradicionais mencionados por Altieri (2013) coincidem, de maneira geral, com aqueles citados por Gliessman (2001). A principal diferença está na complementação destes com outros três princípios sociais chave, resultados da compreensão dos agroecossistemas como produto de uma coevolução socioecológica:

- 1. La capacidad de construir resiliencia en un agroecosistema depende del contexto socio-cultural (nivel de organizacion, gobernancia, conocimiento tradicional, etc.) que lo nutre y de la capacidad de reaccionar, movilizarse y de adaptarse a los cambios de los grupos humanos que los manejan.*
- 2. Un sistema socio-ecologico vulnerable ha perdido su resiliencia, lo que a su vez implica una perdida de la capacidad de responder y adaptarse. Los agroecosistemas son mas vulnerables en sus limites geograficos y cuando los grupos humanos carecen de armonia social y su identidad cultural se ha erosionado.*
- 3. La “adaptabilidad” es la capacidad de las comunidades de construir resiliencia a traves de acciones colectivas. “Transformabilidad” es la capacidad de las comunidades de crear nuevos sistemas socioecologicos cuando las condiciones ambientales, socio-economicas o politicas son criticas. De aqui el enfasis de la*

A compreensão de que a agroecologia se aproxima mais do conceito de “transformabilidade” em detrimento do conceito de “adaptabilidade” é um bom indicativo sobre o lugar ocupado, na visão do autor, pelos grupos sociais durante o processo de construção da sustentabilidade. Esta interpretação aproxima a ação humana das possibilidades de transformação “natural” de um ecossistema, sem interpretá-la, *a priori*, como ação impactante.

A participação das comunidades locais é mencionada desde suas obras iniciais, quando evidencia a necessidade de os programas de desenvolvimento rural serem promovidos “desde baixo”, ou seja, a partir dos conhecimentos, necessidades, tecnologias e germoplasmas locais (Altieri, 1986). Em diálogo com autores preocupados mais diretamente com o estudo sociocultural do campesinato para refletir sobre seu desenvolvimento econômico no sentido da sustentabilidade (tais como Toledo *et al.*, 1985 e Chambers, 1983), o autor pensa a participação das comunidades locais como a “força geradora” deste processo: “a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2004, p.27)

Nota-se, portanto, que a orientação principal do pensamento de Altieri identifica conhecimentos técnicos, tecnologias e germoplasmas de interesse à agroecologia nas comunidades camponesas, assim como compreende a necessidade da participação destas no processo de desenvolvimento da sustentabilidade. Uma publicação que concretiza de maneira bastante ilustrativa a preocupação do autor por buscar experiência produtivas que possam ser usadas como exemplos para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis é o livro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), escrito por Parviz Koohafkan e Miguel Altieri (2010), intitulado “*Sistemas Importantes del Patrimonio Agrícola Mundial: Un Legado para el Futuro*”. Denominados “SIPAM”, estes sistemas foram definidos pela FAO em 2002 como: “*Sistemas de uso de la tierra y paisajes extraordinarios que son ricos en diversidad biológica de importancia mundial, evolucionando desde la coadaptación de una comunidad con su ambiente y sus necesidades y aspiraciones para um desarrollo sostenible*” (KOOHAFKAN e ALTIERI, 2010, p.1). Entre as experiências registradas

nesta ocasião pelo autor estão: sistema agrícola de Chiloe (Ilha de Chiloé, Chile), sistema agrícola andino (El Corredor Cuzco-Puno, Perú), terraços de arroz de Ifugao (Filipinas), cultura arroz-peixe (condado de Qingtian, China), terraços de arroz de Hani (China), cultivo tradicional de arroz de Wannian (China), oásis de Maghreb (El Oued, Argélia e Gafsa, Túnez), e sistema pastoril Maasai (Kenia e Tanzânia).

No entanto, ainda que os altierianos partam destes conhecimentos locais para suas investigações e formulações conceituais, é possível perceber que, na concepção de Altieri, o campesinato e os grupos indígenas são identificados como um “outro inacabado”, que devem ser aprimorados pelos agroecólogos para, assim, criarem-se as condições de protagonismo dos processos de transformação socioecológica rumo à sustentabilidade. Ainda que a comunidade científica realize uma “colheita de informações técnicas” na dinâmica produtiva destes grupos, ela (representada principalmente pelas organizações não-governamentais) é responsabilizada, normalmente pela via da participação, pela própria “geração e transferência de tecnologias camponesas” (ALTIERI, 2004, p.41).

Cada vez es más amplio el estudio de la agricultura nativa realizado por equipos multi-disciplinarios para documentar las prácticas y se han desarrollado categorías de clasificación para analizar los procesos biológicos y para evaluar aspectos de las fuerzas sociales que influyen en la agricultura (ALTIERI, 1999, p.27).

La habilidad de los agricultores es un objetivo explícito en la mayoría de los proyectos. Por lo general, la tecnología agrícola potencializa a los campesinos organizando sus conocimientos agrícolas, mejorando sus habilidades técnicas y fortaleciendo su capacidad para adaptarse a nuevas tecnologías. Además, muchas ONGs hacen hincapié en las tecnologías que fortalecen la capacidad de grupo y capacitan agricultores como paratécnicos (ALTIERI, 1999, p.45).

A noção de “capacitação de agricultores como paratécnicos” ilustra que a relação entre técnicos/cientistas e grupos sociais locais é pensada pelo autor como uma relação desigual, na qual os primeiros se responsabilizam por viabilizar a sobrevivência dos últimos. Uma imagem metafórica desta relação seriam os técnicos/cientistas como grandes chefs da gastronomia, preparando a apreciada receita do desenvolvimento sustentável, que deve conter como ingrediente especial o conhecimento tradicional e a autonomia do campesinato.

Finalmente, podemos concluir que o autor: (1) evidencia o interesse por parte dos agroecólogos cientistas pelos conhecimentos técnicos, tecnologias e germoplasmas tradicionalmente desenvolvidos pelos camponeses e indígenas, assim como compreende

a necessidade da participação destes no processo de transição para a sustentabilidade; (2) reconhece o agroecossistema como unidade fundamental de análise, resultante da integração do sistema ecológico e sistema social local. No entanto, ainda que se mantenha a ênfase no aspecto ecológico, a interlocução principal é estabelecida com os próprios grupos sociais camponeses, no que se refere a suas experiências “tradicionais” de uso do solo; (3) estuda técnicas agronômicas tradicionalmente desenvolvidas e estratégias agroecológicas de aprimoramento destas quanto ao potencial de resiliência socioecológica e de sustentabilidade; e finalmente (4) compreende o campesinato como um outro inacabado, que depende da ação dos técnicos/cientistas para se aprimorar e alcançar o objetivo maior do desenvolvimento rural sustentável.

O olhar de Eduardo Sevilla Guzmán à agroecologia inverte a tendência da ênfase ecológica e busca estabelecer um “intercâmbio simétrico” de conhecimento não apenas entre as ciências naturais e humanas, mas dos intelectuais com os camponeses. Acreditando nas especificidades camponesas de organização sociocultural e em seu potencial revolucionário, o autor se considera um “neo-narodínista ecológico” (GUZMAN CASADO et al. 2000). O termo remete ao movimento narodínista russo e/ou populismo agrário russo, situado entre os séculos XIX e XX, cuja práxis intelectual e política concentrava-se na luta contra o capitalismo a partir dos intelectuais com o “povo”. Nesse sentido, para a elaboração de sua abordagem agroecológica, o autor retoma os estudos sobre o campesinato e evidencia a necessidade de se fortalecer as especificidades socioculturais peculiares a estes grupos sociais.

Essa proposta de agroecologia inverte o vetor das concepções discutidas anteriormente. Diferentemente das premissas ecológicas que fundam as concepções de Gliessman e Altieri, a busca de Sevilla Guzmán pela integração das dimensões ecológica, agronômica, sociocultural, econômica e política tem como ponto de partida os aspectos sociais. Desse modo, a agroecologia é concebida como uma “ação social coletiva” (SEVILLA GUZMAN, 2008), pensada mais na esfera sociopolítica do que científica e tendo como base a organização social local. No interior do pensamento social agrário alternativo (Tabela 1), o autor busca respostas tanto à crise ecológica como à crise social decorrentes do modelo neoliberal de produção e circulação agrícola.

[...] manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas al actual modelo de manejo industrial de los recursos naturales, mediante propuestas,

surgidas de su potencial endógeno, que pretenden un desarrollo participativo desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, intentando establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológico y social; y con ello a enfrentarse al neoliberalismo y la globalización económica (SEVILLA GUZMAN, 2008, p. 15).

Tabela 1- Orientaciones, marcos teóricos y contenidos esenciales en el pensamiento social agrario alternativo.

Orientación teórica de la Agroecología	
Economía ecológica y ecología política	Crítica radical a la economía y propuestas de acción socioecológica restauradora
Coevolución etnoecológica	Coexistencia del cambio cultural y ecológico
Aspectos ecológicos y agronómicos	Dimensiones ecológico/agronómica, social y cultural de la Agroecología
Crítica a la modernidad capitalista y propuesta de estrategias agroecológicas emergentes	Dimensión sociopolítica de la Agroecología

Fonte: (SEVILLA GUZMAN, 2013, p.96)

Assim, sua principal preocupação é evidenciar a necessidade de a agroecologia partir “de dentro” de cada realidade social específica, ou seja, partir da lógica endógena de organização. Nesse sentido, evidencia a necessidade do fortalecimento da identidade dos grupos sociais rurais frente ao processo de expansão do modelo desenvolvimentista da agricultura moderna. Para o autor “não se trata de levar soluções à localidade, senão de detectar aquelas que ali existem e ‘acompanhar’ os processos de transformação existentes através de uma dinâmica participativa: este é o núcleo central de nossa escolha teórica e metodológica” (GUZMAN CASADO *et al.* 2000, p. 139). Mais do que uma fonte de modelos de produção sustentável e formas de conhecimento sobre agroecossistemas, os grupos e comunidades agrícolas etnicamente diferenciadas tornam-se aqui a base da ação social coletiva de produção da própria agroecologia. A perspectiva endógena proposta por Sevilla Guzmán não pretende negar relações com o exógeno, mas selecioná-las ou adaptá-las a lógica de organização local, protegendo desta forma as identidades socioculturais específicas.

*“Lo endógeno”, no puede visualizarse como algo estático que rechace lo externo; por el contrario, lo endógeno “digiere” lo de fuera mediante la adaptación a su lógica etnoecológica de funcionamiento, o dicho con otras palabras, lo externo pasa a incorporarse a lo endógeno cuando tal asimilación respeta la identidad local y, como parte de ella, su autodefinición de calidad de vida. Sólo cuando lo externo no agrede a las identidades locales, se produce tal forma de asimilación (GUZMAN CASADO *et al.*, 2000, p. 145).*

É neste sentido que o autor se distancia da noção de “geração e transferência de tecnologias camponesas”. A inovação tecnológica é trabalhada aqui como um elemento interno, autônomo e constituído por múltiplas representações, ecológicas e sociais. Ainda que se assimilem exemplos exteriores, o foco não é reproduzir modelos ecológicos tradicionais aprovados pela comunidade acadêmica, mas construir coletivamente as condições para o fortalecimento da identidade local. Nesta segunda opção está implícito a crença na própria organização camponesa enquanto estrutura social autoreguladora e com potencial revolucionário. Estando fortalecido, o campesinato cria e recria suas estratégias tecnológicas de produção e estratégias econômicas de reprodução da vida. Nota-se, portanto, que há um deslocamento do olhar aos aspectos técnicos para os aspectos sociais do potencial endógeno, como forma de equilibrar os pratos da balança que pendem para este primeiro.

En nuestra opinión, los aspectos sociales del potencial endógeno deben ser potenciados en la dinámica de la lucha de los grupos locales que se resisten al proceso de modernización industrial de los recursos naturales. Mientras las dimensiones ecológicas están articuladas en el núcleo de la diversidad genética de los agroecosistemas que tales grupos reclaman mantener; el rol de los agroecólogos no consiste solo en investigar los aspectos técnicos del potencial endógeno sino también en implicarse en las luchas políticas y éticas de los grupos locales que buscan mantener sus recursos junto con su identidad: y ello tanto en el Centro como en la Periferia (SEVILLA GUZMAN, 2008, p.15).

Assim, Sevilla Guzmán (2008, p.15) evidencia as contribuições dos movimentos sociais à agroecologia a partir de cinco temas denominados por ele de “as formas de consciência” agroecológica: (1) a consciência de espécie (contra a exploração ecológica intrageracional); (2) a consciência de classe (contra a exploração econômica intrageracional); (3) a consciência de identidade (contra a discriminação étnica); (4) a consciência de gênero (contra a discriminação da mulher); e (5) a consciência de exploração geracional (contra a discriminação dos mais velhos e a exploração ou marginalização das crianças).

A base de construção desse projeto político está atrelada a uma concepção de historicidade das relações humano-natureza, através do conceito de “coevolução social e ecológica” (NOGAARD, 1989). Este é incorporado não apenas através da ideia de

adaptação do ser humano às condições ecossistêmicas, mas como um conjunto de relações que se estabelecem com a natureza, regidas por características socialmente construídas.

Convém ressaltar que não existe uma homogeneidade ecológica nos etnoecossistemas centrais nem nos periféricos; nem sequer em etnoecossistemas hipotéticos com distribuições análogas de consumo exossomático existiria uma homogeneidade etnoecológica, já que cada identidade cultural constrói socialmente suas formas de relação com a natureza e com a sociedade; isto é, sua realidade social através da especificidade de seu processo histórico. [...] Em definitiva, existe uma configuração histórica de identidades etnoecossistêmicas, produto da coevolução social e ecológica (ALONSO MIELGO; SEVILLA GUZMAN, 1994, p. 5).

A forma pela qual Sevilla Guzmán e seus colaboradores desenvolvem o conceito de agroecologia evidencia uma demanda por inter ou transdisciplinaridade que nasce, não da problemática a qual se pretende resolver (as consequências do modelo agrícola da revolução verde), mas da necessidade derivada da própria realidade sociocultural de seus principais construtores, que, na sua visão, são os camponeses. O foco do autor, quando se refere ao conhecimento camponês, não é o equilíbrio ecológico dos sistemas agrícolas tradicionais (como em Gliessman) e nem tampouco as características ecológicas das técnicas agronômicas de produção (como em Altieri), mas a forma pela qual estes indivíduos se constituem como seres sociais em interação com os processos biológicos, que nascem da sua dinâmica familiar e de trabalho.

O saber camponês não é compreendido como um “conhecimento ecológico”, mas como uma forma própria de constituição do aprendizado, que acontece por meio de relações de parentesco e vizinhança sem que se desvincule a esfera humana da esfera ecológica. O agroecossistema camponês apresenta características ecológicas que lhe permite, realmente, a aprovação do tempo. No entanto, o estudo das interações ecossistêmicas desta unidade de produção agrícola não nos permite compreender a permanência e reprodução criativa do campesinato. Nas palavras do autor: “para estudar adequadamente o comportamento reprodutivo do campesinato há de se contextualizar a matriz global de seu universo sociocultural” (GUZMAN CASADO et al. 2000, p. 108). Ainda, de forma mais completa:

Os processos de inserção do campesinato em sua matriz social possuem um contexto ecológico específico que vincula sua aprendizagem como ser social ao conhecimento dos processos biológicos em que se insere a produção de seu conhecimento: o saber do campesinato se aprende na heterogênea ligação entre grupo doméstico e grupo de trabalho, seja em uma aldeia ou em propriedades maiores. O conhecimento do sistema de

trabalho, a epistemologia, é o resultado desta interação onde a lógica indutiva é aprendida na medida em que se vê fazer e se escuta para poder dizer, explicar, devolver o conhecimento ao longo das relações de parentesco e de vizinhança (GUZMAN CASADO et al., 2000, p. 109).

Podemos concluir, portanto, que as formas de interação necessárias para a construção do conhecimento agroecológico e transformação rumo à sustentabilidade são pensadas por Sevilla Guzmán nos seguintes termos: (1) o conhecimento camponês é compreendido não apenas em seus aspectos técnicos, mas como uma sabedoria capaz de interligar experiências ecológicas e sociais para elaborar respostas às situações de risco vivenciadas por seu grupo social; (2) o campesinato carrega consigo o potencial de autoregulação e de transformação das relações com o exógeno no sentido da manutenção da sua integridade socioecológica (potencial revolucionário); (3) a ação agroecológica deve sempre partir da lógica de organização própria ao grupo social local, detectando as respostas que seriam elaboradas internamente e articulando coletivamente formas de viabilizá-las; e finalmente (4) faz-se necessário extrapolar a preocupação com os aspectos técnicos do potencial endógeno e buscar compreender a totalidade das relações camponesas (internas e externas) em seu movimento de resistência ao processo de modernização industrial dos recursos naturais.

Podemos, depois de analisar algumas das principais obras dos autores paradigmáticos da agroecologia, identificar a existência de um eixo comum no que se refere às relações entre os diferentes partícipes da construção do conhecimento e da práxis agroecológica: (1) o reconhecimento sobre a existência de formas de relação com a terra etnicamente diferenciadas que interessa ao objetivo de alcançar a sustentabilidade socioecológica; (2) a inevitabilidade da agroecologia se estabelecer na relação entre diferentes; (3) a compreensão de que a ação do agroecólogo deve partir de determinadas especificidades locais; e de que (4) a agroecologia é composta por dimensões ecológicas e sociais que se complementam.

Este eixo comum apresenta alguns desvios específicos que são as diferentes formas pelas quais se visualizam estas mesmas preocupações centrais. Cada um dos olhares apresentados aqui sobre a agroecologia interpreta estes mesmos tópicos sob uma perspectiva diferenciada. De maneira bastante sintética e esquemática, poderíamos nomear tais especificidades, de acordo com o que já foi apresentado acima, para cada um dos autores, conforme é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Especificidades conceituais no olhar de autores “clássicos” da agroecologia.

Eixo comum	Autores “clássicos” da Agroecologia		
	S. Gliessman	M. Altieri	E. Sevilla Guzmán
Formas de relação com a terra	Conhecimento ecológico sofisticado	Conhecimentos técnicos, tecnologias e germoplasmas tradicionalmente desenvolvidos	Sabedoria camponesa
A relação entre diferentes	O cientista ecológico e o agroecossistema	Agroecólogos (cientistas) e agricultores tradicionais (camponeses ou indígenas)	Agroecólogos (cientistas e militantes) e grupos sociais etnicamente diferenciados (camponeses ou indígenas)
Ação a partir de especificidades locais	Ecossistemas naturais e agroecossistema tradicional	Experiências tradicionais de uso do solo	Organização social própria – o endógeno
Dimensões ecológicas e sociais	A dimensão social como pertencente à dimensão ecológica	Prioridade aos aspectos técnicos da dimensão ecológica e da dimensão social	Dimensão ecológica e dimensão social como elementos socialmente construídos

Enfatizando os processos ecológicos ou as técnicas agronômicas, Gliessman e Altieri mantêm relativo distanciamento com relação à organização social camponesa. O primeiro autor se lança a esta discussão de maneira muito tímida, enquanto o segundo o faz pela via da objetividade da técnica. Ainda que ambos depositem confiança na participação dos grupos locais para a construção agroecológica, estes distanciamentos não lhes permite identificar o “potencial endógeno” observado por Sevilla Guzmán. Uma derivação destas duas formas distintas de aproximação com os grupos sociais locais está relacionada às diferentes concepções quanto ao processo de manutenção e recriação do campesinato. Como não poderia deixar de ser, estes dois aportes teóricos implicam em diferenças quanto ao fazer agroecológico.

Ao visualizar o campesinato como fonte de conhecimentos tecnológicos e germoplasmas tradicionalmente cultivados, Altieri (2004) interpreta a aproximação aos processos de modernização da agricultura como anulação do desaparecimento definitivo destas práticas e conhecimentos. Sendo assim, o autor considera que a abordagem etnocientífica é uma importante estratégia de captura destas experiências, para posteriores aprimoramentos e replicações, já que, “(...) tal transferência de conhecimentos deve ocorrer rapidamente, ou essa riqueza de práticas se perderá para sempre” (ALTIERI, 2004, p. 27).

A construção da agroecologia pelo endógeno se fundamenta numa concepção de saber-fazer etnicamente localizado. Diferente da perspectiva altieriana, ao visualizar o campesinato como um todo integrado, que contém uma racionalidade econômica,

organização sociocultural e articulação política próprias, Sevilla Guzmán (2001) amplia as possibilidades de convivência e/ou até mesmo enfrentamento destes com o processo de modernização agrícola. Segundo o autor, “(...) a evidência até agora acumulada nos permite desenhar sistemas de manejo dos recursos naturais de natureza agroecológica, com base no conhecimento local, inclusive naquelas zonas de manejo fortemente industrializado” (SEVILLA GUZMAN, 2001, p. 39-40). Assim, enquanto Altieri preconiza o desaparecimento do campesinato frente aos processos de modernização, Sevilla Guzmán reconhece a persistência do modo de vida camponês mesmo em contextos socioeconômicos intensamente desfavoráveis aos seus processos de reprodução.

Como discutido em trabalho anterior (SILVA JUNIOR e DE BIASE, 2012), é possível notar que a perspectiva apresentada por Sevilla Guzmán parte da premissa de que as diferentes configurações socioecológicas, ainda que assoladas por forças econômicas agroindustriais, se mantêm e se recriam. Nesse sentido, práticas e técnicas “tradicionais” não fazem parte de um acervo estanque, que remonta a um passado de pré-modernização. Sob condições socioeconômicas favoráveis, essas práticas culturalmente localizadas emergem, num processo de atualização dos elementos histórico-culturais tradicionalmente cultivados. Nesse sentido, o saber-fazer local não é visto como um livro de receitas passível de ser perdido ou extraviado. Mas, antes, como uma lógica de operação e de interação com os elementos sociais e ecológicos disponíveis em cada território, submetidos a processos constantes de produção e reprodução.

Por outro lado, a inevitabilidade do “desaparecimento”, defendida por Altieri, implica em dissociar técnicas agronômicas locais de seu contexto social de produção, como possibilidade de transferi-las para outros locais. Essa concepção engendra um antagonismo interessante de ser observado: por um lado, práticas ecologicamente ajustadas têm condições de proliferar em contextos distintos à sua origem socioecológica e cultural; por outro, se essas origens desaparecem diante dos processos de modernização, significa que para seu livre desenvolvimento, as especificidades camponesas dependeriam de certa “pureza”. Para esta visão, as especificidades camponesas perdem seu conteúdo diante do processo de modernização e se tornam homogêneas. Assim, nasceria um duplo processo de pauperização: econômica e sociocultural.

Sem desvalorizar o mérito do esforço altieriano em reconhecer essas práticas como tão importantes quanto às científicas, ao menos dois aspectos problemáticos podem decorrer dessa abordagem. Em primeiro lugar, ela desconsidera a relação interdependente

entre essas práticas e os significados socioculturais específicos de um determinado território. Uma técnica agrícola localmente construída, muitas vezes, está diretamente articulada a racionalidades econômicas, relações de parentesco e vizinhança, padrões específicos de religiosidade, dinâmicas políticas diferenciadas, e concepções de posse da terra historicamente instituídas. Desterritorializar uma técnica para reterritorializá-la em outro lugar com características socioecológica distintas pode não produzir o mesmo resultado em situações que não apresentam, em dosagens específicas, a mesma configuração sociocultural e ecológica. Portanto, esse “entrelaçamento” entre práticas agrícolas, relações socioeconômicas e concepções culturais se esvai se nos preocuparmos isoladamente com as técnicas sustentáveis.

Em segundo lugar, a dissociação destas diferentes dimensões de um mesmo processo socioecológico facilita a gestão de estratégias de ação por parte de técnicos e cientistas, formados num contexto acadêmico de especialização. Esta “purificação” da informação colhida em contextos rurais específicos (campesinato ou grupos indígenas) as aproxima da institucionalidade científica e abre caminhos tanto para mecanismos de validação científica, como de apropriação para “adequação” aos padrões cientificamente aceitáveis. No entanto, além da compreensão limitada sobre a dinâmica na qual determinada técnica está inserida acarretar distorções sobre a própria ação, esta fragmentação do saber camponês/indígena desfavorece a gestão e planejamento estratégico por parte dos próprios grupos sociais. A “cientificização” destes fragmentos de saber etnicamente constituídos potencializa o estranhamento destes grupos com relação às metodologias agroecológicas, os distancia do processo de construção das ações locais e os coloca em situação de subalternidade em relação aos gestores dos projetos.

A concepção de “outro” – campesinato – dos autores implica diretamente na preponderância de uma forma de saber sobre a outra na agenda política de produção da agroecologia. Gliessman e Altieri ao preocuparem-se com o campesinato como um elemento ecológico ou como um provedor de técnicas, inevitavelmente oferecem a preponderância do conhecimento técnico científico. Sevilla Guzmán, por sua vez, ao conferir às sociedades camponesas uma totalidade socioecológica complexa e dotada de atuação histórica própria, confere a ela o protagonismo agroecológico. Estas diferenças de concepção agroecológica anunciam uma controvérsia ciência/movimento que ocupa uma posição central nas discussões contemporâneas.

Atualmente, já existem no Brasil mais de 70 cursos de nível médio, superior ou pós-graduação em agroecologia ou com enfoque agroecológico (Caporal *et al.*, 2009).

Ainda assim, paira entre muitos agroecólogos uma preocupação quanto à indefinição e/ou desvirtuamento epistemológico da agroecologia. Desde 1930 (quando o termo agroecologia começa a ser usado) até a década de 1960, existiu uma interpretação puramente científica sobre o conceito. A partir dos movimentos ambientalistas deste momento histórico, a ciência agroecológica passa a incorporar elementos reivindicatórios e a aglutinar diferentes grupos sociais, que a configuram como movimento agroecológico. Confundindo-se ora com movimento, ora com disciplina científica, desde 1980 existe uma tendência de interpretação da agroecologia como prática agrícola ecológica. Como resultado da análise histórica e epistemológica do conceito de agroecologia, Wezel *et al.* (2009) identifica uma tendência à concepção de agroecologia como movimento na Alemanha, como prática na França e uma indefinição entre as três perspectivas tanto nos EUA como no Brasil.

É importante ressaltar que existe certo consenso quanto à relevância do transito da agroecologia pelas três dimensões identificadas (BORSSATO e CARMO, 2013; LEON SICARD, 2009; ROJAS, 2009). No entanto, o debate contemporâneo sobre a preponderância de uma das três concepções epistemológicas tem colocado os agroecólogos em arenas opostas de discussão. Num esforço de síntese, Wezel *et al.* (2009) articula cada uma destas tendências com os seguintes elementos constitutivos da agroecologia (Figura 1):

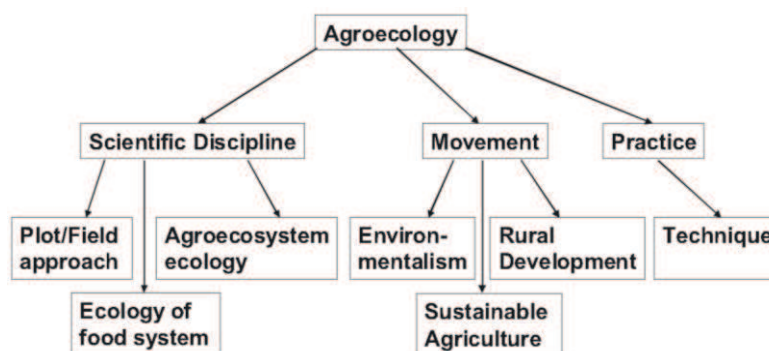


Figura 1: Diversity of current types of meanings of agroecology.

Fonte: (WEZEL *et al.*, 2009, p. 3).

Levando-se em consideração esta tipologia definida por Wezel *et al.* (2009), é possível realizar uma aproximação entre a concepção altieriana e a noção de agroecologia como disciplina científica e a concepção guzmaniana e a noção de agroecologia como movimento social. É certo que este dilema epistemológico é efervescente e que, como

nos demonstra o histórico mencionado acima, são definições que ganham contornos de acordo com as demandas políticas e sociais majoritárias. Ainda assim, Sevilla Guzmán mantém o cuidado constante tanto de diferenciar a agroecologia de uma interpretação tecnicista, limitada a aspectos práticos, como de institucionalizá-la enquanto disciplina científica. O autor prefere compreendê-la como um novo “campo do conhecimento” que, por seu enfoque, requer combinar o produto de diferentes disciplinas. Nesse sentido, considera necessária uma “orquestração das ciências” onde os distintos resultados sejam coordenados e as contradições e incompatibilidades sejam abordadas para construir uma visão ampla da agroecologia: “não se trata de cair em nenhum reducionismo, nem de buscar uma utópica unificação das ciências, mas de aceitar um pluralismo metodológico, onde os limites dos juízos de autoridade de qualquer especialista são aceitos” (GUZMAN CASADO et al., 2000, p. 159).

Compreendendo que o pluralismo metodológico deve abranger tanto disciplinas das ciências naturais e ciências humanas, como saberes endógenos a grupos sociais específicos, o autor manifesta preocupação por tratar com igual grau de importância os diferentes vértices do polígono conceitual da agroecologia. Desse modo, ainda que se reconheça a importância do exercício interdisciplinar e da complexificação do conhecimento científico, o autor busca equilibrar a balança de poderes sem transformar ou travestir o saber camponês em fundamentos científicos, mas valorizando o potencial socioecológico transformador deste grupo social e ressaltando a importância política da agroecologia se constituir enquanto forma de ação social coletiva, ou seja, como movimento.

[...] en la situación mundial actual, los cursos de acción agroecológica necesitan generar procesos de representatividad social para desarrollar sus objetivos; es decir que las redes productivas generadas lleguen a culminar en formas de acción social colectiva pretendiendo adquirir la naturaleza de movimientos sociales (SEVILLA GUZMAN, 2013, p. 103)

A tendência altieriana, por sua vez, busca fortalecer tanto o conhecimento científico socioecológico alternativo quanto o conhecimento tradicional do campesinato ou grupos indígenas pela via científica. Acredita-se que, como uma área específica da academia, a agroecologia tornar-se-ia mais delimitada teoricamente e sofreria menores riscos de “desvirtuamento”. Além disso, seria possível o questionamento dos paradigmas científicos a partir do próprio campo científico (Borssato e Carmo, 2013).

Desde a definição elaborada em 1989 por Altieri, a agroecologia já é compreendida pelo autor como uma disciplina científica, sempre evidenciando as diferenças entre a “ciência moderna” e a “ciência alternativa”. Segundo o autor, a agroecologia transformaria as premissas científicas dominantes (atomismo, mecanicismo, universalismo, objetivismo, monismo) em premissas alternativas (holismo, contextualismo, subjetivismo e pluralismo) (Altieri, 1999). A inserção do agroecólogo em experiências agrícolas tradicionais e a participação destes agricultores no processo de construção da agroecologia é um movimento que, da perspectiva altieriana, qualifica politicamente o conhecimento não científico. Por “dialogar” com o conhecimento tradicional, ao ser reconhecida como ciência, a agroecologia cumpriria a função do que Rojas (2009) chamou de “tradução-validação cultural”.

Sob um olhar guzmaniano, a tentativa de tradução e/ou validação de determinada cultura pelo campo científico poderia gerar alguns problemas. De que forma, por exemplo, a construção social de espaços simbolicamente marcados por especificidades de gênero poderia ser “validada cientificamente”? Como não reduzir a dinâmica familiar de produção, amparada por uma racionalidade econômica própria, por representatividades religiosas, por complementaridades de gênero, etc., no processo de “tradução cultural”?

É compreensível, portanto, que uma concepção de agroecologia que tenha como ponto de partida o potencial endógeno do campesinato não concorde com esta delimitação epistemológica. A grande maioria dos aspectos sociais da agroecologia foram a ela incorporados pela via do movimento social. O exemplo mais interessante, e que interessa diretamente aos objetivos dessa tese, de como as ações sociais coletivas configuram a agroecologia para além da institucionalização científica, é o do movimento feminista agroecológico. Ainda que a questão de gênero possa ser tema de disciplinas como a sociologia rural, antropologia, geografia humana ou até economia, ela não ganhou espaço no interior da agroecologia apenas por demandas acadêmicas, mas principalmente por pressão de organização sociais feministas.

No Brasil, os primeiros textos reivindicando uma maior atenção à participação das mulheres na construção da agroecologia apareceram em meados da década de 1990, na autoria de Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada a uma organização não governamental de assessoria a movimentos populares (SILIPRANDI, 2009, p. 118).

Maria Emília Pacheco é integrante da Articulação Nacional de Agroecologia e foi a primeira mulher a presidir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no biênio 2012/2013. Em relação direta com movimentos sociais ligados à terra, Pacheco (1997, 2002) alerta sobre a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e a importância das suas atividades no conjunto do sistema de produção. A autora ressalta a necessidade, tanto para a construção de agroecossistemas sustentáveis quanto para a igualdade de gênero, de os projetos agroecológicos incluírem as mulheres como sujeito dos espaços de produção.

Segundo Aguiar *et al.* (2010), ainda que não sejam reconhecidas e sejam mantidas na invisibilidade, “as mulheres sempre assumiram um papel de destaque na promoção da Agroecologia (...)” (AGUIAR *et al.* 2010, p. 46). Para as autoras, “com seu olhar problematizador, as mulheres fazem uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida” (idem, p.46).

Segundo relatos de Aguiar *et al.* (2010), no painel sobre Gênero e Agroecologia realizado no VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia (entre 09 e 12 de novembro de 2009, em Curitiba (PR)), Mario Godinez (de ONG Amigos de La Tierra América Latina - Guatemala) desenvolveu o argumento de que a manutenção do machismo e da violência contra as mulheres vem dificultando que a Agroecologia seja assumida como referência num movimento de emancipação para o conjunto do campesinato. No mesmo painel, Emma Siliprandi (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/Nepa)) destacou que a participação das mulheres no movimento agroecológico vem acontecendo por meio da articulação entre as históricas lutas feministas e as lutas ambientais no meio rural. Contudo, segundo estas autoras, “o debate acadêmico ainda ignora o papel e a contribuição das mulheres na produção de conhecimentos” (idem, p.48).

Ainda que demande maior atenção, a relação entre o movimento agroecológico e o movimento feminista está se institucionalizando. Um exemplo desta aproximação é o Eixo II da Pauta da Marcha das Margaridas (2011): Terra, Água e Agroecologia. A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Esta Marcha acontece desde 2000 e é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), por mais

de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e por várias organizações de mulheres parceiras.

Além desta, desde 2004 - durante o seminário nacional intitulado “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”, que reuniu organizações feministas, de mulheres rurais e de agroecologia - a ANA formalizou o grupo de trabalho permanente sobre gênero (GT Mulheres da ANA). O GT possui duas linhas de ação complementares: (1) a incorporação do debate de gênero em todas as instâncias organizativas da ANA e (2) a intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas (SILIPRANDI, 2009; SCHOTTZ e CARDOSO, 2010). Segundo Schottz e Cardoso: “a incorporação da perspectiva de gênero na ANA e a divulgação das reflexões e experiências das mulheres é, para o GT, condição indispensável para que seja dada visibilidade ao papel fundamental desempenhado por elas na construção da Agroecologia” (2010, p.12).

O Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, em parceria com a ActionAid Brasil e a Heifer, vem realizando, desde 2008, um processo de Intercambio e Sistematização de Experiências Agroecológicas de Mulheres que envolve diversas organizações e movimentos sociais. Até o momento já foram sistematizadas mais de 60 experiências e publicado o volume 1 do livro “Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras”.

Fica evidente, portanto, que a contribuição da ação social coletiva na construção da agroecologia no Brasil é de suma importância. Podemos perceber que tanto no aspecto técnicoagronômico como no aspecto sociocultural, a agroecologia está permeada pela dimensão política. Nestes dois aspectos, também, é de total relevância compreender não apenas a dimensão masculina mas, com igual importância, a dimensão feminina que os compõe.

Se agroecologia como ação social coletiva prevê o protagonismo do próprio campesinato em busca de sua autonomia, tendo os técnicos/cientistas a responsabilidade de “acompanhar” o movimento endógeno e oferecer contribuições do universo científico que potencializem essas ações, o que o estudo da teoria sobre o campesinato, por parte dos técnicos/cientistas, contribuiria na realização de tal tarefa? Quais dimensões da dinâmica camponesa faltam ser compreendidas para que os técnicos e cientistas atuem com maior eficácia na promoção desse tipo de agroecologia?

O movimento feminista pode ser, como vimos, um ótimo exemplo da construção endógena dos contornos da agroecologia. As mulheres camponesas têm conseguido cada vez maior representação nos espaços políticos de construção da agroecologia. No entanto,

a politização e valorização dos espaços de produção feminina no *locus* de experimentação agroecológica ainda é muito incipiente. A contribuição do movimento feminista à agroecologia talvez não tivesse que passar pelo mesmo processo de aprendizado, para (re)construção das relações de gênero a partir do endógeno? Como a incursão na teoria feminista pode contribuir para tratar essas lacunas?

Enfim, se olharmos para as metodologias participativas que têm sido propostas na teoria agroecológica, será que conseguimos encontrar algum tipo de resposta para essas questões? De que maneira a aplicação destas metodologias pode corresponder às demandas sugeridas por estas reflexões?

4.2.3. Indicação de referências

AGUIAR, M. V.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 25, p. 46-48, 2010.

ALONSO MIELGO, A.M. e SEVILLA GUAMÀN, E. **El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad**. Córdoba: Universidad de Córdoba/ISEC, 1994.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Trad. de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

_____. **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

_____. **Bases ecológicas para el desarrollo de sistemas agrícolas alternativos para campesinos de Latinoamérica**. Ambiente y Desenvolvimento., vol. II, nº 3, págs. 29-54, dezembro, 1986.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia y resiliencia al cambio climático**: principios y consideraciones metodológicas. *Agroecologia* 8 (1): 7-20, 2013.

_____. **Agroecología**: única esperanza para la soberanía Alimentaria y la resiliencia socioecológica. *Agroecologia* 7 (2). p. 65-83, 2012.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A. **Agroecologia como um campo científico**. *Rev. Bras. de Agroecologia*. 8(2).p. 4-13. 2013.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1.ed. Brasília: MDA_SAF, 2009.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre. Editora Universidade, 2001.

_____. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R.:CATIE, 2002.

GLIESSMAN, S.R., GUADARRAMA-ZUGASTI, C. **Qué es Agricultura Sostenible: Agroecología y Agroecosistemas en una Época Cambiante**. 2003.

GLIESSMAN, S.R.; GARCIA E. R e AMADOR A. M. **As bases ecológicas para a aplicação de tecnologia agrícola tradicional no manejo de agroecosistemas tropicais**. Agro-Ecosystems, v.7, p.173-185, 1981.

GUZMAN CASADO, G. I.; GONZALES DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZAMAN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

KAY, J. J. et al. **An ecosystem approach for sustainability: addressing the challenge of complexity**. Futures, v. 31, n. 7, p. 721-742, 1999.

KOOHAFKAN, P.; ALTIERI, M. A. **Sistemas Importantes del Patrimonio Agrícola Mundial un Legado para el Futuro**. FAO, 2010.

LEON SICARD, T. **Agroecología: desafíos de una ciencia en construcción**. Agroecología, Norteamérica, 4, dic. 2009.

NORGAARD, R. Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**, 1989.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. In: GT Gênero- Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PACHECO, M. E. Lisboa. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. Proposta. Rio de Janeiro, v.25, n.71, p.30-38, dez./fev. 1997.

ROJAS W, A. **Policultivos de la mente**. Enseñanzas del campesinado y de la agroecología para la educación en la sustentabilidad. Agroecología, Norteamérica, 4, dez. 2009.

SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. M. Mulheres Construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 6, p. 12-16, 2010.

SEVILLA GUZMAN, E. **El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología**. Cuides. Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible, n. 10, 2013.

_____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, 2.v., n.1, p. 35-45, 2001.

_____. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. **Agroecología**, Norteamérica, 2008.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, 2009.

SILVA JÚNIOR, R. D.; BIASE, L. **Na encruzilhada dos saberes e práticas**: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 7, p. 3-18, 2012.

TOLEDO, V. M.; CARARBIAS, J.; MAPES, C.; TOLEDO, C. **Ecología y autosuficiencia alimentaria**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1985.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**: a review. *Agron. Sustain. Dev.*, n.29, p. 503-515, 2009.

4.3. Estratégias de produção e reprodução socioeconômica: a autonomia camponesa

4.3.1. Objetivos

Este capítulo tem por objetivo oferecer uma fundamentação teórica capaz de contribuir com a compreensão sobre como se constitui a economia camponesa e quais são suas estratégias socioculturais para o exercício da autonomia na produção e reprodução da vida. Tendo como foco a unidade familiar camponesa, pretende-se demonstrar que a questão da autonomia do campesinato está intimamente relacionada ao exercício da interdependência entre a dimensão feminina e masculina das relações socioeconômicas. Como veremos, estas duas polaridades de gênero têm suas representações inclusive nas práticas de apoio e ajuda mútua, tão importantes para a manutenção do campesinato.

4.3.2. Primeiras reflexões

Tendo em vista a busca agroecológica pela construção de novos paradigmas, capazes de subsidiar metodologicamente a (re)construção da autonomia e sustentabilidade em comunidades camponesas, seus idealizadores pretendem fazer

dialogar os conhecimentos culturalmente arraigados nestas comunidades com conhecimentos científicos interdisciplinares. Partindo desta premissa, definimos que o estudo sobre o campesinato não tem como objetivo retomar a dinâmica de vida de um passado camponês, mas agregar condições para propiciar o fortalecimento deste modo de vida, dando-lhe maiores condições de se reinventar, transformar a sua opressão em liberdade e, lembrando Shanin (2008), aumentar as nossas possibilidades em aprender as lições que os camponeses têm a nos ensinar.

Conforme discutimos nos capítulos anteriores, o fazer agroecológico coloca-nos o desafio da interação de diferentes formas de conhecimento. São várias as estratégias metodológicas sugeridas pelos agroecólogos para viabilizar esta hibridização, todas elas de alguma maneira permeadas pela lógica da participação⁶. Em reflexão teórica anterior (SILVA JÚNIOR e DE BIASE, 2012), sugere-se a adoção de concepções antropológicas para realização deste encontro dos diferentes, tais como o exercício da alteridade. Leia-se, aqui, alteridade como a capacidade de colocar-se no lugar do outro. Não seria mais fácil para o técnico/cientista agroecólogo praticar a agroecologia a partir do endógeno se ele fosse capaz de compreender o mundo tal como o compreendem as comunidades camponesas? Entender as razões pelas quais a família camponesa direciona sua produção para determinado sentido e não para outro, não facilitaria a relação entre os partícipes de um projeto agroecológico?

Este capítulo tem por objetivo oferecer uma fundamentação teórica capaz de contribuir com a compreensão sobre como se constitui a economia camponesa e quais são suas estratégias socioculturais para o exercício da autonomia na produção e reprodução da vida. Tendo como foco a unidade familiar camponesa, pretende-se demonstrar que a questão da autonomia do campesinato está intimamente relacionada ao exercício da interdependência entre a dimensão feminina e masculina das relações socioeconômicas. Como veremos, estas duas polaridades de gênero têm suas representações inclusive nas práticas de apoio e ajuda mútua, tão importantes para a manutenção do campesinato.

Radicalmente diferente do modelo de assalariamento capitalista, as relações de trabalho na economia familiar camponesa obedecem a princípios não mercantis (SHANIN, 1974; SANTOS, 1984). Neste contexto, são as diferenças hierárquicas⁷ e as

⁶ As metodologias propostas pela teoria agroecológica serão apresentadas no capítulo cinco deste relatório.

⁷ Uma visão ocidentalizada “moderna” nos leva a crer que *hierarquia* pressuponha *subordinação*. Isto porque, as relações hierárquicas capitalistas estão fundamentadas em relações de subordinação. O processo de trabalho familiar, por sua vez, obedece a outros pressupostos, nos quais as relações hierárquicas podem

diferenças de gênero no interior da família que organizam as atividades produtivas, seguindo a lógica de *satisfação das necessidades* socialmente construídas pelo grupo familiar (CHAYANOV, 1974; SHANIN, 1974, WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Uma visão ocidentalizada “moderna” nos leva a crer que hierarquia pressuponha subordinação. Isto porque, as relações hierárquicas capitalistas estão fundamentadas em relações de subordinação. O processo de trabalho familiar, por sua vez, obedece a outros pressupostos, nos quais as relações hierárquicas podem ser complementares. O pai da família é quem comanda o processo produtivo, mas neste comando não há pretensão de exploração do trabalho da família (SHANIN, 1974).

Articulando elementos simbólicos e práticas produtivas, homens e mulheres de diferentes idades assumem funções específicas dirigidas à manutenção da unidade familiar de produção-consumo. Ainda que vivenciem intimamente as duras consequências da monopolização/subordinação da fração de território camponês pelo capital, as famílias camponesas mantêm como horizonte a busca da autonomia. De forma flexível e criativa, se reinventam e se desdobram para manterem-se camponeses autônomos (OLIVEIRA, 1991; SHANIN, 2008).

[...] a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm mostrado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isto. [...] A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em unidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas peculiaridades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Considerando a persistência do campesinato nas condições mais adversas possíveis, reconhecemos a centralidade dos esforços realizados para a manutenção da autonomia. Faz-se necessário, portanto, analisar e desenvolver a noção de autonomia, capaz de incluir a possibilidade de manutenção da relação com o exógeno, a atualização

ser complementares. O pai da família é quem comanda o processo produtivo, mas neste comando não há pretensão de exploração do trabalho da família (SHANIN, 1974).

do endógeno a partir das transformações históricas e, como premissa básica, o constante fortalecimento dos princípios fundantes da organização social camponesa.

Em pesquisa anterior⁸, identificou-se a permanência das especificidades camponesas tanto em territórios fortemente monopolizados pela lógica do capital quanto em territórios que passam pelo processo de transição agroecológica. Nestas duas realidades analisou-se: as transformações nos espaços femininos (casa, horta, criação, roçadinho, casa de farinha, quintal), nos espaços masculinos (roça, mercado e mato/floresta) e na dimensão das terras camponesas; a noção de trabalho enquanto valor cultural e de propriedade/posse enquanto “terra de trabalho”⁹; a aproximação na relação com a natureza e a religiosidade inerente a ela; a busca incansável pela autonomia; as contradições na relação com a modernidade e a vivência cotidiana da reciprocidade. De maneira geral, constatou-se que o processo de “modernização da agricultura” iniciado no período da Revolução Verde e “aprimorado” até hoje causou grandes transformações não apenas no modelo de produção agrícola, como também na organização do modo de vida camponês. No entanto, a resistência e recriação do campesinato também abrangeram desde a dimensão produtiva até a dimensão sociocultural.

Nas realidades analisadas, o cotidiano camponês “moderno” é capaz de combinar trabalho familiar, tecnologia de produção capitalista, práticas de ajuda mútua, homogeneidade produtiva, etc. Há uma intensa vivência da contradição entre a *dependência do modelo hegemônico* e a *fidelidade à lógica de vida camponesa*. Ainda que vivenciem muitas das imposições técnico-científicas e ideológicas do modelo econômico dominante, a relação dos camponeses com a terra se distingue essencialmente da relação capitalista. Enquanto esta última representa um instrumento de exploração, a primeira mantém-se como “morada da vida”¹⁰, uma relação que mais se aproxima da ajuda mútua do que da exploração. A família camponesa se relaciona com a terra de forma a garantir a continuidade da produção e reprodução da vida. Como define Martins (1981), são respectivamente: *terra de trabalho* e *terra de negócio*. Destas distintas relações

⁸ DE BIASE, L. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2010.

⁹ Termo utilizado por Martins (1981) para simbolizar a relação camponesa com a propriedade (ou posse) da terra, menos mercadológica e mais vinculada à reprodução da vida.

¹⁰ Este termo utilizado por Heredia (1979), expressa a relação do camponês com a terra de forma semelhante ao termo “terra de trabalho” de Martins (1981), anteriormente mencionado. No termo “morada da vida” a autora inclui dimensões socioculturais de maneira mais aprofundada e busca transmitir o sentimento de reprodução da vida nas diferentes esferas de uma organização social.

sociais de produção e de compreensão do sentido da propriedade da terra surgem diferentes territórios, que implicam em diferentes campos de poder.

Los factores básicos de la producción no son, para el planificador campesino, similares en esencia, definibles en términos monetarios [...]. En principio, la posesión de la tierra es una condición necesaria (y suficiente) para distribuir las ocupaciones y comporta un prestigio especial. Al mismo tiempo, la provisión de tierra en el mercado es muy limitada e inflexible en términos del mismo mercado, o totalmente nula (SHANIN, 1974, p. 23).

Ainda que as frações de território camponês inseridas no território capitalista resultem de um mesmo sistema econômico capitalista, em essência contraditório, as relações sociais de produção das quais resultam diferenciam-se fundamentalmente. Segundo Shanin (1974, p.33), *“la tenencia campesina de la tierra representa un mapa de relaciones humanas más que de fragmentos impersonales de propiedad, según las líneas “occidentales”*”. No modo de vida camponês, as relações de produção estão intimamente vinculadas às necessidades socialmente construídas pela família. Ainda que a economia camponesa compreenda tanto a produção para o *auto-consumo* como a produção para a *comercialização*, existem diferenças fundamentais entre a lógica de produção camponesa (M-D-M) e a lógica de produção capitalista (D-M-D’)¹¹. Na primeira, o valor de troca encontra-se vinculado e submetido ao valor de uso, sendo este último preponderante. Na segunda, o valor de troca busca desvincular-se do valor de uso e superá-lo. Por intermédio do *dinheiro*, a supremacia do valor de troca transforma a natureza e as relações humanas em *mercadorias* (LEFEBVRE, 1971).

A condição principal da produção capitalista é justamente que tanto a força de trabalho quanto as condições e os meios de trabalho e de subsistência se tornem mercadorias e como tais venham a ser trocados para produzir novos valores de troca e reproduzir em escala crescente a relação capitalista. Também a terra e porções cada vez maiores do território tornam-se mercadorias. De valor de uso tornam-se valor de troca, isto é, assumem aquela existência abstrata e alienada que é própria do mundo das mercadorias, onde o trabalho não se apresenta como produtor de valores de uso (como trabalho determinado) mas como medida geral das coisas, dos produtos (...), onde as relações sociais não se apresentam como relações pessoais mas como relações entre coisas (QUAINI, 1979, p.66).

¹¹ A fórmula D-M-D’, onde D=dinheiro, M=mercadoria e D’= o dinheiro original mais um incremento, foi elaborada por MARX, K. **O Capital**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1.,1996.

Para Lefebvre (1971, p. 69) “*la simple separación del valor de cambio y del valor de uso separa la producción y el consumo*”. Segundo Haesbaert (2009, p.95), Lefebvre¹² identifica esta separação por meio de diversos binômios, como quantidade e qualidade, diferença introduzida e diferença produzida, Logos e Eros, e especialmente troca e uso. É frutífera a identificação de uma luta acirrada entre “Logos” (vinculado à dominação) e “Eros” (vinculado à apropriação), com a luta entre troca e uso, respectivamente. Enquanto Logos “inventoria, classifica”, associando saber e poder, Eros tenta as separações entre obra e produto, necessidade e desejo.

Na economia capitalista, a produção se desvincula das reais necessidades de consumo. Transformados em produtividade e consumismo, ambos devem ser maximizados para a obtenção de lucros cada vez maiores. Ao separar “produção” de “reprodução”, desvalorizam-se as atividades produtivas relacionadas ao “cuidado” (PORTO-GONÇALVES, 2004; PICCHIO, 2003; SHIVA, 2000). Ao contrário, na economia camponesa as esferas de produção e consumo (reprodução da vida) encontram-se intimamente vinculadas. A lógica feminina do “cuidado” é a essência da atividade produtiva camponesa, que se expressa tanto com as pessoas, como com a terra, os animais e as plantas.

A vinculação entre a produção e reprodução da vida confere ao campesinato a auto-organização e a vivência da autonomia. Em pesquisa anterior (já mencionada neste relatório), concluiu-se que o processo de perda relativa da autonomia e construção da subordinação do campesinato ao capital monopolista é acompanhado pelo que se denominou “*processo de masculinização da agricultura*”. Este processo de supervalorização dos espaços e princípios masculinos causa perturbações na dinâmica de vida camponesa, especialmente na união entre elementos da produção e reprodução familiar.

O termo *unidade familiar de produção-consumo* é representativo quanto à interdependência entre os gêneros¹³. Nela espaços masculinos e espaços femininos se complementam, formando uma unidade. Consequentemente, homens sem esposa e

¹² O autor original será consultado.

¹³ Devemos lembrar que, independente da complementaridade existente entre os gêneros masculino e feminino, a mulher que vive na zona rural também pertence a uma sociedade que herdou o patriarcado e a dominação masculina dos colonizadores. A realidade rural brasileira transita entre a identificação cultural indígena, com concepções sociais e de gênero diferenciadas da cultura ocidental contemporânea, e a cultura ibérica, imposta durante a colonização brasileira (ARRUDA, 2000). Apesar da nítida predominância da cultura patriarcal existente nesse ambiente, é possível também perceber a possibilidade de valorização dos espaços de construção do feminino como ser social e, portanto, de transformações nas relações de gênero baseadas na dominação.

mulheres sem marido têm sua reprodução, de perspectiva camponesa, dificultada (SHANIN, 2008; WOORTMANN, 1992). Mãe e Pai são como mestres, cuja experiência de vida lhes permite o ensinamento de seus filhos. Os filhos, nesta unidade, cumprem o papel de ajudantes e aprendizes, aqueles que serão socializados e iniciados em suas funções específicas (masculina ou feminina) no interior da unidade produtiva (SHANIN, 1974).

Igualmente produtivos e com funções diferenciadas, espaços de produção para venda são espaços identificados com o gênero masculinos (vinculados ao exógeno) e espaços de produção para consumo são espaços femininos (vinculados ao endógeno). Enquanto o pai se responsabiliza pela produção de maior escala, parcialmente destinada ao mercado (lavoura/roça), a mãe garante produção de maior diversificação, necessária ao autoconsumo da família (roçadinho, quintal, criação, horta) (GARCIA JUNIOR, 1983; HEREDIA, 1979; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; BURG, 2005).

Constituído pela relação com o desconhecido, o gênero masculino dá o sentido “*de fora para dentro*” e é complementado pelo feminino “*de dentro para fora*”, cujo sentido aglutinador retoma o núcleo fortalecedor da família. O mato/mercado¹⁴ é para onde se vai, enquanto a casa é para onde se retorna. Assim, o entrelaçamento entre masculino e feminino forma um vínculo necessário ao sistema de produção e de vida complexo e auto-organizado do campesinato.

Todo movimento, toda expressão, todo comportamento é constituído de uma mescla de ambas as polaridades [feminino e masculino], ainda que em proporções diferentes. Nada é plenamente masculino ou plenamente feminino, como é expresso exemplarmente no conhecido símbolo do Tao. Contudo, quando a interação destes princípios dá origem a um movimento expressivo, costuma-se denominar de masculino aquele que tem uma intenção prévia e se mobiliza para alcançar este objetivo. Dito de outro modo, o masculino se lança para algo que está fora e além dele [exógeno]. Por outro lado, dizemos que o movimento é feminino quando emerge de uma necessidade interna, tendo por objetivo responder a esta finalidade, ou seja, é emergente e vinculado à fonte [endógeno] (KOSS, 2000, p.209-210).

Numa relação interdependente e complementar (ainda que patriarcal), a soma entre o espaço feminino e o espaço masculino resulta na orientação cíclica do sistema produtivo camponês. A produção familiar caracteriza-se como um sistema aberto (como

¹⁴ O “mato” é a expressão usada para os espaços que precisarão ser roçados para implantação da lavoura (terreno “sujo” ou floresta). O “mercado”, neste caso, representa os espaços de negociação/comercialização ou o contato com o “de fora”, o “desconhecido” ou o “não camponês”.

todo sistema agrícola), porém muito próximo ao que denominar-se-ia sustentável. O modelo diversificado/cíclico da agricultura camponesa se opõe ao modelo monocultural/retilíneo da agricultura capitalista. Nesses termos, pode-se compreender a relação entre a complementaridade entre gêneros e a complexidade do sistema produtivo camponês (ciclo=endógeno+exógeno+endógeno+...), assim como a masculinização e simplificação/tecnificação do sistema agroindustrial (orientação ao exógeno) característica do segundo modelo. Esta relação pode ser visualizada na caracterização elaborada por Shiva (2001, p. 54-55):

Os sistemas [agrícolas] auto-organizados crescem a partir de dentro, modelando-se para fora. Os sistemas mecânicos organizados externamente não crescem; eles são feitos, montados a partir de fora. [...] Quanto mais complexa uma estrutura dinâmica, mais ela é dirigida endogenamente. A mudança depende não apenas das suas compulsões externas, mas das condições internas. A auto-organização é a essência da saúde e da estabilidade ecológica dos sistemas vivos.

O modelo econômico capitalista caminha em sentido oposto à experiência histórica das mulheres com relação à reprodução da sociedade, ou seja, enquanto a lógica feminina prioriza a fonte, o endógeno, o modelo capitalista desenvolve-se a partir de necessidades exógenas (produção e reprodução ampliada de capital àqueles que não são os próprios (re)produtores). As necessidades oriundas do sistema capitalista são recriadas a partir das necessidades do próprio sistema e não da sociedade.

A dissociação da esfera da produção e reprodução social, seguida pela desvalorização desta última, tem consequências profundas na dinâmica capitalista. A domínio do capital sobre os sistemas alimentares, por exemplo, gera problemas como a insegurança alimentar, obesidade infantil e demais danos à saúde humana (PORTO-GONÇALVES, 2004; SILIPRANDI, 2004). Na economia capitalista, o modelo pelo qual as famílias organizam-se em relação ao trabalho, por exemplo, tem gerado dificuldades quanto ao cuidado e a educação das crianças. Como discute Martins Filho (2007), vivemos um processo de terceirização da crianças. O insucesso do capitalismo em resolver problemas sociais (endógenos) relacionados ao “cuidado” não tem correspondência na economia familiar camponesa. Ao contrário disto, o modo de vida camponês oferece, como evidencia Shanin (2008), os melhores exemplos quanto à autossuficiência e ao cuidado das relações endógenas.

A capacidade de constante recriação do campesinato, ainda que em condição de subordinação ao capital, está intimamente relacionada à natureza da economia familiar.

Mantendo a representatividade do feminino e do masculino, tal como foi discutido acima, reproduzem o seu modo de vida exercendo o apoio e a ajuda mútua, nas famílias e fora das famílias em unidades camponesas (SHANIN, 2008). A prática de ajuda mútua nas sociedades humanas e não humanas desperta interesses desde os estudiosos naturalistas. Na década de 1880, Kropotkin já publicava seus textos sobre ajuda mútua, que foram reunidos na obra: “Ajuda mútua: um fator de evolução”.

Conforme demonstra o livro (é preciso compreendê-lo em seu tempo para desvincular suas contribuições e a visão evolucionista de sociedade), esta motivação ao agrupamento social para resolução de problemas individuais ou coletivos pode ser identificada em diferentes “estágios civilizacionais”. No entanto, o autor evidencia a tendência ocidental modernizadora de substituição desta motivação pela crescente individualização (KROPOTKIN, 2009). Neste contexto, relembramos que os camponeses têm muitas lições a nos ensinar.

Além da cooperação do trabalho no núcleo familiar (mãe, pai e filhos), o processo produtivo conta com o apoio do que os antropólogos costumam denominar “família expandida”, que inclui avós, tios e compadres. Esta frequente ajuda mútua costuma incluir ainda os vizinhos próximos, caracterizando as relações de vizinhança. O mais representativo formato deste tipo de ajuda mútua no Brasil é o mutirão. A prática do mutirão é mencionada por muitos estudiosos do campesinato (CANDIDO, 1975; MARTINS, 1981; SANTOS, 1984; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; BRANDÃO, 1995; e outros) e recordada com entusiasmo pela maioria dos camponeses e camponesas com idade mais avançada. Caldeira (1956) escreve sobre as principais características da ajuda mútua no Brasil, indicando a herança comunitária recebidas das tradições portuguesa, indígena e africana, e ainda especificando as formas de atuação solidária na atividades agrícolas de cada região do país. Segundo este autor:

Estas práticas de auxílio mútuo, a que não são estranhas, também, motivações de amizade, parentesco e compadrio, ora revestem caráter pessoal e se traduzem na prestação recíproca de toda a sorte de serviços, ora grupal ou coletiva, envolvendo a maioria dos elementos que formam a vizinhança. No primeiro caso, estão os pequenos ajutórios prestados em múltiplas situações: mortes, doenças, partos, casamentos, batizados [...]. No segundo caso, a ajuda mútua encontra um vasto campo de aplicações, destinando-se à efetivação de numerosas tarefas, de acordo com as necessidades do grupo, como, p. ex., derrubadas, roçadas, colheitas [...] (CALDEIRA, 1956, p. 29-30).

A prática do mutirão e outras formas de ajuda mútua características do campesinato sofrem do mesmo processo de desvalorização e reinvenção diante do processo de subordinação ao capital. Poderíamos mencionar¹⁵ ao menos três elementos que explicam, de forma geral, o declínio destas formas de atividade coletiva na atualidade: a falta de mão-de-obra disponível, principalmente por conta da ausência dos jovens; a transformação do modelo produtivo nos moldes da revolução verde que, de maneira bem abrangente, aproxima a monetarização às relações de produção agrícola; e o processo de individualização pertencente ao imaginário da modernização.

Sendo assim, quais estratégias metodológicas são necessárias para que as lições que o campesinato tem a nos oferecer fundamentem o processo de ação agroecológica? De que forma a autoregulação oferecida pela complementaridade entre ação endógena e ação exógena na unidade familiar de produção pode orientar a construção de agroecossistemas? Como evitar a reprodução dos processos de masculinização da agricultura nas experiências agroecológicas?

4.3.3. Indicação de referências

ARRUDA, R.S.V. ‘Populações tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BRANDÃO, C. R. **A Partilha da Vida**. São Paulo: Cabral/GEIC Editora, 1995.

BURG, I.C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Florianópolis. 147 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Brasileira, 1956.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

DE BIASE, L. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2010.

¹⁵ Segundo resultados de pesquisa de mestrado desta autora, anteriormente mencionada.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 7. (Série Estudos sobre o Nordeste).

KOSS, M.V. **Feminino + masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras, 2000. (Coleção Ensaaios Transversais).

KROPOTKIN, P. **A ajuda mútua**: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LEFEBVRE, H. **El materialismo dialéctico**. Buenos Aires, La Pléyade, 1971 (Traducción de la 5ª edición francesa, edición original de 1939).

MARTINS FILHO, J. **A criança terceirizada**. Os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. 1ª. ed. Campinas: Papirus, 2007.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PICCHIO, A. **Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social**. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz da Terra, 2004.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, V. T. **Colonos do Vinho**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1974.

SHIVA, V. Deixe-nos sobreviver: mulheres, ecologia e desenvolvimento. In: RUETHER, R.R. (Org.). **Mulheres curando a terra**: mulheres do terceiro mundo na Ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILIPRANDI, E.C. **Políticas de Segurança Alimentar e relações de Gênero**. Cadernos de Debate (Unicamp), v. XI, p.38-57, 2004.

SILVA JÚNIOR, R. D.; DE BIASE, L.. Na encruzilhada dos saberes e práticas: inserções antropológicas sobre estranhamento e alteridade no interior da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, p. 3-18, 2012.

WOORTMANN, E.F. **Da complementaridade à dependência**: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 38-52, 1992.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UNB, 1997.

Próximas reflexões:

BOMBARDI, L.M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

D'AQUINO, T. **A Casa, os Sítios e as Agrovilas**: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão. In: ENCONTRO DA ANPOCS, XX, 1996. Caxambu. 35p. (Mimeogr.).

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI**. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M.. (Org.). O Campo no Século XXI. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As Origens de Nossa Época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

SHANIN, T. **El campesinado como factor político**. In: _____. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Economica, 1979.

_____. **Chayanov e a questão do campesinato**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s.d. (Mimeogr.). Transcrição: Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues.

_____. **La clase incomoda**: sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998

4.4. Feminismo e estudos de gênero - na construção do protagonismo feminino em unidades camponesas de produção agroecológica

4.4.1. Objetivos

Partindo da constatação de que a unidade familiar de produção e consumo, tal como na economia camponesa, tem na interdependência entre espaço feminino e espaço masculino uma das características para a manutenção da autonomia, pretende-se, neste capítulo, oferecer subsídios teóricos e realizar uma problematização sobre as relações de gênero no interior da agroecologia. O objetivo desta discussão é ampliar o conceito de protagonismo feminino, partindo da concepção de inclusão e empoderamento da mulher à concepção de fortalecimento do feminino em realidades masculinizantes. Para tanto, faremos uma apresentação breve sobre os estudos de gênero, desde o feminismo, de forma geral, até sua inserção no mundo rural e na agroecologia.

4.4.2. Primeiras reflexões

O feminismo e os estudos de gênero

O feminismo pode ser identificado em três gerações específicas, ainda que seja necessário reconhecer certa simultaneidade de suas concepções teóricas e a ausência de demarcações extremas de suas diferenças (MACHADO ZANOTTA, 1992; SCAVONE, 2008). A *primeira fase* do feminismo, com maior expressão no século XVIII e XIX, é chamada de *universalista, humanista ou feminismo das lutas igualitárias*. Apesar das primeiras feministas terem sofrido influências de políticas diversas (liberalismo, socialismo utópico, anarquismo), Scott (1998) reconhece que o movimento nasceu impregnado pelo ideal republicano de igualdade e liberdade. Ainda assim, já é possível notar nesta época, segundo a autora, algumas preocupações características do feminismo contemporâneo, relacionadas à vida privada, como constituição igualitária do casamento, questionamento do poder patriarcal na família e direito ao divórcio (SCAVONE, 2008)

Conforme discute Siliprandi (2009), a “sujeição” das mulheres aos homens é reconhecida e indesejada desde as primeiras correntes socialistas utópicas de meados do século XIX. Os ideais feministas, contudo, não eram bem vistos nos movimentos operários, nem tampouco pelos capitalistas. “Para uma parte do movimento socialista de então, a proletarianização das mulheres era fator de dissolução das famílias, de aumento de

doenças e da mortalidade infantil, e de piora das já tão sofríveis condições de vida das famílias operárias” (SILIPRANDI, 2009, p.50). No campo do marxismo ou socialismo científico, uma importante contribuição ao feminismo da época foi o livro de Friederich Engels *As origens da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

No debate sobre a origem da opressão, Engels se colocava contra as argumentações biologicistas, que apontavam a superioridade física dos homens como tendo sido o principal fator. Para ele, o fundamental era a construção social do poder masculino, que tinha se dado através da apropriação do trabalho alheio, e, sobretudo, do trabalho das mulheres. A propriedade privada e a família monogâmica eram apontadas como as origens da acumulação e do patriarcado, e a superação da sociedade de classes (com a abolição da propriedade privada, o ingresso de todas as mulheres no mercado de trabalho, e a socialização dos serviços domésticos) seria a solução para o fim da opressão das mulheres (SILIPRANDI, 2009, p.51).

Entre os anarquistas, segundo esta autora, não havia consenso sobre a importância da luta das mulheres.

Algumas militantes, como Emma Goldman, ativista e escritora atuante a partir dos Estados Unidos, questionavam o trabalho assalariado como via de libertação das mulheres, assim como a importância da institucionalidade e do voto. Para esta autora, desafiadora de qualquer tipo de hierarquia, seria preciso que as mulheres vencessem a ideologia patriarcal que carregavam em seu interior, afirmando-se como pessoas, donas de seus corpos, e assumindo seus desejos, não se permitindo serem guiadas nem por Deus, nem pela pátria, nem pelos seus maridos. Defendia que as mulheres decidissem se queriam ou não ser mães, e que fosse permitido o uso de métodos contraceptivos – que eram proibidos na época. Como um apelo à libertação individual, suas idéias iam também contra o que era proposto pelos socialistas, pois via ali um grande perigo de regulação da vida pessoal por meio do Estado (DE MIGUEL, 2002, p. 34; 2005, p. 326 apud. SILIPRANDI, 2009, p.52-53)¹⁶.

A *segunda fase* do feminismo pode ser datada a partir da segunda fase até o final do século XX, sendo caracterizada como *diferencialista e/ou essencialista, feminismo das lutas pela afirmação das diferenças/identidade*. Este período é marcado pela obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir¹⁷, que abre um debate político radical sobre a questão da desnaturalização da condição de mulher e retoma a perspectiva hegeliana. Segundo Scavone (2008), Beauvoir lança a primeira semente para os estudos de gênero, antes mesmo de conceituar-se “gênero”. “Essa ideia [o componente social do sexo

¹⁶ A fonte original será consultada para elaboração definitiva deste capítulo.

¹⁷ A fonte original será consultada para elaboração definitiva deste capítulo.

feminino] é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero” (SCAVONE, 2008, p. 175-176).

No Brasil, esta fase do movimento feminista conviveu com as fortes repressões da ditadura militar. Num momento de transição paradigmática e de surgimento dos “novos movimentos sociais”, o feminismo contemporâneo impulsiona uma ampliação dos estudos “sobre as mulheres” (como eram chamados). Junto aos movimentos sociais deste período histórico, tanto o feminismo como os estudos de gênero sofrem algumas críticas. Conforme foi indicado por Correa (2008), no interior dos movimentos ligados ao Partido Comunista, diante da ânsia pela revolução socialista, o feminismo era considerado como “uma questão menor”. No campo acadêmico, por sua vez, o comprometimento político e a associação dos estudos de gênero ao feminismo colocava em questão a validade científica destes estudos. Além disso, os extremos desta relação entre politização e cientifização geravam (e ainda geram), dois problemas antagônicos: de uma lado o envolvimento acrítico nos movimentos feministas, que resultam em pesquisas denunciativas sem diálogos com as teorias sociais, e de outro o distanciamento total destes movimentos, que resulta em pesquisas sobre relações de gênero que acabam por negar o feminismo. Sobre as implicações da militância e produção de conhecimento por parte das feministas, Correa (2008, p.24) identifica alguns problemas:

O primeiro problema sobre o qual gostaria de chamar a atenção nessa relação entre feminismo e gênero diz respeito à clivagem antes mencionada entre militantes e pesquisadoras que tem, claro, a ver com meu interesse pela história: relendo os artigos produzidos nesses últimos anos sobre o movimento feminista e as questões de gênero no Brasil, fico surpreendida, embora não o devesse, com o quanto a participação de cada autora num certo contexto direciona também sua análise. [...] Mas creio que o ponto importante a enfatizar aqui é a necessidade de se contextualizar adequadamente a história do feminismo, sem perder de vista a importância do contexto político e cultural à época de sua emergência.

A autora evidencia, portanto, a importância justamente da posição atenta às tendências políticas do momento histórico que se vivencia, para que as influências no campo de pesquisa aconteçam de maneira consciente, contextualizada e aparente. No ponto de vista desta autora (que contribui com as reflexões desta pesquisa), a falta de domínio sobre esta relação entre feminismo e estudos de gênero pode gerar problemas como, por exemplo, o distanciamento da histórica relação entre as noções de raça e gênero:

O segundo problema é a imensa lacuna bibliográfica na já mencionada relação entre raça e gênero: se o feminismo nos permitiu lutar, num primeiro momento, para a constituição de um sujeito Mulher, assim mesmo com letra maiúscula, o próprio desenvolvimento dos movimentos feministas foi, aos poucos, desinvestindo esse sujeito do lugar central que lhe dávamos nos anos setenta, desqualificando sua singularidade, questionando sua identidade e universalidade (CORREA, 2008, p.25).

Neste período, contudo, a interdependência equilibrada entre teorias de gênero e feminismo acaba por fundar um exercício analítico bastante interessante: o “olhar de gênero” às temáticas sociais e ambientais, tais como: trabalho, saúde, educação, família, violência, ciências, cultura, identidade, corpo, tecnologias, sexualidade, ecologia, etc.. “E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural” (SCAVONE, 2008, p.178).

A *terceira fase* do feminismo corresponde ao início do século XXI e é denominada de *pós-moderna*, derivada do *desconstrucionismo*, *teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades*. O movimento, aqui, é o questionamento da normatividade heterossexual e o destaque para o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais). A partir dos anos 1990, como desdobramento do conceito de gênero, ganhou destaque a “teoria queer”, que ultrapassa os gêneros (*transgendering*), tendo como principal representante a filósofa feminista Judith Butler (2003) (SCAVONE, 2008).

Gayle Rubin (1975), antropóloga inglesa e feminista, é uma importante das fundadoras do conceito de gênero. Segundo Scavone (2008, p. 179), “a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de *sistemas de sexo/gênero*”. A historiadora e feminista renomada Joan W. Scott (1990, 1992), por sua vez, em diálogo com pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze, introduz o conceito na História. Para esta autora, “Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança” (SCAVONE, 2008, p. 180).

Finalmente, é preciso mencionar uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista inglês, a socióloga Christine Delphy (2010). Para esta estudiosa, “é o gênero

que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica – a qual considera sem sentido – e divide a humanidade em duas categorias de gênero. E diferentemente de outras conotações do conceito, ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total” (idem).

Retomando o interesse desta pesquisa por refletir sobre a economia camponesa e suas especificidades de gênero, assim como refletir sobre estratégias metodológicas da agroecologia que ofereçam possibilidades de contraposição ao processo de “masculinização” da agricultura, faz-se necessário compreender e problematizar o domínio do patriarcado sobre as noções econômicas de sociedade e sobre as noções de relação entre humanidade e natureza. Assim, pretende-se aprofundar os estudos teóricos sobre dois campos específicos do feminismo e estudos de gênero: a Economia Feminista e o Ecofeminismo.

Economia Feminista

As feministas que questionam a orientação masculinizante da ciência econômica e propõem a inclusão das mulheres e/ou do universo socialmente construído pelas mulheres são reconhecidas como estudiosas e defensoras da Economia feminista. Neste campo teórico, parece-nos de interesse particular a esta pesquisa a orientação analítica elaborada por Carrasco (2003), Bosch et al. (2003), e Picchio (2003), que direciona a discussão no sentido do questionamento do paradigma econômico dominante e valorização da esfera da reprodução social. Segundo Faria (2009, p.17):

[...] a economia feminista buscou, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como “atoras” econômicas e, assim, enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres. [...] Diferentes perspectivas existem nesta economia, desde aquelas que propõe apenas incluir as mulheres no paradigma dominante àquelas que questionam tal paradigma e buscam mudanças profundas que impliquem uma reconceituação, numa ruptura com a visão centrada no mercado, e adotam uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar, incorporando tanto o âmbito produtivo como o da reprodução. O reconhecimento de que esses âmbitos se determinam mutuamente é que fará ver que a reprodução é também parte da economia, ou seja, na sociedade capitalista as esferas mercantil e salarial dependem do trabalho doméstico e dos bens de serviço que aí se produzem.

Para as representantes deste diálogo entre economia e feminismo mencionadas acima, o sistema econômico capitalista não oferece condições de manutenção de um modo de vida satisfatório, já que a relação entre as pessoas é majoritariamente pensada a

partir das demandas de um determinado contexto mercadológico. Isto gera riscos e instabilidades que, para serem superados, demandam uma nova racionalidade econômica. Como vimos, a economia familiar camponesa não segue este modelo de racionalidade capitalista. Segundo Picchio (2003), faz-se necessária uma inversão estrutural: as mobilizações em torno da produção é que deveriam ajustar-se às necessidades socialmente construídas (sem apelos ideológicos consumistas).

[...] No se trata de considerar la reproducción de las personas como si fuera un proceso de producción de mercancías, tratar el cuidado como un trabajo asalariado y racionalizar los tiempos y lugares con objeto de reducir el coste de la producción e mercancías y aumentar la eficiencia de la reproducción. Al contrario, de lo que se trata es de hacer uso de la experiencia de las mujeres en las redes sociales de reproducción e introducir cambios radicales en el sistema real y sus análisis (PICCHIO, 2003, p. 204).

Num paralelo entre estas reflexões feministas e os estudos de campesinato, talvez seja possível identificar contribuições no modo de vida camponês. Segundo Shanin, a economia camponesa, justamente, produz soluções efetivas aos problemas sociais geralmente produzidos pela economia capitalista. Para o autor, “não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema”. Sua organização social possibilita a resolução de problemas que “outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa”. Até o momento, por exemplo, nenhuma economia conseguiu “resolver o problema de cuidar das crianças de forma tão eficiente quanto a economia familiar” (SHANIN, 2008, p. 26-27).

A experiência feminina vinculada ao cuidado é marginalizada pelo modelo de produção capitalista. Como vimos na introdução deste relatório, os princípios desenvolvimentistas favorecem os espaços masculinos voltados ao exógeno e substituem os espaços de produção femininos pela prática (passiva) do consumo de mercadorias industrializadas. Incentiva-se a produção para o exógeno e o consumo do exógeno. Com esta perda de espaços femininos e desvalorização da lógica endógena do cuidado, a autonomia peculiar à economia familiar passa a se inviabilizar. Subjugar a natureza e as mulheres oferece ao capital maiores condições de aumentar a produtividade e geração de lucros (SHIVA, 2000; SILVA, 1983, PORTO-GONÇALVES, 2004).

Com Adam Smith, a riqueza criada pela natureza e o trabalho das mulheres tornaram-se invisíveis. O trabalho, e especialmente o masculino, tornou-se o capital que originalmente supre os seres

humanos de todas as necessidades e confortos da vida. [...] A natureza deixou de ser uma fonte de riqueza e sustento. O trabalho das mulheres, visando o sustento, deixou de ser “produtivo”. [...] A transformação, a força produtiva foi associada apenas com o trabalho do homem ocidental, e o desenvolvimento econômico tornou-se um projeto de remodelação do mundo, de acordo com essa presunção. A desvalorização e o desmerecimento do trabalho e da produtividade da natureza levaram às crises ecológicas. A desvalorização e o não-reconhecimento do trabalho da mulher criaram o sexismo e a desigualdade entre homens e mulheres. A desvalorização da subsistência, ou melhor, da economia de sustentação, baseada na harmonia entre o trabalho da natureza e o trabalho humano criou as diferentes formas de crises étnicas e culturais que grassam em nosso mundo, hoje (SHIVA, 2000, p. 110).

No entanto, o desenvolvimento tecnológico “moderno” rompeu com o princípio da agricultura sustentável de reciclagem dos nutrientes do solo. A monocultura e a biotecnologia produzida pelas corporações transnacionais do agronegócio, inviabilizaram o agroecossistema familiar e elegeram os espaços masculinos como campo de produção monetária. Este sistema excluiu a participação da natureza no processo de produção de alimentos, assim como excluiu a participação das mulheres na dinâmica produtiva do sítio. Desse modo, o desenvolvimento hegemônico pode ser compreendido como um projeto patriarcal, que separa natureza e cultura e subjuga a primeira à segunda (SHIVA, 2000, 2001). O patriarcalismo estabelece uma relação direta entre homem-cultura e mulher-natureza como forma de naturalização da dominação da mulher.

O estabelecimento do patriarcado [...] teve como consequência a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Esta dicotomia, ao mesmo tempo em que se baseia na concepção de que os recursos naturais existem para que o homem os domine e subjogue, é fator de sua sustentação. Quando a mulher é definida como um ‘ser natural’ e depositária de todas as características e qualidades atribuídas ao mundo natural, sua subjugação passa a ser justificada biologicamente (KOSS, 2000, p. 92).

Juntamente com a preocupação quanto ao controle de natalidade, o questionamento do modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens, que orientava os países industrializados (tanto capitalistas como socialistas) e que estava levando a humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina, aproxima o pensamento ecológico do feminismo (PULEO, 2004, apud. SILIPRANDI, 2009).

Ecofeminismo

O termo “Ecofeminismo” é inaugurado com o texto *Le Feminisme ou la mort*, da francesa Françoise D'Eaubonne, em 1974. Segundo Siliprandi (2009, p.88):

[...] o ecofeminismo vem se constituindo desde a década de 1970, a partir de um conjunto de posições teóricas e de experiências práticas dentro dos movimentos de mulheres que compartilham o reconhecimento da necessidade de reinterpretação das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas se dêem em uma perspectiva não-sexista e de respeito e valorização a todos os seres existentes. Este conjunto de posições não é homogêneo, e tem recebido críticas tanto dos movimentos ecologistas como de dentro do feminismo; no entanto, reflexões feitas a partir de sua prática política por vários autores e autoras contemporâneos têm mostrado que esses aportes podem ser bastante inovadores, ajudando a estabelecer novas bases para articulações entre o feminismo e outras lutas sociais emancipatórias (anti-racistas, ambientalistas e ecologistas, antiglobalização, entre outras).

Uma importante e polêmica ecofeminista hindu é Vandana Shiva (1991, 2000, 2001). A autora busca combinar o estudo da marginalização material e simbólica das mulheres camponesas do terceiro mundo com os pressupostos da cosmologia hindu (orientada fortemente pelo princípio feminino).

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na Natureza, a mulher, o homem, e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem (SHIVA, 1991, p. 77 apud. SILIPRANDI, 2009, p. 93).

As críticas realizadas à autora e ao Ecofeminismo de maneira geral são relevantes para a reflexão que se pretende estabelecer nesta pesquisa. Buscar-se-á, contudo, distanciar-se do exercício de eleger esta ou aquela concepção feminista, mas aglutinar as contribuições e refletir sobre as problematizações propostas por elas, de acordo com o contexto e a orientação teórico-metodológica já definidos. Nesse sentido, para fins deste relatório, identificamos duas importantes abordagens feministas, realizadas por Bina Agarwal e Ynestra King.

Agarwal (1998) propõe a substituição do ecofeminismo pelo “ambientalismo feminista”. A intenção da autora é deslocar o olhar considerado por ela ideológico às

fontes materiais da dominação das mulheres. Nesse sentido, afirma que a relação entre as mulheres e a natureza precisa ser entendida em sua realidade material, em suas formas específicas de interação com o meio ambiente, levando em consideração a divisão do trabalho, assim como a distribuição da propriedade e de poder baseadas em gênero, classe, casta, raça, etnia, etc. Esses fatores estruturavam não só as relações entre as pessoas e a natureza, mas também a forma como as mudanças no meio natural as afetariam diferentemente; assim como a forma como as pessoas reagiriam a estas mudanças. Caberia a um movimento feminista ambientalista desafiar e transformar as noções de gênero, a divisão do trabalho, e a divisão dos recursos entre os gêneros; assim como desafiar e transformar as noções das relações entre as pessoas e a natureza (SILIPRANDI, 2009, p.95)

Ynestra King (1998) não defende a desconstrução do ecofeminismo, mas elabora contribuições no sentido da valorização das atividades relacionadas à reprodução. O reconhecimento de que o patriarcado tinha relegado às mulheres a ordem da natureza (o que impunha a necessidade de “resgatá-las” desse gueto) não implicava que as atividades e as vivências realizadas pelas mulheres no âmbito da reprodução e da subsistência deveriam ser menosprezadas; ou que os demais aspectos dessa relação (sensibilidades desenvolvidas, conhecimentos adquiridos) deveriam ser ignorados. Caberia ao ecofeminismo, portanto, advogar por uma postura de *reconciliação* da humanidade como integrante da natureza, reconhecendo que todos eram formados por sentimento e razão, que todos eram parte da natureza e da cultura, mas que, ainda assim, a natureza requeria um cuidado por parte dos seres humanos para além do seu mero papel de “recurso” econômico (SILIPRANDI, 2009, p.91).

Siliprandi (2009) recorre a Alicia Puleo (2005, p. 125-127) para elencar algumas contribuições dos chamados “ecofeminismos clássicos” ao entendimento das relações estabelecidas entre a dominação das mulheres e da natureza sob o patriarcado:

- a) denunciaram o *androcentrismo* da ciência e da história, resgatando, por um lado, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades e as formas como se deu a sua exclusão do conhecimento formal e dos espaços de legitimação da ordem social, constituídos pelos discursos científicos, religiosos, jurídicos, filosóficos; e, por outro, mostrando que essa exclusão se deu paralelamente ao desprezo a conhecimentos holísticos (considerados como “não científicos”) que

- viam a humanidade como parte do meio natural, em igualdade de condições com outros seres;
- b) denunciaram que essa postura reducionista da ciência e da tecnologia tinha como consequência o seu uso irresponsável, que colocava em risco não só a saúde humana, mas a própria sobrevivência da humanidade e do planeta;
 - c) mostraram que a *postura de dominação* e os códigos de conduta que levavam à violência dos seres humanos sobre os animais eram semelhantes àqueles que justificavam a opressão das mulheres, assim como a opressão de outras etnias e raças que não o homem branco ocidental; ou seja, vincularam o marco opressivo androcêntrico (a “superioridade” masculina como justificativa para a opressão) ao antropocentrismo, ao etnocentrismo e ao “especismo” (preconceito de que somente a espécie humana tem valor por si mesma, e as demais só o têm em função de sua utilidade para os humanos);
 - d) desvendaram o quanto esta ideologia estava marcada pelo paradigma do homem como “amo e guerreiro”, que faz do militarismo a expressão da virilidade, levando frequentemente a humanidade à guerra como forma privilegiada de resoluções de conflitos;
 - e) chamaram a atenção para a semelhança entre o não reconhecimento das atividades reprodutivas realizadas pelas mulheres (também discutido na Economia Feminista) e a exploração irresponsável dos "recursos naturais", postura que considerava tanto a natureza como a mão-de-obra feminina como fontes inesgotáveis de riquezas à disposição dos homens; ambos os tipos de exploração (sobre as mulheres e sobre a natureza não-humana) foram sistematicamente ignorados nos cálculos de racionalidade admitidos pela economia ocidental hegemônica;
 - f) mostraram ainda que as mulheres pobres do terceiro mundo, dadas as suas condições de responsáveis pela manutenção do núcleo doméstico, eram as primeiras vítimas das políticas da degradação ambiental promovida pela globalização neoliberal (pelo desmatamento, pela poluição das águas e do solo, pelo uso da terra para cultivos de exportação, etc.), mas que eram capazes de resistir a esse modelo, transcendendo aos papéis de gênero tradicionais;
 - g) tiveram também o mérito de mostrar que uma perspectiva feminista sobre os seres humanos e sobre a natureza implicaria uma mudança de atitude, exigindo que a humanidade deixasse de ter uma percepção "arrogante", e passasse a ter a uma

percepção "afetiva" do mundo (WARREN, 1998, p. 134). Essa mudança significaria respeito à diversidade, sem hierarquias, como uma postura ética por parte dos humanos, para cuidar do mundo não-humano.

Reconhecidas as contribuições do Ecofeminismo tanto ao feminismo quanto ao socioambientalismo e a construção de uma agricultura sustentável, Siliprandi reforça o alerta sobre a importância da não naturalização da relação da mulher com as causas sociais e ambientais vivenciadas na atualidade.

Não é por terem nascido mulheres, no sentido *essencialista* do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas [socioambientais]. É porque se tornaram mulheres – e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar. É preciso que se assuma que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura é um dos entraves para que as propostas alternativas de desenvolvimento sejam efetivamente coerentes, amplas e equitativas (SILIPRANDI, 2009, p. 70).

4.4.3. Indicação de referências

AGARWAL, B. El género y el debate medioambiental: lecciones desde India. In: AGRA, Maria Xosé (comp.). **Ecologia y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p. 179-226.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSCH, A.; CARRASCO, C.; GRAU, E. **Verde que te quiero violeta**. IX Jornadas de Economía Crítica, Barcelona, 2005.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2003.

CORREA, M. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil**: um exemplo pessoal. Cad. Pagu. 2001, n.16, pp. 13-30.

DE MIGUEL, A. **O feminismo ontem e hoje**. Lisboa: Ela por Ela, 2002.

DELPHY, C. **Patriarcado (teorias do)**. In: HIRATA, Helena et. all. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2010 (p. 173-178).

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Butto, Andrea (org). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. (pp. 11–28). Brasília: NEAD, 2009.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

KOSS, M.V. **Feminino + masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras, 2000. (Coleção Ensaio Transversais).

MACHADO ZANOTTA, L. **Feminismo, academia e interdisciplinaridade**. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PICCHIO, A. **Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social**. In: CARRASCO, C. (Ed.) Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz da Terra, 2004.

PULEO, A. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In: AMORÓS, C.; DE MIGUEL, A. (Eds.). **Teoría feminista**: de la ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madrid: Minerva, 2005. v.2; p. 35-68.

_____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología**: historia, pensamiento, sociedad. Madrid: Al Mudayna, 2004. p. 21-34.

RUBIN, G. **The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex**. In: REITER, Rayna (Org.). Toward an Anthropology of Women. New York and London: Monthly Review Press, 1975. p. 175-210.

SCAVONE, L. **Estudos de gênero**: uma sociologia feminista. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 1, 2008.

SCOTT Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, jul/dez 1990, 16(2):5-22.

_____. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História. São Paulo: EDUNESP, 1992.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIVA, V. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

_____. Deixe-nos sobreviver: mulheres, ecologia e desenvolvimento. In: RUETHER, R.R. (Org.). **Mulheres curando a terra**: mulheres do terceiro mundo na Ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.

_____. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, M.A.M. **O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais**. Perspectivas, São Paulo, 6:57-65, 1983.

WARREN, K. El poder y la promesa de un feminismo ecológico. In: AGRA, Maria Xosé (Comp.). **Ecologia y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p.117-147.

KING, Y. Curando las heridas: feminismo, ecología, y el dualismo naturaleza/cultura. In: AGRA, M. X. (Comp.). **Ecologia y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p. 63-96.

Próximas reflexões:

CARNEIRO, S. **Gênero e Raça**, In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. Gênero, democracia e sociedade brasileira, São Paulo: FCC/Editora 34, 2002, pp.167-194.

HARAWAY, D. **“Gênero”, para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos PAGU (22), 2004; PP.201-246

MELO, H.P.; OLIVEIRA A.B. **A produção científica brasileira no feminino**. Cadernos PAGU. *Cad. Pagu*, Dez 2006, no.27, p.301-331

RAGO, M. **Anarquismo e Feminismo no Brasil**. RJ, Achiamé, 2007.

RUBIN, G.; BUTLER, J. **Tráfico sexual** – entrevista. In: ALMEIDA, H. B.; BELELI, I. (Orgs.). Cadernos Pagu: olhares alternativos. Campinas/SP:Unicamp, (21) 2003 (pp.157-209) [também disponível no *scielo* Brasil].

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1974.

SILIPRANDI, E.C. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2000.

SPIVAK, G. **Quem reivindica alteridade?** In: Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura. BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org) RJ, 1994: Rocco, p.187-205.

4.5. A participação como inclusão das especificidades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino: uma proposta agroecológica?

4.5.1. Objetivos

Realizar uma leitura sobre as propostas metodológicas da agroecologia à luz das discussões teóricas sobre agroecologia, autonômica camponesa e gênero. Não pretende-se esgotar todas as estratégias metodológicas e instrumentos de análise/ação já formuladas no campo de possibilidades da agroecologia, mas descrever e problematizar aquelas consideradas como principais: Pluralismo metodológico (distributivo, estrutural, dialético); Método Campesino a Campesino (MCAC); Investigação/ação participativa; Experimentação agroecológica; e, por fim, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

4.5.2. Primeiras reflexões

Analisaremos, neste capítulo, as propostas metodológicas e instrumentos de análise/ação consideradas adequadas à agroecologia, segundo discussões teóricas elaboradas nos capítulos antecedentes. Podemos notar, no primeiro capítulo, a existência de um eixo comum na concepção dos autores clássicos da agroecologia, que desenvolve-se em olhares diferenciados e até certo ponto complementares. No entanto, foram identificadas algumas discrepâncias, que geram ao menos duas decorrências importantes: uma delas relacionada à visão sobre o futuro do campesinato e suas implicações quanto a forma de interação com estes sujeitos, e a outra relacionada à concepção epistemológica da agroecologia, que gera diferenças quanto à equidade das relações no processo de construção da agroecologia. Como exemplo da pertinência de uma concepção agroecológica ampla, analisamos a inserção das questões de gênero no interior da agroecologia.

No segundo capítulo tivemos a oportunidade de transitar pelos estudos do campesinato, tendo como foco a unidade familiar camponesa. Foi possível evidenciar que a questão da autonomia do campesinato está intimamente relacionada ao exercício da interdependência entre a dimensão feminina e masculina nas relações socioeconômicas. Entre as formas de interação camponesas que contribuem com este exercício da autonomia está a ajuda mútua. O caminhar pela teoria feminista e estudos de gênero, realizado no terceiro capítulo, por sua vez, nos ofereceu a possibilidade de visualizar o conceito de protagonismo feminino de maneira amplificada, partindo da concepção de

inclusão e empoderamento da mulher à concepção de fortalecimento do feminino em realidades masculinizantes.

Cabe, agora, o desafio de realizar uma leitura sobre as propostas metodológicas da agroecologia à luz destas discussões teóricas. Não pretende-se aqui esgotar todas as estratégias metodológicas e instrumentos de análise/ação já formuladas no campo de possibilidades da agroecologia, mas descrever e problematizar aquelas consideradas como principais: Pluralismo metodológico (distributivo, estrutural, dialético); Método Campesino a Campesino (MCAC); Investigação/ação participativa; Experimentação agroecológica; e, por fim, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). É relevante destacar o caráter complementar e/ou até de sobreposição de propostas nas diferentes denominações metodológicas descritas. Optou-se pela descrição de todas elas, pois acredita-se que esta relativa “repetição” pode ser um resultado a ser problematizado.

Descrição dos métodos a serem analisados

Pluralismo metodológico (distributivo, estrutural, dialético)

Como temos visto em diversos momentos desta tese, existe uma concordância geral de que a agroecologia deve compor suas referências metodológicas a partir de fontes diversas e complementares. A denominação comum para esta estratégia é a utilização de um “pluralismo metodológico”. Utilizaremos aqui a proposta de Sevilla Guzmán e colaboradores (GUZMAN CASADO et al., 2000) para realização desta composição de métodos. Segundo os autores, o pluralismo metodológico deve abranger ao menos três níveis distintos: distributivo, estrutural e dialético.

A *perspectiva distributiva* está baseada na caracterização sistemática de determinada realidade, com base num conjunto de dados obtidos para descrevê-la, sejam eles sociais ou naturais. Pertencem a ela as ciências agrícolas, pecuárias e florestais em seus aspectos técnicos relativos ao manejo dos recursos naturais. Os autores determinam resumidamente seu campo de ação ao afirmar que “a explicação distributiva registra, correlaciona, quantifica e estrutura”. Segundo eles, em sua característica quantitativa esta perspectiva torna-se muito eficiente em determinadas situações e insuficiente em outras:

Quando tais dados possuem um caráter objetivo quantificável, como o número de hectares de uma propriedade, as culturas que a integram, o número de pessoas que trabalham em cada um deles, etc., tal transformação é produto de uma grande utilidade e não é equívoca.

Deixa de ser assim quando as enquetes recolhem opiniões e atitudes, já que os dados (“enunciados da observação”) são construídos por quem cria o questionário e respondidos de maneira passiva pelo entrevistado (GUZMAN CASADO et al., 2000, p. 116).

A *perspectiva estrutural* explica as relações existentes nos fenômenos analisados, a partir da percepção e dos discursos elaborados pelos sujeitos da ação. As informações obtidas são qualitativas e partem de um sentido sociocultural, sejam elas naturais ou sociais. A *perspectiva dialética*, por sua vez, refere-se a relações que se estabelecem no processo de pesquisa entre o investigador e a realidade investigada. Nesta última, não se trata de conhecer (como na perspectiva distributiva), de explicar (como na perspectiva estrutural), mas de intervir e de articular com o objeto estudado no sentido de obter uma transformação. Desta forma, a perspectiva dialética transforma a tradicional oposição existente entre sujeito (pesquisador) e objeto (pesquisado) em uma relação dinâmica e transformadora.

A perspectiva distributiva, pela própria natureza de suas pesquisas, ao manejar-se em um nível de pesquisa tecnológica, ao situar-se filosoficamente em uma dimensão empírica, ao centrar-se no nível da análise descritiva, ao tentar apreender o nível da realidade dos “fatos”, ao orientar-se para o nível dos indivíduos ou elementos do sistema, ao pretender distanciar-se “cientificamente” do pesquisador, ao cumprir uma função simuladora da realidade através de seu desenho prévio e fechado a respeito da informação que captura, possui uma estrutura metodológica que bem poderia ser qualificada como uma coleção de técnicas de pesquisa científica. Isto acarreta em fortalezas (eficácia operativa) e em limitações (debilidade epistemológica). Frente a isto, a perspectiva distributiva e sua subordinação ao poder ou coexistencialidade com ele mesmo, as perspectivas estrutural e dialética tratam de transcender às relações de poder de sujeito (pesquisador) a objeto (pesquisado) (GUZMAN CASADO et al., 2000, p. 69).

Método Campesino a Campesino (MCAC)

O MCAC é uma expressão política no sentido da apropriação por parte dos camponeses do próprio instrumento metodológico, do que reconheceríamos (talvez ainda por um resquício de hierarquização das relações) como “extensão rural agroecológica”. Buscando eliminar por completo a noção de “extensão” e trazer para o universo camponês as decisões sobre como identificar os problemas e propor soluções, o MCAC propõe uma nova pedagogia, que traz grandes contribuições ao exercício agroecológico.

Para los campesinos en el MCAC, la habilidad de alcanzar, adaptar, crear, usar y defender el conocimiento agroecológico en sus propios términos es un ejercicio de autonomía. Combinando teoría y práctica, Campesino a Campesino extrae el conocimiento de sus fuentes campesinas así como de los técnicos y de los científicos. En este sentido, Campesino a Campesino es una comunidad epistemológica que accede, genera y comparte conocimiento para alcanzar sus propios fines. La metodología MCAC es más que una colección de métodos educativos: Campesino a Campesino tiene su propia lógica y sus propios convenios, de acuerdo a cómo concibe el conocimiento. También, tiene sus propios principios normativos en cuanto a la agricultura y al ambiente. Debido a que los métodos para compartir el conocimiento son los diálogos y se basan en la investigación y la acción dirigidas por ellos mismos, la metodología Campesino a Campesino es probablemente mejor descrita como una pedagogía que se sustenta en la praxis campesina (HOLT-GIMÉNEZ, 2008, p.109).

Segundo Holt-Giménez (2008, p. 118), esta pedagogia contém três fases cíclicas que se conjugam e sobrepõem: (1) problematização – os camponeses, em grupo, analisam as causas dos problemas mais comuns e consideram as possíveis soluções; (2) experimentação – os camponeses desenham experimentos para avaliar as possíveis alternativas para abordar um problema, aprendendo a formular hipóteses de trabalho; (3) promoção – os camponeses aprendem a organizar e realizar oficinas de aprendizagem e dias de campo; aprendem diferentes técnicas para promover o aprendizado agroecológico e desenvolver suas habilidades de comunicação em grupo.

Experimentação agroecológica

O conceito de experimentação vem sendo utilizado como alternativa ao modelo de adoção/imposição de alternativas tecnológicas exógenas, praticada historicamente pela extensão rural brasileira. Metodologias praticadas a mais tempo na América Central inspiraram algumas ONG's e pesquisadores, tais como a AS-PTA. Para a análise que se pretende realizar neste capítulo, buscaremos as principais fontes bibliográficas sobre este tema. Por ora, fundamentamo-nos nas experiências da AS-PTA, narradas por Petersen (2011). Segundo este autor, a adoção do método da experimentação está fundamentada na evidência empírica de que

[...] en las comunidades rurales existen agricultores y agricultoras que, individualmente o em grupos, se desvían de las conductas patrón de manejo del agroecosistema en busca de respuestas a diferentes desafíos de orden técnico, económico y/o ambiental que experimentan. Identificar y valorar estos *agricultores desviados* pasaría a ser una forma de estimular el *espíritu innovador* ya que todos son

potencialmente portadores de ideas y propuestas concretas para la resolución de sus problemas particulares que, frecuentemente, también son de la colectividad (PETERSEN, 2011).

Petersen (2011, p. 13-15) menciona algumas consequências da incorporação desta compreensão pela AS-PTA e pelas organizações da agricultura familiar por eles assessoradas:

- (1) A experimentação local – que é técnica e socio-organizativa – e a comunicação/divulgação de seus resultados passaram a ser percebidas como atividades indissociáveis na produção social do conhecimento agroecológico. Isto significa dizer que as práticas inovadoras deveriam ser retiradas da invisibilidade a partir da ação dos agentes protagonistas da inovação: os agricultores-experimentadores, homens e mulheres;
- (2) Como atividade realizada a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos comunitários, a experimentação deve estar compreendida e valorada em espaços sociais amplos, conduzidos pela permanente atualização das estratégias endógenas de desenvolvimento. Desta forma, a noção de *redes territoriais de agricultores-experimentadores* foi pouco a pouco se consolidando como referência conceitual para a execução das dinâmicas sociais de inovação agroecológica;
- (3) A construção de novos papéis e identidades resultou em trocas significativas nas relações de poder estabelecidas nas redes territoriais dirigidas pela gestão coletiva do conhecimento agroecológico. O reconhecimento dos agricultores e agricultoras como agentes protagonistas da inovação agroecológica implicou na necessidade de revisão e reconceitualização de nossos papéis como assessores, assim como das organizações e lideranças das instâncias de representação da agricultura familiar. Ao atribuir às experiências empíricas e a seus promotores o papel de protagonista nas dinâmicas de interação em redes, novos equilíbrios de poder foram pouco a pouco sendo estabelecidos em vários domínios das relações sociais preexistentes. Os processos de obtenção de poder passaram a se inclinar na direção dos portadores das práticas, fortalecendo assim o papel dos agricultores-experimentadores em relação aos técnicos(as) e em relação às lideranças comunitárias, sindicais e de movimentos sociais. A visibilidade dada às práticas desenvolvidas pelas mulheres e jovens tem sido igualmente determinante no fortalecimento do poder das agricultoras em relação aos agricultores e dos jovens em relação aos adultos;

(4) Ao fundamentar as dinâmicas de inovação agroecológica nas estratégias de luta pela reprodução econômica e social da agricultura familiar, as redes de agricultores-experimentadores fomentam um ambiente social propício para que os(as) agricultores(as) se vejam e se posicionem como atores do desenvolvimento rural. Esta afirmação da identidade e do poder dos agricultores-experimentadores abre espaço para a criação de institucionalidades que fortalecem novas coesões sociais e novas formas de expressão política. Por meio destes processos de interação, a produção compartilhada de conhecimentos e de processos político-organizativos conferem à Agroecologia sua dimensão de movimento social em defesa dos territórios rurais, e os agricultores-experimentadores se afirmam diante do Estado e seus organismos como atores legítimos portadores de um projeto de desenvolvimento territorial.

Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

Inicialmente utilizado pelos extensionistas num formato menos participativo e mais próximo às históricas relações de transferência de tecnologia, denominado Diagnóstico Rural Rápido (DRR). Sua variação, a caminho da incorporação dos agricultores nas estratégias metodológicas foi primeiramente denominada Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esta última denominação parece-nos ainda corresponder ao chamado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tomando o devido cuidado com a utilização do termo “rápido”, que pode adquirir uma conotação de distanciamento entre técnico e agricultores. Segundo Altieri (2001, p. 53):

As técnicas de diagnóstico rápido participativo enfatizam métodos não-formais de levantamento e apresentação de dados, visando favorecer um processo participativo entre as pessoas do local e os pesquisadores. Para conduzir o DRP, uma equipe multidisciplinar trabalha com a comunidade local em uma série de etapas, iniciando com a escolha do lugar e terminando com a avaliação e monitoramento do projeto. O objetivo é mobilizar comunidades para definir problemas prioritários e oportunidades, preparando planos específicos de intervenção nos locais escolhidos.

Segundo Campolin (2011), para facilitar a participação e o envolvimento dos agricultores na realização do DRP, utilizam-se diversas técnicas, que variam conforme o contexto e o objetivo. O autor evidencia a importância de se levar em conta a questão de gênero e de faixa etária, separando os grupos por estes critérios.

O Diagnóstico Rápido e Participativo de agroecossistemas foi introduzido no Brasil por diversas ONGs. A abordagem aqui descrita é uma adaptação de técnicas utilizadas pela AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa e pelo IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR, 1997; PETERSEN, 1999; WEID, 2001; PINHEIRO, 2004), realizada por Campolin (2011). Estas e outras fontes bibliográficas deverão ser analisadas. Abaixo são listadas algumas técnicas que costumam ser utilizadas durante o processo de DRP (descrição baseada em material da Embrapa (2011) e Instituto Giramundo Mutuando (2005)).

(1) Diagramas

São ferramentas utilizadas através da representação gráfica de informações, possibilitando ao agricultor e ao técnico a visualização das mesmas. Os diagramas podem simplificar informações complexas, facilitando a comunicação entre técnico e agricultor, assim como posterior análise dos dados levantados. Os diagramas pretendem tornar o diagnóstico menos monótono e cansativo, quando comparado com a aplicação de questionários. São apropriados para a compreensão da dinâmica dos sistemas de produção, para o levantamento de informações qualitativas e para investigar relações causais;

(2) Mapas e croquis

Da mesma forma que os diagramas, os mapas e croquis facilitam a participação e envolvimento dos agricultores. A proposta é desenhar, junto com os agricultores, mapas e croquis da comunidade ou propriedade, sobre diversos temas, tais como recursos naturais, uso dos solos, distribuição fundiária, etc. Estas informações são normalmente checadas com mapas de solos, fotografias aéreas e outros instrumentos secundários.

Segundo Campolin (2011), esta técnica permite: identificar a percepção dos agricultores quanto aos diferentes tipos de solos e seus atributos, restrições e aptidão de uso e manejo; levantar o histórico e tendências de ocupação do solo; complementar as informações obtidas nos levantamentos de recursos naturais; auxiliar no planejamento do uso do solo com os agricultores; permitir a comunidade a refletir sobre si própria, e ter uma visão de conjunto sobre sua realidade, identificando situações e problemas que não são percebidos espontaneamente;

(3) Calendários sazonais

São diagramas/desenhos que ilustram tendências e comportamentos sazonais como: variação de preços, produção de leite ao longo do ano, disponibilidades de forragem ao longo do ano, calendário de atividades, alocação e disponibilidade de mão-de-obra e outras entradas e saídas de recursos financeiros. São considerados de fundamental importância para o planejamento das intervenções, pois mostram as disponibilidades e obstáculos que aparecem ao longo do ano;

(4) Ranking

Instrumento de comparação e priorização de problemas. É utilizado na identificação das relações causais. Utilizados para elaboração das listas de problemas a serem priorizados e para avaliação de opções tecnológicas a serem propostas;

(5) Árvore de problemas, causas e propostas de solução

Dinâmica que utiliza targetas de papel e cartazes catalizadores de ideias. Os problemas e suas causas são identificados pelos agricultores e escritos (ou representados de outra maneira) nas targetas de papel, que serão organizadas no cartaz. Normalmente a organização das targetas é feita sobre o desenho de uma árvore, cujas raízes abrigam as causas, o tronco abriga os problemas e a copa “frutifica” as soluções. Possibilita a identificação coletiva de possíveis soluções para problema identificados pelo grupo. É importante que as causas sejam identificadas com base em evidências reais, para se evitar discussões puramente acadêmicas;

(6) Entrevistas com informantes chave

Considera-se como informantes chave as pessoas que possuem bom conhecimento da área de trabalho e podem servir como referência importante para o diagnóstico. Em geral são as lideranças comunitárias formais, os técnicos ou as autoridades. As lideranças formais e estabelecidas são entrevistadas na fase de pré-diagnóstico, porém não necessariamente correspondem aos informantes chave. Em geral é durante o processo que as verdadeiras lideranças são identificadas e passam então a ser entrevistadas;

(7) Entrevistas semi-estruturadas¹⁸

São entrevistas orientadas por roteiros, nos quais apenas alguns temas são pré-determinados. Para ser eficaz todas as respostas, mesmo as aparentemente insignificantes, devem ser cuidadosamente controladas e registradas;

(8) Diagnóstico dos recursos naturais

Utilizado para identificar e analisar os diferentes elementos que compõem o ambiente (solo, água, cobertura vegetal, etc.) e as relações que ocorrem entre o uso e manejo do solo e os impactos ambientais resultantes;

(9) Levantamento do uso do solo

Utilizado para analisar os diferentes sistemas de exploração agropecuária (floresta, pastagem, lavouras, etc.), bem como a distribuição espacial dessas áreas;

(10) Diagnóstico do manejo do solo

Permite identificar a maneira pela qual o agricultor gerencia o seu recurso natural e as práticas de manejo de solos para compreender porque ele assim o faz. Analisar estas informações possibilita identificar os fatores restritivos aos agroecossistemas e orientar a busca de alternativas para sua otimização.

As experiências têm demonstrado que o DRP tem facilitado a adesão e o comprometimento dos agricultores na resolução de seus problemas (IAPAR, 1997; PETERSEN, 1999; PINHEIRO, 2004). Identificadas as soluções potenciais, passa-se então à etapa de planejamento de experimentações, através de outros métodos, definidos a partir do contexto local.

Investigação/ação participativa

O termo investigação/ação participativa é considerado por Caporal e Costabeber (2004) como uma nova expressão que incorporou as adaptações e evoluções no uso do Diagnóstico Rural [ou Rápido] Participativo (DRP). Os autores identificam um certo

¹⁸ A entrevista semiestruturada é um instrumento metodológico amplamente utilizado pela sociologia. Sobre o assunto, poderíamos citar: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.; HAGUETTE, T. M.F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

abuso no uso do termo “participação” por parte de extensionistas rurais, que adquire variações de natureza completamente distintas, denominadas por eles de: (1) participação manipulada; (2) participação passiva; (3) participação por consulta; (4) participação por incentivos materiais; (5) participação funcional; (6) participação interativa; (7) participação mediante acompanhamento; e (8) auto-mobilização. Para a extensão rural agroecológica a participação deveria acontecer nos moldes das três últimas opções.

Diante da demanda por romper o paradigma da transferência de tecnologia, Chambers (1997) propõe a expressão Aprendizagem e Ação Participativa (*Participatory Learning and Action – PLA*). Outra variação deste termo é ainda utilizada por Thiollent (2004), que define a “metodologia da pesquisa-ação” como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Foi possível identificar, nesta primeira aproximação às metodologias e instrumentos de análise/ação da realidade consideradas adequadas à Agroecologia, certa unanimidade quanto à preocupação por aproximar os representantes do universo exógeno (técnicos, extensionistas, cientistas...) e endógeno (camponeses e/ou indígenas). No entanto, parece-nos encontrar pouca fundamentação teórica nas propostas de análise e intervenção na realidade. Nota-se um movimento bastante interessante de reformulações metodológicas a partir de experiências realizadas nos últimos 20 anos (aproximadamente), seguindo esta tendência anunciada pelos agroecólogos e representantes do processo de reformulação da extensão rural, porém com pouco diálogo interdisciplinar.

Não identifiquei, ainda, sólidos diálogos com as experiências historicamente lapidadas no interior, por exemplo, da sociologia e principalmente da antropologia. Considerando a demanda agroecológica pela interação entre cosmovisões diferenciadas, o método etnográfico da antropologia não teria algo a contribuir? Poderíamos definir princípios e diretrizes relacionados à forma de intervenção em comunidades camponesas? Existe, nas propostas metodológicas descritas acima, uma preocupação quanto à construção de ambiente favorável à expressão das peculiaridades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino?

4.5.3. Indicação de referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

CAMPOLIN, A. I.; FEIDEN, A. **Metodologias Participativas em Agroecologia**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CHAMBERS, R. **Whose Reality Counts? Putting the First Last**. 1997.

GUZMAN CASADO, G.I.; GONZALES DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMAN, E. **Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voces de Latinoamérica** Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable, Managua: Simas, 2008.

IAPAR. **Enfoque sistêmico em P & D: a experiência do IAPAR**. Londrina: IAPAR, 1997. 152p. (Circular, 97).

MUTUANDO, Instituto Giramundo. **A Cartilha Agroecológica**. Editora Criação Ltda.: Botucato, 2005.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID, 1999. 144 p.

PETERSEN, P.F. **Metamorfosis Agroecológica. Un ensayo sobre Agroecologia Política**. 2011. 286 p. Maestría en Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural. Universidad Internacional de Andalucía, Andalucía. 2011.

PINHEIRO, S.L.G. **Diagnóstico Participativo (DPR): uma experiência acadêmica com agricultores familiares das comunidades rurais do Rio do Sul e Rio da Prata**, Anitápolis, Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2004. 80 p.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 107p.

WEID, J. M. V. D. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In: BROSE, M. (Org.) **Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p.104-112.

Próximas reflexões:

HOCDE, H. **A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 36 p.

JOUVE, P. **A experimentação no meio camponês**: procedimentos e métodos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 30p. (Agricultores na Pesquisa, 3).

NORGAARD, R.B.; SIKOR, T.O. **Metodología y práctica de la agroecología**. In: ALTIERI, M.A. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (Org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. p. 56 - 75.

4.6. Resultados parciais da pesquisa de campo¹⁹

4.6.1. Objetivos

Apresentar os resultados das análises de documentos, observações e entrevistas realizadas em campo, em diálogo com o referencial teórico anteriormente problematizado. Pretende-se, neste capítulo, elaborar uma reflexão sobre as formas de relação de poder que permeiam as interações pertencentes ao processo de transformação agroecológica, assim como suas consequências quanto ao processo de territorialização camponesa.

4.6.2. Primeiras reflexões

Diferentemente dos capítulos anteriores (que contêm um formato de “resumo expandido” das discussões que se pretende realizar na tese), este capítulo irá apresentar as informações de campo obtidas até o momento, contemplando: contextualização local, identificação de famílias camponesas com envolvimento de natureza diferente em iniciativas agroecológicas; instituições que pretendem atuar segundo os princípios agroecológicos; e descrição de alguns dilemas pertinentes à pesquisa.

Considerando a dimensão subjetiva que compõe boa parte da análise empírica desta pesquisa, optou-se por realizar uma investigação profunda e detalhada de uma unidade territorial específica, em detrimento de assumir um campo amostral mais abrangente, sujeito a um olhar analítico menos refinado. Buscou-se, portanto, um

¹⁹ Não há, aqui, uma proposta quanto ao título do capítulo, pois os resultados obtidos até o momento não nos permite visualizá-lo com clareza. Evitamos, assim, orientações desviadas do olhar do leitor às informações adquiridas.

contexto geográfico, histórico e sociocultural que oferecesse experiências de produção agrícola e reprodução do modo de vida camponês através da agroecologia. Nesse sentido, podemos encontrar elementos de relevância nas diferentes escalas a qual pertence nosso sujeito de pesquisa: a região do Vale do Ribeira, o município de Barra do Turvo, o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo (RDSQBT), Remanescentes Quilombolas e a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/SP (Cooperafloresta). Inseridas neste contexto, serão analisadas as relações estabelecidas entre famílias camponesas quilombolas e técnicos/cientistas envolvidos nas experiências protagonizadas pela Cooperafloresta, através das metodologias participativas que compõem a proposta agroecológica.

De maneira bastante sucinta, podemos evidenciar alguns elementos de importância em cada uma destas escalas à qual pertence a unidade de análise desta pesquisa. O Vale do Ribeira concentra os mais importantes remanescentes de florestas em área contínua dos ecossistemas da Mata Atlântica (reconhecidos mundialmente), assim como abriga populações tradicionais marginalizadas economicamente, que vivem em interação contínua com a biodiversidade local (IDESC, 2006). Barra do Turvo é um município do Vale do Ribeira que vivencia o extremo das características geomorfológicas da região. Sua formação geográfica cria verdadeiros obstáculos para o acesso às terras habitáveis. Protegida pelas serras e banhada por rios de difícil navegação, constituiu-se em importante área de refúgio para populações indígenas e negros fugidos da escravidão (SILVA, 2008). O MOJAC, por sua vez, é um exemplo histórico de recategorização de Unidades de Conservação, conquistada por reivindicações da população tradicional ali residente. A junção de unidades de conservação de diferentes categorias restritivas por meio da criação de um mosaico tem como objetivo garantir ao mesmo tempo as necessidades ecológicas e sociais de uma região de interesse conservacionista habitada por comunidades tradicionais (SNUC, 2000; BIM, 2012).

A RDSQBT, compondo este mosaico, oferece possibilidades decisórias (via conselho deliberativo) aos moradores desta unidade. Através das Associações Quilombolas (Quilombo de Ribeirão Grande e Terra Seca, Quilombo Pedra Preta Paraíso e Quilombo do Bairro Cedro) as famílias têm oportunidade de influenciar politicamente as decisões acerca das autorizações de uso do solo no interior da RDS (SMA, 2010). Como comunidades quilombolas, possuem direitos territoriais que, apesar das dificuldades político-burocráticas, devem assegurar condições adequadas para a

reprodução de seu modo de vida. Finalmente, a Cooperafloresta é uma “associação de agricultores agroflorestais” que agrega profissionais de diversos campos do conhecimento (agronomia, engenharia florestal, ecologia, filosofia, etc.) e famílias agricultoras (homens e mulheres) em torno do objetivo comum de desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAF).

Além destas características de relevância socioecológica, o campo de análise escolhido possui ao menos outras três especificidades importantes para esta pesquisa: (1) está inserido em um contexto histórico de experimentação agroecológica de mais de 15 anos; (2) a condição de relativo distanciamento do desenvolvimento agroindustrial conferiu a este território a característica de “remanescente de agricultura tradicional”; e, por fim, (3) em pesquisa anterior (como foi demonstrado na introdução deste relatório) foram identificados traços importantes de protagonismo feminino na clivagem camponato/agroecologia, em iniciativas da Cooperafloresta. Além disso, identificamos, na pesquisa de campo realizada até o momento, que o conselho da Cooperafloresta e da RDSQBT contém participação significativa (ainda não contabilizada) das mulheres quilombolas.

O Vale do Ribeira, mais precisamente a Baixada do Ribeira, foi incorporado aos fluxos urbano-industriais apenas na década de 1940, com a introdução da monocultura de banana e de chá na região. A expansão dessas monoculturas despertou maior preocupação nos conservacionistas que, representados por ONG's, universidades, movimentos sociais e associações locais, incentivaram a criação de Unidades de Conservação (UC) na região. No período histórico de ditadura militar, com o autoritarismo característico desta fase, o governo brasileiro iniciou um período de forte ação ambientalista nessa porção da Mata Atlântica (DIEGUES, 2007; BERNINI, 2005). Entre as unidades de conservação criadas na região (19 unidades concentradas no Vale do Ribeira), destaca-se o Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ).

O PEJ foi criado em 1969 através de um Decreto de Lei, abrangendo uma área de 150 mil hectares distribuídos por 06 municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Iporanga, Eldorado e Jacupiranga. A área do Parque englobou diversas comunidades tradicionais (quilombolas, caiaças e caboclos/caipiras), assim como uma das mais importantes rodovias do País, a Régis Bittencourt (BR - 116). Em uma área tão extensa e com tendências opostas à da conservação ambiental integral, a gestão do PEJ apresentou sérios problemas. Entre as décadas de 1980 e 1990, depois de 20 anos de relativo abandono da área, com a reestruturação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

e incentivos econômicos internacionais a projetos do governo federal, as ações de fiscalização e controle se fortaleceram. Junto às intervenções jurídicas, aumentam os conflitos e mobilizações sociais locais.

Depois de um processo longo de negociações e renegociações entre sociedade civil (comunidades locais e agentes externos) e governo do estado, em fevereiro de 2008 o projeto que criou o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga foi sancionado pelo governo do estado. Através desta ação de recategorização da área do PEJ, alguns conflitos e/ou problemas relacionados ao uso do solo pela população camponesa local foram reduzidos²⁰. Com a nova Lei, a área de proteção integral foi remanejada e ampliada para 154.872,17 ha, subdividida em três Parques Estaduais: Caverna do Diabo, Rio Turvo e Lagamar. Além dos Parques, o Mosaico é formado por cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 12.665,06 ha, quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 73.558,09 ha, duas Reservas Extrativistas (Resex) com 2.790,46 ha, totalizando assim 243.885,15 ha de áreas protegidas (BIM, 2012).

Em meados dos anos 1990, no período auge das intervenções ambientalistas do governo do estado, por iniciativa do extensionistas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)²¹ e apoio de outras instituições²², algumas famílias de Barra do Turvo, que tinham suas possibilidades produtivas extremamente restringidas, receberam capacitação do agricultor e pesquisador suíço Ernst Götsch, um dos principais sistematizadores do conceito de SAF, que desenvolve experimentação e formação em SAF na Bahia. Desde então, este grupo de camponeses (homens e mulheres), ora mais ora menos volumoso, iniciaram um processo (não linear) de transição do sistema produtivo para o modelo agroflorestal. Sempre amparados por especialistas do assunto, fundaram a Cooperafloresta. A proposta alternativa de produção passou a agregar valores morais e até religiosos, que permitiram certo “fanatismo” em torno da proposta (SOUZA e SILVA, 2013). Sendo assim, interessa-nos compreender de que forma esta instituição, nascida a partir de um estímulo externo e organizada como associação de agricultores, mobilizada pela necessidade de alternativas produtivas e apropriadas como filosofia de

²⁰ Há, ainda, muitas questões a serem resolvidas e/ou reivindicadas. O novo contexto socioambiental, inclusive, despertou situações problema não questionadas anteriormente. No entanto, é de extrema importância reconhecer os avanços oriundos deste processo de recategorização do PEJ. Para aprofundamento nesta questão buscar Bim (2012).

²¹ A CATI pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.

²² SINTRA VALE é a “Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo” e PROTER (Programa da Terra Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural), é uma organização não governamental (ONG) fundada em 1985, em Registro-SP.

vida, estabelece suas metodologias de ação agroecológica? Qual a relação entre os “agricultores agroflorestais”, os “agricultores tradicionais” e os técnicos/cientistas que atuam na região? De que maneira o modo de vida camponês, que agrega espaços masculinos e femininos de produção, está representado nestas experiências?

A inserção da pesquisadora no universo de pesquisa

Nesta breve contextualização do universo de pesquisa é possível imaginar, em linhas gerais, o perfil das comunidades camponesas locais. Envolvidas em processos de luta pelo direito de uso da terra, inseridas numa arena de discussões pautada por interesses conservacionistas, na busca pelo reconhecimento étnico e territorial e por alternativas de produção ambientalmente aceitas, estes grupos sociais (representados por lideranças locais) conquistaram o domínio da linguagem e de estratégias de ação política bastante interessantes para seu fortalecimento interno. Ciente deste contexto, qual seria a melhor maneira de estabelecer os primeiros contatos para desenvolvimento desta pesquisa? Ainda que o Vale do Ribeira seja uma região familiar ao meu universo investigativo, pela primeira vez realizo pesquisa em um território com limites juridicamente determinados. A inserção de pesquisadores na RDSQBT deve ser aprovada pelo conselho deliberativo desta unidade de conservação.

As primeiras tentativas de contato (e-mails fornecidos por minha orientadora), foram realizadas com o Engenheiro Agrônomo da Fundação Florestal - SP e gestor da RDSQBT, Wagner Portilho, o Engenheiro Agrônomo do Instituto Florestal - SP Ocimar Bim, e a liderança comunitária do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca Nilce de Pontes Pereira. Os dois primeiros demonstraram-se extremamente dispostos a contribuir com a pesquisa desde o primeiro momento. Na reunião de dezembro de 2013, a pesquisa foi apresentada ao conselho pelo seu gestor, Wagner Portilho. Sem discutirem um problema específico com relação à proposta de pesquisa, o conselho debateu sobre a necessidade de limitar a realização de pesquisas de acordo com o interesse local, mais especificamente quanto à necessidade de retornos por parte dos pesquisadores à comunidade. Como resultado desta discussão, optou-se pela solicitação da participação da pesquisadora na reunião seguinte, para apresentação da referida pesquisa e avaliação quanto às possibilidades de sua realização.

Anterior a este momento de apresentação e avaliação da pesquisa por parte do comitê deliberativo da RDSQBT, em Janeiro de 2014, realizei a primeira visita de campo

à RDSQBT. Tivemos a oportunidade de entrevistar o Ocimar Bim, que nos ofereceu um panorama geral sobre os projetos desenvolvidos na região, narrou alguns dilemas e conflitos nos quais as comunidades quilombolas da RDSQBT estão inseridos e sugeriu alguns nomes de instituições e pessoas que considerava importante participar do meu campo de análise.

Repetindo a experiência vivenciada em minha pesquisa de mestrado, fizemo-nos presente em família (desta vez uma família maior: eu, meu marido Roberto, minha enteada Vitória e meu filho Heitor). Tal como foi discutido por alguns antropólogos (Descola, 2006; Seeger, 1980; Woortmann e Woortmann, 1997), a abordagem de pesquisa realizadas por um casal ou uma família pode reduzir o sentimento de estranhamento da presença do pesquisador por parte dos entrevistados. Costumo notar que a presença da minha família nas atividades de pesquisa de campo amplia as possibilidades de diálogo e reduz a distância existente entre as famílias camponesas e a pesquisadora.

O apoio da pesquisadora Carina Bernini, que já possui inserção nas comunidades quilombolas de Barra do Turvo por estar em processo de finalização da pesquisa de doutorado (intitulada “A produção da natureza “conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP”) foi importante neste momento. Como um elemento de ligação entre o mundo interno e o mundo externo, Carina teve condições de nos apresentar à Nilce e de nos transferir uma parcela da confiança adquirida por ela ao longo do seu caminho de pesquisa com esta liderança quilombola.

O primeiro dia de conversa com a Nilce obteve três importantes resultados: (1) um afinamento quanto às intenções de pesquisa e aos seus frutos futuros; (2) em uma dimensão mais subjetiva, a empatia entre esta liderança e a pesquisadora, concretizada no convite para participação da reunião de Oficialização da Federação Quilombola do Vale do Ribeira; e (3) a elaboração de um “plano de entrevistas”, com nomes e perfil de cada família indicada. Para este mapeamento sobre as famílias a serem entrevistadas, Nilce sugeriu uma classificação que as distribui em três diferentes grupos: (1) famílias com envolvimento político (associação, sindicato, etc.); (2) famílias que praticam agricultura tradicional (sistema de coivara) e (3) famílias da agrofloresta (Tabela 2). Esta tabela será complementada com as de sugestões realizadas por outros agentes locais. A pesquisadora

Carina Bernine, por exemplo, indicou como complementação da tabela os seguintes nomes: Nardo (Agrofloresta) e Antônio Rangel (Agrofloresta)²³.

Tabela 2: Indicações de Nilce de Pontes Pereira para realização das entrevistas.

Quilombo	Agricultura tradicional	Agrofloresta	Liderança política
Cedro		Benedito (Ditão) / Maria Teresa	
	Denise		
	Misael		
	Vandir (Viola)		Vandir (Viola)
	Carlos Lourdes		
Ribeirão Gde	Nilce		Nilce
		Reinaldo / Maria Lúcia	
	Jaldir / nadir		
	Clarisdina / Valdomiro		
	Pedro P. Seu Camilo		Pedro P. Seu Camilo
Terra Seca		Dolória	
	Juvenal / Genir	Juvenal / Genir	Juvenal / Genir
		Ozico / Pedrina	
		Vanilda	Vanilda
Pedra Preta	Eliane (horta)		
			Davi
	Zé Alvarenga		Zé Alvarenga
	Seu Vandir		

Nesta primeira inserção em campo, não pudemos contar com a presença do Wagner Portilho. No entanto, a contribuição deste gestor à pesquisa tem sido de grande proporção. Em comunicação constante, Wagner me disponibilizou informações e contatos privilegiados, assim como me forneceu material de pesquisa de extrema relevância (Relatórios Técnicos Científicos sobre os quilombos Pedra Preta Paraíso, Ribeirão Grande e Terra Seca e Cedro; Plano de Utilização da RDSQBT; quadros com contatos de instituições e pesquisadores que desenvolvem ou já desenvolveram ações na RDSQBT (Anexo); livro que sistematiza experiências da Cooperafloresta, intitulado: Agrofloresta, Ecologia e Sociedade (2013); e outros). É relevante apresentar, ainda, uma versão resumida (seleção baseada no recorte empírico desta pesquisa) de quadros elaborado por Bim (2012), com descrição do perfil dos representantes da sociedade civil nos conselhos deliberativos e consultivos das UCs do MOJAC (Quadro 1) e do perfil dos representantes dos órgãos governamentais nos conselhos deliberativos e consultivos das UCs do MOJAC (Quadro 2).

²³ Optei por não incluir estes nomes na tabela original (indicada por Nilce), pois considero as indicações em si um resultado de pesquisa, que expressa a visão desta liderança quilombola sobre o cenário local, ou ainda, sobre o cenário que julga relevante à esta pesquisa.

Quadro 1: Representantes da Sociedade Civil nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs.

Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrinópolis	Claudinei Maciel dos Santo	Morador tradicional de Barra do Turvo e liderança da comunidade, presidente da Associação Agroflorestal, 30anos, agrofloresteiro. Se posiciona ao lado das populações locais, com defesa mais contundente dos moradores tradicionais, e defende também posições conservacionistas. É contra a prática do fogo e defende a parceria com o Parque nos projetos de geração de renda da Associação. Sempre defendeu a mudança dos limites do Parque Jacupiranga. Como se elegeu vereador representa também a Câmara Municipal de Barra do Turvo nesses Conselhos. Aposta sempre no diálogo, sem deixar a mobilização. Liderou a ocupação do Parque em março de 2011. Tem participação expressiva no processo.
PRÓLEITE	Luiz Carlos Conego Portela	Morador de Barra do Turvo, presidente da PRÓLEITE. Representa os produtores de leite do município e defende a criação de búfalos na região.
Representante Comunitário	Ozico Pereira	Morador tradicional do Quilombo Terra Seca e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Juvenal de Lima	Morador tradicional do Quilombo Terra Seca e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Valdomiro de Lima	Morador tradicional do Quilombo Terra Seca e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Nilce de Pontes Pereira	Morador tradicional do Quilombo Ribeirão Grande e da RDS, agricultor familiar. Liderança quilombola, primeira presidente da Associação do Quilombo do Ribeirão Grande, líder da sua comunidade, tem participação ativa em vários fóruns regionais, defende o território quilombola. Estabelece a relação da comunidade com os órgãos governamentais, ONGs, elabora projetos, coordena a agroindústria da comunidade. No início foi crítica da implantação da RDS, mas durante o processo de discussão do Plano de Utilização e sua participação no conselho, tem mudado de posição e contribuído para o diálogo entre a comunidade e o gestor, assim como tem contribuído decisivamente na construção do processo.
Representante Comunitário	Clarisdina Alves dos Santos	Morador tradicional do Quilombo Terra Seca e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Oswaldo Alves Belemer	Morador tradicional do Quilombo Cedro e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Pedro Morato Pereira	Morador tradicional do Quilombo Cedro e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Adão Monteiro da Paixão	Morador tradicional do Quilombo Cedro e da RDS, agricultor familiar.
Representante Comunitário	Benedito de Paula Moura	Morador tradicional do Quilombo Cedro e da RDS, agricultor familiar. Liderança quilombola, membro do conselho da Cooperafloresta, do Sintravale e da Associação Quilombola. Líder católico, foi do

		conselho do PEJ e participou de todo o processo de criação do Mosaico. Contribuiu para a construção do diálogo, está sempre cobrando políticas públicas para as comunidades e é um defensor da conservação. Se posiciona contra o fogo, mesmo como prática tradicional, e conserva as matas de seu sítio.
Representante Comunitário	José Alvarenga Filho	Morador tradicional do Quilombo Pedra Preta e da RDS, agricultor familiar. Presidente da Associação Quilombola Pedra Preta, defende a comunidade e o território quilombola, discorda do desenho do Parque na divisa com o quilombo, defende a mudança dos limites do Parque e aumento dos limites do quilombo. Tem participação ativa e contribui com o diálogo entre as UCs e a comunidade.
Representante Comunitário	Lude Querino da Silva	Moradora tradicional do Quilombo e da RDS, agricultora familiar.
Representante Comunitário	Dinilsa P. Gonçalves dos Santos	Moradora tradicional do Quilombo e da RDS, agricultora familiar.

Fonte: (BIM, 2012, p. 163-168) adaptado.

Quadro 2: Representantes dos Órgãos Governamentais nos Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs.

Entidade	Representante	Perfil/Papel/Posições
Fundação Florestal	Wagner Portilho	Residente em Registro, 49 anos. Técnico Agrícola e Biólogo, mora na região desde o início dos anos 1980, atuando na área de meio ambiente, extensão rural e capacitação de agricultoras. Atuou no apoio a comunidades rurais do entorno do PECD e de Intervales. Profundo conhecedor do manejo de palmeira Jussara e com experiência como gestor na RDS dos Despraiados Mosaico de Juréia onde atuou por um ano. No MOJAC, atua como gestor e presidente de dois conselhos deliberativos das RDS Quilombos Barra do Turvo e Barreiro Anhumas, tem compromissos com o desenvolvimento socioambiental e as comunidades tradicionais.
Prefeitura Municipal de Barra do Turvo	Luiz Mendes Cardoso dos Santos	Morador tradicional de Barra do Turvo, faz a representação institucional da prefeitura e se posiciona ora com os moradores ora com o Estado. Tem uma posse no quilombo Ribeirão Grande (RDS)

Fonte: (BIM, 2012, p. 169-170) adaptado.

Outro agente local entrevistado até o momento foi Daniel Malvicino. Com atuação profissional na região desde 2007, trabalhou no IDESC, no DPRN e na Prefeitura de Registro. Atualmente atua como consultor na área socioambiental, em projetos de recuperação florestal com comunidades locais. Entre as contribuições oferecidas por Daniel, destaca-se sua reflexão sobre o envolvimento político das lideranças comunitárias

no debate agroecológico, quando questionado sobre as diferenças entre a disseminação dos conceitos de Agroecologia e Agrofloresta na região. Fazendo uma comparação entre a Cooperafloresta e a Associação dos Moradores do Bairro do Guapiruvu - AGUA (Sete Barras - Vale do Ribeira), identifica, respectivamente: a politização e disseminação do conceito de Agroecologia enquanto possibilidade de transformação socioecológica; e menor influência política e inclusão de uma dimensão religiosa relacionada à disseminação da prática de Sistemas Agroflorestais.

Em março de 2014 realizei a apresentação desta pesquisa na reunião do conselho deliberativo da RDSQBT, com apoio da minha orientadora, Valéria de Marcos. A comunicação foi estabelecida de maneira bastante efetiva, havendo comentários, participações e alguns questionamentos a respeito do retorno dos resultados e contribuições à comunidade. Entre as falas sobre a pesquisa, chamou minha atenção o interesse de D. Dolíria pelo reconhecimento da importância de se relembrar a forma como seus pais e avós produziam, antes das transformações atuais da agricultura. A Nilce, principal problematizadora da realização de pesquisa nas comunidades quilombolas, não estava presente nesta reunião. Sendo assim, o questionamento mais enfático sobre o compromisso dos pesquisadores com a comunidade foi feito pelo Ditão. A presença da Valéria neste momento foi de extrema importância, pois através de sua fala conseguimos deixar claro e transmitir confiança não apenas sobre minhas intenções, mas da equipe de trabalho da professora como um todo. Esclarecemos que não vamos atuar mediando a relação da comunidade com ONG's, articulando fontes de financiamentos para projetos prontos, ou trazendo inovações tecnológicas testadas na universidade (conforme foi sugerido), pois não acreditamos nesta forma de trabalho. No entanto, nos comprometemos a retornar os resultados das pesquisas desenvolvidas na RDSQBT para, junto à comunidade, construir possíveis formas de atuação futura. Assim, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo conselho deliberativo da RDSQBT!

Por motivações relativamente distintas, o receio quanto à interação com pesquisadores faz-se presente também no interior da Cooperafloresta. Ao que se pode compreender até agora, os técnicos envolvidos com a associação possuem uma preocupação adicional que está relacionada com a qualidade da informação sobre as experiências deste grupo de “agricultores agroflorestais”, que será divulgada através das pesquisas. Ainda que o esforço realizado para esta aproximação não tenha sido suficiente, acredito que este é o principal motivo de ainda não termos obtido retorno do contato solicitado. Mesmo assim, a pesquisa sobre esta associação não esteve desarticulada, pois,

além do livro anteriormente citado, há muita informação publicada sobre a Cooperafloresta, assim como diversas possibilidades de análise através das famílias agricultoras associadas, ex-associados e outros informantes pesquisadores e profissionais atuantes na região.

Primeiras impressões e novas diretrizes de investigação

As conquistas quanto ao reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, a aprovação da recategorização das unidades de conservação locais, a criação e desempenho da Cooperafloresta, e este movimento de reivindicação de retornos por parte dos pesquisadores à comunidade, são demonstrações do fortalecimento político e capacidade de articulação social das comunidades quilombolas pertencentes à RDSQBT.

No entanto, pudemos observar que a dimensão política da Agroecologia, inerente tanto à sua expressão como novo paradigma científico quanto como movimento social, não foi apropriada pelos “agricultores agrofloretais”. Ainda que seja uma das técnicas produtivas pertencente ao campo de possibilidades da Agroecologia, parece-nos que a Agrofloresta é disseminada pela Cooperafloresta como modelo relativamente pronto e suficiente, inspirado pelos ensinamentos de Ernst Götsch. Qual será a raiz desta relativa incoerência quanto à articulação política vivenciada por estas comunidades? Quais serão os motivos e as implicações do reconhecido “fanatismo”²⁴ dos agricultores agrofloretais? Como atua o saber adquirido pela capacitação de Ernst Götsch em Agrofloresta nas relações de poder interiores à Cooperafloresta? O que significa o reconhecimento de “agricultores agrofloretais” e “agricultores tradicionais” nas comunidades quilombolas? De que maneira a dinâmica de interdependência entre espaços masculinos e femininos peculiar à unidade familiar de produção camponesa está representada nestas duas formas de auto reconhecimento? Existem estratégias metodológicas da Cooperafloresta que inserem a representatividade do feminino e do masculino no universo agroflorestral?

A agricultura de coivara é uma importante representante da prática agrícola tradicional do Vale do Ribeira, uma das principais responsáveis pela convivência histórica das comunidades quilombolas com a mata atlântica local. No entanto, o uso

²⁴ Termo utilizado por agricultor (Pedro Oliveira de Souza) associado à Cooperafloresta, em publicação: “A Coopera tava crescendo, mas ainda tava crescendo mole, com gente que não tinha ideia do que tava fazendo, não tinha compromisso sério com a Agrofloresta, não tinha esse fanatismo doente que a gente tem, ou sadio, sei lá. Nessa época tinha muita coisa que gerava muito problema pra gente, e o povo numa miséria muito grande começava a reclamar na prefeitura que as coisas não tava dando certo” (SOUZA e SILVA, 2013, p.33.).

controlado do fogo, necessário para esta forma de produção, é completamente reprimido pela Cooperafloresta. Sabemos que existem fundamentos científicos quanto aos prejuízos ambientais relacionados ao uso do fogo. Sabemos, também, que o fogo praticado pelas populações tradicionais não é o responsável pelos danos ambientais globais vivenciados na atualidade. Sendo assim, no contexto desta pesquisa, de que forma os saberes tradicionais e científicos têm se interligado? De que forma a Cooperafloresta poderia estabelecer a mediação deste conflito?

Por fim, ocupa um lugar importante da pesquisa o fato de a principal liderança quilombola da região ser uma mulher agricultora tradicional. A inserção da Nilce em espaços de decisão de extrema relevância não apenas para a comunidade quilombola da RDSQBT como para toda região do Vale do Ribeira é de grande expressão. Esta liderança feminina, não adepta à prática de Agrofloresta, exerce clara influência na dinâmica das relações locais. Identificou-se, portanto, a necessidade de investigar sobre sua condição de líder social. De que maneira sua posição de líder permite uma representatividade da comunidade quilombola local? Retomando a conceituação de Holloway (2003), sua relação com a comunidade se faz nos moldes do poder-fazer ou do poder-sobre? O que o fato de ser uma mulher reflete na valorização da esfera feminina de produção e reprodução da vida camponesa nos espaços de debates e decisões internas?

4.6.3. Indicação de referências

BERNINI, C.I. Guapiruvu (Sete Barras-SP): um contraditório encontro entre ambientalismo e luta pela terra. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.

BIM, J. B. O. **Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo**: conservação, conflitos e soluções socioambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DESCOLA, P. **As lanças do crepúsculo**: relações jivaro na Alta Amazônia. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

DIEGUES, A.C. **O Vale do Ribeira e litoral de São Paulo**: meio-ambiente, história e população. São Paulo, 2007.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

IDESC, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira. **Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira**. Registro: FNMA/MMA/IDESC/, 2006.

SEEGGER, A. **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SILVA, R. A. **Relatório técnico científico da Comunidade Quilombola Ribeirão Grande e Terra Seca de Barra de Turvo – SP**. São Paulo: ITESP, 2008a.

_____. **Relatório Técnico Científico da Comunidade Quilombola Cedro de Barra de Turvo –SP**. São Paulo: ITESP, 2008b.

SMA, Secretaria do Meio Ambiente. Governo do Estado De São Paulo. **Plano de Utilização: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo**. São Paulo: Casa da Floresta, 2010.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, 22 de agosto de 2002**. 5.ed. Aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

SOUZA, P.O.; SILVA, R. O. **Breve história da Cooperafloresta e do Pedro, contada por ele mesmo**. In: STEENBOCK, W; SILVA, L.C E; RODRIGUES, A.S.; PEREZ-CASSARINO, J.; FONINI, R. (Org.). *Agrofloresta, Ecologia e Sociedade*. 1ed. Curitiba: Kairós, 2013.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UNB, 1997.

Próximas reflexões:

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, E. C. (org.) **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2002.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FURLAN, S. A. **Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade**. Agrária, São Paulo, n 3, p. 3-15, 2006.

SILVA, S. R. **Negros na Mata Atlântica**, territórios quilombolas e a conservação da natureza. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

TAQUEDA, C. S. **A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Ecologia. 2009.

5. Plano de Trabalho

5.1. Desenvolvimento da pesquisa

- *Finalização das discussões teóricas (descrição por capítulo):*

(0) *Introdução* - aprimoramento do texto.

(1) *Concepções agroecológicas: diferentes inserções sobre campesinato e gênero* - aprimoramento do texto.

(2) *Estratégias de produção e reprodução socioeconômica: a autonomia camponesa* - desenvolver o texto a partir da argumentação teórica exposta neste relatório. Incluir demais referências bibliográficas sobre estudos do campesinato (já analisadas nas disciplinas cursadas no Departamento de Geografia Humana), mantendo o enfoque sobre aspectos da organização camponesa voltados à manutenção da autonomia.

(3) *Feminismo e estudos de gênero - na construção do protagonismo feminino em unidades camponesas de produção agroecológica* - desenvolver o texto a partir da argumentação teórica exposta neste relatório. Partindo da contextualização apresentada, realizar a discussão central sobre o que denominamos de ampliação do conceito de protagonismo feminino, orientando à discussão ao universo do campesinato. Buscar referências bibliográficas adicionais àquelas mencionadas nas primeiras reflexões. Possibilidades vislumbradas para contribuição deste desenvolvimento teórico: (1) participação em disciplina com temática pertinente; (2) estabelecer contato com o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp/Campinas-SP; e análise bibliográfica complementar. Para esta análise, as ementas das disciplinas “Sociologia das Relações de Gênero” da Profª Drª Aparecida F. Moraes e “Estudos de Gênero” da Profª. Drª. Lucila Scavone (ver Anexo), serão utilizadas como referência.

(4) *A participação como inclusão das especificidades camponesas e (re)construção do protagonismo feminino: uma proposta agroecológica?* – incluir outras referências sobre as metodologias mencionadas no texto apresentado para este relatório e realizar uma problematização das mesmas, fundamentada na discussão dos capítulos anteriores e em referencial teórico complementar. Através de uma certa/simplificada “arqueologia do saber” (Foucault, 2004)²⁵, pretende-se, para esta problematização, identificar as origens

²⁵ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2004.

das propostas metodológicas realizadas de forma relativamente esquemática no interior da agroecologia.

- *Pesquisa de campo*

O desenvolvimento da pesquisa de campo compreende realização de entrevistas semiestruturadas com famílias futuras contribuições) e com associados e ex-associados à Cooperafloresta, incluindo equipe técnica e agricultores(as), assim como momentos de observação participante. Além dos períodos de pesquisa de campo destinados à realização de entrevistas e observação das atividades produtivas rotineiras das famílias (espaços masculinos e femininos de produção) - conforme apresentado no cronograma de atividades – será realizada observação participante nas seguintes ocasiões: ao menos duas reuniões do conselho consultivo da RDSQBT e eventos coletivos (como mutirão e feiras) realizados pela Cooperafloresta. Finalmente, a pesquisa de campo é composta também pelas análises dos documentos disponibilizados (livros com sistematização de experiências locais, relatórios científicos, planos de uso do solo, atas de reuniões, etc.).

- *Articulação dos resultados*

A análise dos dados de campo deverá fundamentar-se no referencial teórico-metodológico definido para esta pesquisa. Os resultados das análises teóricas (conceptualizações, discussões e reflexões) e das análises empíricas (pesquisa de campo) deverão ser articulados, buscando correspondências, divergências e possíveis contribuições futuras. Os resultados empíricos poderão oferecer elementos para a problematização da teoria primeiramente apresentada. Por outro lado, a teoria poderá oferecer elementos para desenvolver as explicações oferecidas pela observação do campo. Parte-se, portanto, da compreensão do mundo real para a elaboração de teorias e conclusões.

5.2. Cronograma de atividades

Atividades/Meses	2014								2015											
	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Finalização das discussões teóricas	X	X		X	X	X	X													
Pesquisa de campo*			X					X	X						X					
Articulação dos resultados				X	X	X	X			X	X	X	X							
Redação final da tese														X	X	X	X	X	X	
Publicações e Eventos				X	X	X	X			X	X	X	X	X		X	X	X	X	
PAE				X	X	X	X	X												
Defesa																				X

* A participação em eventos específicos (mutirões, feiras, reuniões, etc.) são atividades pontuais e de previsão incerta, por isso não compõem este cronograma.

5.3. Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE)

O PAE tem como objetivo aprimorar a formação do pós-graduando para atividade didática em nível de graduação. Consiste em duas etapas: a Preparação Pedagógica (composta por 6 palestras de formação) e Estágio Supervisionado em Docência. Como atividade obrigatória à bolsistas do CNPq, pretende-se realizar o PAE no segundo semestre de 2014, na disciplina FLG 0566 - Geografia Agrária II, lecionada pela Prof^a Dr^a Valéria de Marcos.

5.4. Publicações e participação em eventos científicos

- Publicação dos capítulos teóricos e resultados parciais no decorrer de sua finalização, assim como possíveis discussões correlatas. Sugestões de periódicos: Agrária, Revista Brasileira de Agroecologia, Cadernos Pagu, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Agriculturas, Cadernos de Campo, Raízes, Ruris, Revista Estudos Feministas, Revista de Humanidades, e outros.
- Apresentação de resultados parciais em eventos científicos como forma de viabilizar maiores possibilidades de contribuições ao desenvolvimento da pesquisa, assim como promover relativa validação científica das análises

realizadas. Sugestões de eventos: Congresso Brasileiro de Agroecologia, Encontro Nacional de Geógrafos, Encontro Nacional da ANPPAS, Encontro Anual da ANPOCS, Congresso Brasileiro de Geógrafos, Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), e outros.

5.5. Continuidade da carreira acadêmica

O recorte empírico desta pesquisa não esgota as possibilidades de análise oferecidas pela discussão teórica nela desenvolvida. A preocupação agroecológica por realizar experiências localmente constituídas oferece possibilidades múltiplas de desenvolvimento, principalmente num país com as dimensões territoriais como o nosso. Conforme foi dito no item três deste relatório, a natureza investigativa desta pesquisa não permitiu a realização de uma análise empírica demasiadamente abrangente, na limitação de tempo oferecida para o doutoramento. Desse modo, considerando a finalização do doutorado como a porta de entrada para a vida acadêmica, vislumbra-se o desenvolvimento de futuro projeto (pós-doutorado), com replicação investigativa aprimorada em novos territórios brasileiros.

As inquietações surgem desde já: os resultados desta pesquisa se repetiriam em contextos territoriais diferenciados? O que esta mesma análise indicaria se fosse realizada em territórios cuja inserção agroecológica dá-se pela via dos movimento sociais? E quando o foco de ação da iniciativa agroecológica são temas relacionados mais especificamente ao gênero feminino (tais como as sementes, quintais, etc.)? Por fim, a repetição desta análise em diferentes territórios e contextos agroecológicos abriria um campo de pesquisa capaz de aglutinar resultados de extrema pertinência aos processos de territorialização camponesa via agroecologia.

Ressalta-se, ainda, que também não se esgotam as possibilidade de contribuição da Geografia Agrária ao caminho de pesquisa que se pretende percorrer. A meu ver, a Geografia permite-nos tecer uma rede bastante densa a partir do entrelaçamento de dimensões complementares da realidade. Abrangendo o universo relativo à natureza e sociedade, ainda transita entre o universo do tempo e do espaço. A Geografia Agrária, por sua vez, apresenta um interessante caminho para a produção do conhecimento ligada diretamente às possibilidades de transformação social.

6. Anexos

Instituições com atuação permanente na RDSQBT (dados fornecidos por Wagner Portilho).

<i>Instituição</i>	<i>Ação desenvolvida e relação com RDSQBT</i>	<i>Cooperação e parceiros</i>	<i>Contato</i>
SINTRAVALE BARRA DO TURVO	- Proponente e defensor da configuração do PEJ para o MOJAC, na medida que representava os interesses dos moradores no interior dessa UC.	- Atua com o apoio a seus associados na comercialização, principalmente via PAA.	Oleneide Fone: (15) 35771627 sintravalebarradoturvo@hotmail.com
COOPERAFORESTA	- Atende seus associados que estão dentro dos quilombos e estes na RDSQBT, com modo de produção agroflorestal fortemente baseado no tradicional dessas comunidades.	- Com atuação forte na comercialização, inicia agora a complementação com a industrialização de produtos das agroflorestas.	José Baleia (15) 35771652 cooperaforestal@yahoo.com.br
PROLEITE	- Agrega os produtos de bovinos e bubalinos, principalmente de Barra do Turvo, e dentre esses associados, também há os criadores quilombolas	- Contribuição na logística de transporte e escoamento do leite, e assim sua comercialização.	Luis Carlos Portela (15) 35771158 (CA)
FUNDAÇÃO ITESP / SJDC	- Fomento ao desenvolvimento das comunidades quilombolas, em suas atividades produtivas associativas, culturais.	- Contribui com agregações institucionais visando esse desenvolvimento local quilombola.	Valmir / Baeta (13) 38561317 e 38561741
CASA DA AGRICULTURA (CA) / SAA	- Fomento às atividades agrícolas e pecuárias, e alternativas locais sustentáveis.	- PDRS 2	Benedito (“Tinho”) (15) 35771158 (15) 35771195 Antº Eduardo (“Mamute”) (13) 38213649
PREFEITURA MUNICIPAL / CMDRS DE BARRA DO TURVO	- Manter a infraestrutura em estradas municipais, serviços de saúde, educação, saneamento rural . . . - Fomento a agricultura familiar tradicional e agroflorestal, ao escoamento e comercialização.	- Na construção de planificações por objetivos das comunidades rurais em médio e longo prazo, e para isso contribui ao fortalecimento dos colegiados de gestão, como o da RDSQBT.	Rosana Abreu Sousa (15) 997237245 Claudinei Maciel (15) 997428312

Instituições com atuação pontual / parcial / temporária / projeto / pesquisa na RDSQBT (dados fornecidos por Wagner Portilho).

<i>Instituição / pessoa</i>	<i>Ação desenvolvida e relação com RDSQBT</i>	<i>Cooperação e parceiros</i>	<i>Contato</i>
- EMBRAPA	- Pesquisas no município da Barra do Turvo com abrangência na RDSQBT	- Com a Prefeitura e Cooperafloresta.	
- UNESP / Campus de Registro	- Representação em conselhos de UCs do MOJAC	- Em pesquisas da biodiversidade, na conservação ambiental, produção rural, capacitação	
- Casa da Floresta	- Elaboração do Plano de Utilização da RDSQBT contratada pela FF		(19) 34337422 (19) 991466140
- Kátia Pacheco	- Pesquisa:	USP/ESALQ	(13) 997473909
- Ocimar Bim	- Tese / Mestrado: Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira (SP): conservação, conflitos, soluções socioambientais.	Instituto Florestal / IDESC	(13) 38224341 (13) 991544197
- Carina Bernini	- Pesquisa: A produção da natureza “conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do Ribeira (SP).	USP/FEFLCH	(11) 999834787
- Instituto TNC no Brasil	- Projeto: Reflorestamento com Espécies Nativas no Bioma Mata Atlântica” nos termos do Edital BNDES/Fundo Social – Mata Atlântica – IBMA nº01/2008	FF (RDSQBT, RDSBA, RDSP, RDSL, RDSI) / TNC/ BNDES	(15)996581860 tferreira@tnc.org
- IDESC (Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e a Cidadania no Vale do Ribeira)	-Projeto: “Formando Florestas: Recuperação Florestal Participativa em Unidades de Conservação do Mosaico do Jacupiranga/SP”, apoiado via 1º edital TFCA / FUNBIO.	FUNBIO / FF / IDESC	(13) 38222787 (13) 38224341 (13) 991544197



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE
SOCIOLOGIA

COD FCB 705

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

CRÉDITO: 4

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

PROFESSOR(A): APARECIDA F. MORAES

CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS

PERÍODO LETIVO: 2013/01

DIA E HORÁRIO: TERÇA-FEIRA, 13:40H/17:00

PROGRAMA:

O curso introduz os alunos nos estudos de gênero e seus principais fundamentos na teoria sociológica. Os objetivos gerais são: A) Identificar diálogos entre a teoria social feminista e a sociologia, observando incorporações, retraduições e/ou críticas explanadas nestas intersecções. B) Conhecer perspectivas que constituem o campo dos estudos de gênero, assim como, convergências e divergências conceituais que permeiam as idéias sobre patriarcado e capitalismo; gênero e representações sociais (“masculino” e “feminino”), gênero e poder; relações de sexo e gênero.

Na última parte do curso, focaremos na leitura de textos que articulam e/ou interseccionam gênero com outras categorias de diferenciação, como aquelas que serão aqui exploradas através de pesquisas relacionadas com o fenômeno da prostituição.

As aulas serão desenvolvidas através de exposição oral da professora, debates, apresentação de seminários pelos alunos e/ou convidados.

ROTEIRO E BIBLIOGRAFIA:

Apresentação do curso – Dia 02 de abril de 2013

Parte I – Patriarcado e capitalismo (Dias 09, 16 e 23 de abril)

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et. all. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2010 (p. 173-178)

ROWBOTHAM, Sheila. Caro Dr. Marx: carta de uma feminista socialista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 32, jun. 2009 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332009000100006&lng=pt&nrm=is
[o](#)

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Londres: Blackwell, 1992 (Introdução e capítulo 2).

Complementar

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974 (Capítulo II, A família; Cap. X Civilização e Barbárie)

MARX, Karl. Fundamentos da história [Reproduzido de *A ideologia alemã*]. In: IANNI, Otávio. Marx. São Paulo: Ática, 1980 (p.45-61)

HARAWAY, DONNA. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: PONTES, Heloísa (Org.). *Cadernos Pagu: o risco do bordado*. Campinas/SP: Unicamp, (22) jan.junh. 2004 (pp. 201-246)

Parte II - Representações, símbolo e poder (Dias 23 e 30 de abril; 07 de maio)

ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 20, Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989 (Masculino/Feminino, p.20-25)

MOORE, Henrietta L. *Antropologia e feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra/Universitat de València/Instituto de la Mujer, 1996 (Género y estatus: la situación de la mujer, p. 25-57)

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999 (Cap. I, Cap. III e Conclusão)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. 20 (2), 71-99, 1995 [ou a tradução livre feita pelo SOS Corpo, disponível na internet]

Complementar

SCOTT, Joan W. "La querelle des femmes" no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200004&lng=en&nrm=iso

Parte III - Sexo e gênero (Dias 14, 21 e 28 de maio)

RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres*: notas sobre a “economia política” do sexo. [Livre tradução]

LAQUEUR, Thomas: *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001 (capítulos 1 e 6)

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 (Capítulo 1; Conclusão)

Complementar

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. In: ALMEIDA, Heloísa B.; BELELI, Iara (Orgs.). *Cadernos Pagu*: olhares alternativos. Campinas/SP:Unicamp, (21) 2003 (pp.157-209) [também disponível no *scielo* Brasil]

ROHDEN, Fabíola. O corpo fazendo a diferença. In: *Mana*, v.4 n.2 Rio de Janeiro out. 1998

Parte IV – “Gênero” e outras categorias de diferenciação (dias 04, 11, 18 e 25 de junho)

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1991 [páginas a serem selecionadas]

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê*: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [páginas selecionadas]

PHETERSON, Gail. The whore stigma: female dishonor and male unworthiness. *Social Text* 37, 1993 (p.39-65)

BERNSTEIN, Elizabeth. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 31, jul./dez. 2008

PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. In: *Cadernos Pagu*. Campinas/São Paulo, n.25, jul.-dez. 2005 (Apresentação p. 07-23)

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. In: *Cadernos Pagu*. Campinas/São Paulo, n. 25, jul.-dez. 2005 (p.55-78)

Complementar

PHETERSON, Gail. *A vindication of the rights of whores: the international movement for prostitutes rights*. Washington: Seal Press, 1989 [páginas a serem selecionadas]

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos*: brasileiras no mercado transnacional do sexo. [Prova apresentada no concurso de progressão para pesquisador da UNICAMP por Adriana Piscitelli (170p.)] julho de 2010 (Introdução)

MORAES, Aparecida F. O corpo prostituído nas práticas discursivas de organizações dos direitos humanos In: GOLDENBERG, Mirian. *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (p. 199-229)

ENCERRAMENTO DO CURSO E AVALIAÇÃO FINAL: 02 e 09 de julho

AVALIAÇÃO:

A avaliação considerará a participação em aula e o rendimento nos trabalhos a serem realizados durante o curso e no seu encerramento.

DISCIPLINA: Estudos de Gênero**PROFESSORA RESPONSÁVEL: Profª. Drª. Lucila Scavone****PROPOSTA DO CURSO**

Estudo das Teorias de Gênero nas Ciências Humanas e Sociais, sua constituição como campo científico e suas relações com Feminismo e com as Teorias Sociais Contemporâneas.

EMENTA

Gênero e ciência. Teoria feminista e Sociologia Acadêmica. Matrizes teóricas e principais conceitos. Relação com as Teorias Sociais e Controvérsias. Questões políticas transversais: 'raça' e classe. O corpo e a sexualidade como questão política de gênero.

PROGRAMA**1. Estudos de Gênero e Feministas: campo científico**

SCHIENBINGER Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, EDUSC, 2001. Introdução, Cap. 1, 2 até pag. 180.

ADELMAN Miriam. Das margens ao Centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica, Rev.Estud.Fem. vol.11 n.1, 2003.

SCAVONE Lucila. Estudos de Gênero: uma sociologia feminista? Rev.Estud.Fem. vol. 16, n.1, jan/abril2008.

PONTES, Heloisa. Modas e modos: uma leitura enviesada de *O espírito das roupas*. Cad. Pagu, Jun 2004, no.22, p.13-46.

2. Na trama dos Conceitos

SCOTT Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, jul/dez 1990, 16(2):5-22.

FAUSTO-STERLING Anne. Dualismos em duelo. Cad. Pagu [online]. 2002, n.17-18, pp. 9-79.

BUTLER Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Trad. Rosa Aguiar.

HARAWAY Donna. "Gênero", para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos PAGU (22), 2004; PP.201-246

3. Teorias Sociais e controvérsias políticas

SCOTT Joan. O enigma da Igualdade. Rev.Estud.Fem. vol.13, n.1, 2005. Scielo. _____ Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. Revista Debate Feminista, Edição Brasileira, 1999, p. 203-222.

FRASER Nancy. Políticas Feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero, in gênero in Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira (orgs. Bruschini e Unbehau). Editora 34, 2002, p.59-78.

MOUFFE Chantal. Feminismo, cidadania e política radical. Revista Debate Feminista, Edição Brasileira, 1999, p. 29-47.

4. Problemáticas transversais

SAFFIOTI Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cad. Pagu no.16 Campinas 2001, pp.115-136,

MOUTINHO, Laura. "Raça", sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. Cad. Pagu, jul./dez. 2004, no.23, p.55-88. ISSN 0104-8333.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos PAGU (14) 2000: pp.13-44.

5. Corpo , Sexualidade e Parentalidade

BORDO Susan R. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.M., BORDO, S.R. Gênero, Corpo, Conhecimento. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p.19-41.

PONTES H. Beleza roubada: gênero, estética e corporalidade no teatro brasileiro. In: Cadernos PAGU (33), julho-dezembro de 2009:7-8.

BUTLER Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu 21, 2003:219-260.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, discussão dos textos e seminários.

AVALIAÇÃO

Participação do/a aluno/a no curso e em seminários. Trabalho final do Curso.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BARRET Michele. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. REF vol.7, n.1 e 2, 1999, p.109-125.

BEAUVOIR Simone. Le deuxième Sexe 1 e 2. Gallimard, 1974.

BRAIDOTTI Rosi. Les sujets nomades féministes comme figures des multitudes, 2003, <http://multitudes.samizdat.net/article.php3>

BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BUARQUE DE HOLLANDA H. (org) Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura. RJ, 1994: Rocco, 72-98.

CHABAUD-RYCHTER et alii. Sous les sciences sociales, le genre. Relectures critiques de Max Weber à Bruno Latour. Paris: LA DÉCOUVERTE, 2010. 512 p.

BUTLER Judith. Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. RJ: Civilização Brasileira, 2003, pgs.15-59.

- CARNEIRO Sueli. Gênero e Raça, in BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. Gênero, democracia e sociedade brasileira, São Paulo: FCC/Editora 34, 2002, pp.167-194.
- COLLIN Françoise. Du moderne au post-moderne. Cahiers du GEDISST, (14) 95 : p.726.
- HIRATA Helena et alii. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: EDUNESP, 2009,341 p. (tradução: Dictionnaire Critique du Féminisme, PARIS: PUF 2e. ed.augm.)
- KRISTEVA Júlia. O tempo das mulheres. In As novas doenças da alma. KRISTEVA J. ROCCO, 2002:215-239.
- LAURETIS Teresa. A Tecnologia do gênero. In Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura. BUARQUE DE HOLLANDA H. (org) RJ, 1994: Rocco, 206-242.
- MOUFFE Chantal. Feminismo, cidadania e política radical. Revista Debate Feminista, Edição Brasileira, 1999, p. 29-47.
- MELO Hildete P, OLIVEIRA A..B. A produção científica brasileira no feminino. Cadernos PAGU. *Cad. Pagu*, Dez 2006, no.27, p.301-331
- NICHOLSON Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas.CFH/CCE/UFSC 2000, 8(2):9-41.
- RAGO M. Anarquismo e Feminismo no Brasil. RJ, Achiamé, 2007.
- RUBIN Gayle. Surveiller et jouir. Anthropologie politique du sexe. PARIS, EPEL, 2010.
- SAFFIOTI, HELEIETH. Primórdios do conceito de Gênero. Cadernos PAGU n. 12, 1999, pp.157-163.
- SEDGWICK EVE K. A epistemologia do armário. Cadernos PAGU (28) 2007: 19-54.
- SPIVAK G. Quem reivindica alteridade? In Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura. BUARQUE DE HOLLANDA H. (org) RJ, 1994: Rocco, 187-205.
- VARIKAS E. Modernité, Posmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l'océan, 2004, <http://multitudes.samizdat.net/article.php3>

PERIÓDICOS

- CADERNOS PAGU. Campinas: UNICAMP, Nucleo de Estudos de Genero-Pagu, 1993-atual
- CAHIERS DU GENRE. Paris. CNRS, GTM/CSU, 1997-atual
- ESTUDOS FEMINISTAS. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Florianópolis: UFSC 1992- atual
- LABRYS. Revista Eletrônica. UNB:Brasília, 2000-atual